

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

**A Representação do Movimento Sufragista na Imprensa Rio-Grandina
1930-1934.**

MARIA DO CARMO ARANA DE AGUIAR

PELOTAS

2013

MARIA DO CARMO PINTO ARANA DE AGUIAR

**A Representação do Movimento Sufragista na imprensa Rio
Grandina 1930- 1934.**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em História da
Universidade Federal de Pelotas, área
de concentração Identidade e
Fronteira como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
História, sob a orientação da Profa.
Dra. Elisabete Leal**

Pelotas

2013

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elisabete Leal (PPGH/UFPel, Orientadora e presidente da banca)

Prof.^a Dr. Edgar Ávila Gandra (PPGH/UFPel)

Prof.^a Dr.^a Clarice Speranza (PPGH/ UFPel)

O Feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades femininas ou masculinas sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (ALVES e PITANGUI,2007,p42)

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho se faz necessário agradecermos ao número expressivo de sujeitos e espaços que contribuíram e possibilitaram que esse trabalho se concretizasse.

Primeiramente agradeço à Universidade Federal do Rio Grande – FURG e seus professores, entidade na qual cursei minha graduação e que sem essa base não teria conseguido chegar até aqui.

À Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós-graduação em História desta Instituição que me foram o espaço para debates, aprendizagens e crescimento acadêmico nessa trajetória formativa.

À Biblioteca Rio-Grandense que, com seu compromisso de preservação, cuidado e atendimento aos pesquisadores, me ofereceu condições para pesquisa e digitalização das fontes analisadas para a construção desse trabalho.

À secretaria do PPGH/UFPEL na pessoa de Ândria que muito me auxiliou com suas informações atentas e competência nas atividades que envolveram essa caminhada.

Aos professores do PPGH/UFPEL que muito contribuíram para a ampliação das leituras e de meu amadurecimento no processo de pesquisa dessa dissertação.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Elisabete Leal, pela orientação ao longo de dois anos.

Aos membros que irão compor a banca, Prof Dr Edgar Ávila Gandrae Prf^a Dr^a Clarice Speranza, que de diferentes formas, irão contribuir para realização deste trabalho.

Agradeço ao meu amigo Virgílio Laborde pela sua ajuda junto ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense. Às minhas amigas Eneida Bugalho e Tania Isoldi que durante momentos de desânimo, correrias e apertos me incentivaram na minha caminhada.

De forma muito especial aos meus filhos Thiago e Ricardo que, apesar de serem crianças, entenderam minhas ausências nos passeios e nas suas atividades escolares, por perceberem que a mãe não podia estar todo o tempo que eles gostariam disponível e, principalmente, por aceitarem com carinho as minhas escolhas e saírem em minha defesa dizendo com orgulho “minha mãe está estudando, ela estuda muito,” quando perguntavam sobre minha ausência.

Ao Éverton, meu marido, que desde o processo de seleção esteve sempre ao meu lado, incentivando e cooperando com o meu trabalho. Lendo, conversando trocando ideias mesmo ainda que este não seja o seu objeto de trabalho e às vezes criticando meus posicionamentos, mas nunca deixou de estar ao meu lado.

À minha mãe e à irmã do coração Norma Silveira e Julia Matos, digo com convicção que o incentivo, carinho, determinação e ajuda durante todo o processo desde o despertar da proposta de trabalho até a sua conclusão final, com atos, palavras, correções, diretrizes e muitas dicas, me incentivaram a não desistir. Agradeço infinitamente, pois tenho certeza que sem a parceira e o carinho delas a realização deste não seria possível.

Obrigada a todos.

Resumo

A ausência de debate sobre o movimento sufragista no interior do estado do Rio Grande do Sul nos motivou a propor a presente discussão e analisar a representação do movimento sufragista na imprensa rio-grandina através do Jornal Echo do Sul e O Tempo entre os anos de 1930 a 1934. O recorte temporal 1930-1934 se justifica por ser um período conturbado politicamente dentro da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, mas principalmente pelo acirramento das reivindicações pelo voto feminino até sua legalização na Constituição de 1934. O presente estudo se foca na cidade do Rio Grande onde ocorreram várias mudanças significativas na sociedade, devido à industrialização crescente que vinha ocasionando mudanças no cotidiano citadino. Essas mudanças foram sendo sentidas ainda nas primeiras décadas do século XX, quando durante a Grande Guerra ocorreu a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. A industrialização e o contexto permeado pela guerra forçou muitas mulheres a ingressarem rapidamente no espaço público. Essa inserção nas fábricas acabou por acelerar a formação dos movimentos em prol dos direitos femininos. A maior participação das mulheres no ambiente público, antes negado a elas, colocou-as em evidência, ao mesmo tempo em que possibilitou a formação de organizações politizadas que vieram a reivindicar direitos políticos, como o voto.

Palavras Chaves: Movimento sufragista, imprensa, feminismo.

Abstract

The absence of debate on the suffrage movement in the state of Rio Grande do Sul led us to propose the present discussion and analyze the representation of the suffragette movement in the press of Rio Grande city through newspaper *Echo do Sul* between the years 1930 to 1934. The time frame 1930-1934 is justified for being a politically turbulent period in the history of Rio Grande do Sul and Brazil, but especially by the intensification of demands for women's suffrage to its legalization in the 1934 Constitution. This study focuses on the city of Rio Grande where there were several significant changes in society due to increasing industrialization that was causing changes in daily city life. These changes were still being felt in the first decade of the twentieth century, when during the Great War was the need for women entering the labor market. Industrialization and context permeated by war forced many women to join quickly for the public space. This insertion in factories eventually accelerated the formation of movements for women's rights. The increased participation of women in the public sphere, denied to them before, placed them in evidence at the same time allowed the formation of politicized organizations who came to claim political rights, such as voting.

Key-words: Suffrage movement, press, feminism

Sumário

Introdução.....	09
Capítulo 1 – Dom Movimento Difuso ao Movimento Feminista.....	15
1.1 Feminismo difuso: mulheres literatas, mulheres cronistas na imprensa.....	28
1.2 O movimento feminista no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	32
1.3 O movimento sufragista no Brasil e no Rio Grande do Sul: debates que vem de fora.....	38
Capítulo 2 – Representações do Sufragismo Tema na Imprensa Rio-Grandina: Debates no Echo do Sul e no O Tempo (1930-1934).....	54
2.1 Trajetória do Echo do Sul e O Tempo em Rio Grande.....	60
2.2 Representações das ideias sobre o movimento sufragista em Rio Grande.....	67
2.3 Análise do Echo do Sul e O Tempo.....	92
Capítulo 3 – As mulheres no pleito: O voto feminino em Rio Grande.....	100
3.1 Código Eleitoral e a Constituição.....	100
3.2 As rio-grandinas e o voto.....	113
3.3 Reflexos na sociedade com o voto feminino.....	120
Considerações Finais.....	126
Fontes.....	133
Referência Bibliográfica.....	137
Anexos.....	143

INTRODUÇÃO

O tema feminismo e o sufrágio feminino já foram amplamente estudados e discutidos na historiografia brasileira e Sul-rio-grandense. Entretanto, ainda não havia sido devidamente analisado na História da cidade do Rio Grande, marcada pela presença da indústria e pela precoce inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, podemos perceber que em São Paulo, de forma mais específica, devido à presença das indústrias, desde o início do século XX foram correntes as ideias feministas em consequência da grande inserção das mulheres no mercado de trabalho e principalmente na indústria. Em contrapartida, apesar da cidade do Rio Grande também ser marcada pela presença feminina no trabalho da indústria, não encontramos trabalhos sobre o feminismo nessa cidade e sobre os debates relativos ao sufrágio feminino entre os anos de 1930-1934. Dessa forma, no presente trabalho propomos analisar a representação das ideias sufragistas na imprensa rio-grandina através do Jornal *Echo do Sul* e o *Tempo*, entre os anos de 1930 e 1934.

O recorte temporal 1930-1934 se justifica por ser um período conturbado politicamente dentro da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, mas principalmente pelo acirramento das reivindicações pelo voto feminino até sua legalização na Constituição Federal de 1934. Assim, o presente estudo centrou seu olhar na cidade do Rio Grande, onde ocorreram várias mudanças significativas na sociedade, devido à industrialização crescente que vinha ocasionando mudanças no cotidiano citadino nos anos de 1930.

Essas mudanças foram sendo sentidas ainda nas primeiras décadas do século XX, quando durante a Grande Guerra ocorreu à necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. A industrialização e o contexto permeado pela guerra forçaram muitas mulheres a ingressarem rapidamente no mercado. Essa inclusão nas fábricas acabou por acelerar a formação dos movimentos em prol dos direitos femininos. A maior participação das mulheres no ambiente público, antes negado a elas, colocou-as em evidência, ao mesmo tempo em que possibilitou a formação de organizações politizadas que vieram a reivindicar direitos políticos, como o voto. Sendo assim, a

presente pesquisa limitou-se à análise do período entre o início do governo Vargas, 1930, e o ano em que entrou em vigor a Constituição que admitiu o voto feminino universal, ou seja, o ano de 1934.

Esse tema surgiu após a realização de nossa pesquisa anterior sobre Violência urbana contra mulher na cidade do Rio Grande no período de 1914 a 1934, em meio a qual percebemos a necessidade de continuar o nosso trabalho na área de gênero sob uma nova perspectiva. Assim, propomos perceber as mudanças sociais dentro da sociedade através dos debates sobre o sufrágio feminino na imprensa rio-grandina e da luta das mulheres pela aquisição de uma maior participação no mundo que ficava fora de seus lares, ou seja, a participação da mulher na esfera pública com o exercício do direito de seu voto que representa um dos elementos para a obtenção da sua cidadania.

Por acreditar que a aquisição ao direito do sufrágio feminino foi um marco para a construção da história das mulheres, e ao mesmo tempo após verificarmos a frágil produção historiográfica sobre o tema em Rio Grande, surgiu o interesse por essa pesquisa que se propõe a contribuir para a ampliação do debate que já ocorre em nível nacional e até regional, mas que, até o presente momento, ainda se encontra restrito localmente. A proposta de trabalho, no entanto, não tem a pretensão de discutir a criação ou a existência de movimentos feministas dentro da cidade, mas sim, como se apresentou o debate sobre o sufrágio feminino na imprensa e se esse ganhou um público mais amplo de interlocutores.

É através do ato de votar que as mulheres aos poucos adentraram no espaço político, esfera anteriormente considerada própria do masculino, notamos que mesmo sem a conscientização da maioria sobre a importância da participação política da mulher, alguns direitos foram conquistados no ano de 1934, como o sufrágio feminino. Ofato demonstra algumas mudanças na sociedade, mas não significa aceitação do sufrágio feminino pelos homens.

A partir dessa percepção, construímos nosso trabalho com vistas a apresentar como um movimento de amplitude internacional também teve seus efeitos em níveis locais, como a cidade do Rio Grande. O movimento de luta das mulheres pelo direito ao voto e participação política não surgiu no Brasil, mas os ideais defendidos em seu interior também tiveram seus efeitos no cenário político nacional dos anos de 1930. Entendemos dessa forma, esse momento que na imprensa rio-grandina, existe um grande

empenho, através de artigos, mensagens e outras matérias, de refrear o avanço das ideias sobre a extensão do direito ao voto para as mulheres.

Para o trato dessas matérias nos subsidiamos com uma abordagem teórica própria da Nova História Cultural, a qual propõe a análise e a reconstrução do papel das classes sociais e seus conflitos tanto no campo do social quanto do político e cultural, pois combina as diversas disciplinas trabalhando assim as representações das culturas. Um dos representantes dessa corrente e por nós utilizado para escrita dessa dissertação é Roger Chartier e o seu conceito de representação, uma vez que ao analisarmos as nossas fontes percebemos que as mesmas são a representação de um cotidiano de forma fragmentada. Assim, essa abordagem teórica nos instrumentalizou a percebermos as mulheres como indivíduos a partir de suas posições tanto de dona de casa e, portanto, inseridas numa cultura que era excluída dos debates políticos, quanto em posições de questionamento e reivindicação por seus direitos na esfera do político. Nesse ínterim, a Nova História Cultural contribui para que percebêssemos que os ideais do sufragismo feminino não eram uma criação do presente dos anos de 1930 ou mesmo da cidade do Rio Grande e sim, eram um fenômeno cultural que se construía lentamente na História, próprios de um “... conjunto de atitudes, códigos comportamentais e crenças próprios das diferentes classes”(MATOS, 2010, p 124). Por isso, nosso primeiro capítulo é construído a partir da análise dos movimentos sufragistas em âmbito internacional e seus efeitos no Brasil e na cidade do Rio Grande.

Também como instrumento de análise utilizamos a Análise de Conteúdo, metodologia proposta por Laurence Bardin(BARDIN,1977), que serve para a descrição, interpretação das fontes,propondo a organizaçãodo material coletado de forma a extrair dele categorias e a partir da problematização da pesquisa anotar temas que se constituem em unidades de referência para orientação da análise.Proporcionando a interpretação das mensagens contidas nos jornais fonte do trabalho. Para Moraes, a análise de conteúdo ajuda a reinterpretar as mensagens e atingir a compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. É uma ferramenta, um guia prático para ação,sempre renovado em função dos problemas cada vez mais diversificados.(MORAES,1999,p02)Essa metodologia nos direcionou a elaboração de 4 tabelas analíticas, apresentadas no capítulos 2 dessa dissertação, que nos auxiliaram a objetivar as inferências sobre nossas fontes.

A partir do emprego dessas duas abordagens tanto teórica quanto metodológica, e utilizando o conceito de representação de Chartier(CHARTIER,1990,p165) que versa que representar é perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Sendo que essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações. Uma vez que nenhum texto demonstra a realidade e sim a representação da sociedade em períodos diferenciados. Como trabalhamos com os jornais e a sua representação sobre as ideias do movimento sufragista, isto é, como eram representadas estas ideias dentro do período analisado e ainda a percepção que a sociedade tinha com relação a essa discussão, o conceito de Chartier se faz pertinente para embasar nosso trabalho, uma vez que através da imprensa fonte do trabalho temos uma visão da representação do cotidiano. Direcionamos a construção da escrita desse trabalho da seguinte forma: primeiramente analisamos como o nosso tema foi apresentado na historiografia e principalmente a forma como os temas feminismo e sufrágio feminino foram estudados.

Foi opção da autora a compartimentar o texto. No primeiro capítulo Do Movimento difuso ao Movimento Feminista será realizada uma discussão historiográfica sobre o tema a ser discutido na nossa dissertação. Trazendo alguns autores que trabalham o movimento feminista desde o seu prenúncio feito de forma isolada sem associações ou pequenas agremiações de mulheres, até como as mulheres se organizaram em partidos políticos quando ainda nem mesmo tinham o direito a ser cidadã. Assim mostramos a trajetória empreendida pelas mulheres para a conquista de sua emancipação dentro da sociedade na qual estavam inseridas. O mesmo capítulo se encontra subdividido em mais três subcapítulos nos quais serão debatidos a trajetória do movimento feminista até a obtenção do direito ao sufrágio feminino que é o mote de nossa pesquisa. No decorrer de nosso trabalho e principalmente através da análise da historiografia referente ao tema, percebemos que o movimento sufragista feminino nasceu dentro de outro movimento anterior, o qual foi chamado de movimento feminista – sobre sua trajetória e lideranças discorreremos nos subcapítulos seguintes. A partir dessa compreensão entendemos fundamental para o desenvolvimento desse trabalho analisar como se construiu a historiografia sobre esses dois temas interligados, ou seja, os movimentos feminista e sufragista. Sendo assim, no presente capítulo discorreremos sobre como a historiografia apresentou as três vertentes do movimento feminista e como essas contribuíram

para a formação do sufragismo feminino no estado do Rio Grande do Sul, de forma mais específica a cidade do Rio Grande, foco de nossa pesquisa.

Em nosso segundo capítulo, analisamos a representação do sufrágio na imprensa rio-grandina, com vistas a compreendermos o papel e atuação da imprensa brasileira e feminista para o avanço do movimento sufragista. Neste capítulo será abordada as representações do movimento sufragista como tema na imprensa de forma mais específica nos jornais, os que foram escolhidos por nós o *Echo do Sul* e *O Tempo*, por serem os jornais de maior representação junto à cidade. A escolha dos dois também foi feita por acreditar que os cruzamentos das informações obtidas nos mesmos poderão proporcionar a nossa pesquisa uma maior credibilidade a respeito do tema e do espaço citadino no qual estes circulavam.

O mesmo capítulo, está dividido em três subcapítulos, onde é discutida a utilização da imprensa como fonte para reconstrução da história das mulheres que durante anos tiveram sua participação relegada dentro da história. Neste subitem trabalharemos a questão da imprensa como fonte documental. Além de refletir sob sua trajetória desde os primórdios da imprensa no Brasil até a sua utilização pelos historiadores. Analisa ainda o fato de cada vez mais de os historiadores terem incorporado os periódicos em suas pesquisas. Dentro deste subcapítulo, tentaremos compreender como a imprensa pode ser agregada aos estudos históricos.

Dentro da perspectiva de Luca quando a mesma diz que se faz necessário: Historicizar a fonte requer ter em conta as condições técnicas de produção vigentes e averiguações, dentre tudo o que se dispunha do que foi escolhido e por que, bem como os fatos históricos do momento. (LUCA, 2005, p.132) Devido a essa gama de informações e possibilidades a serem analisadas que a imprensa apresenta, é necessário lembrar que não basta analisar um fato isolado, precisamos investigar o todo o contexto social, político e econômico no qual o centro do estudo está envolvido. Para não correr o risco de fazer uma análise superficial do objeto de estudo.

Ainda durante a escrita do mesmo traçaremos um breve perfil dos jornais por nós utilizados para realização da pesquisa, por acreditar que se torna necessário para o leitor ter o conhecimento sobre a nossa fonte, para que assim nosso objeto possa ser percebido de forma mais clara. Para realização do perfil do jornal foi nossa opção

trabalhar com dois autores que estudam a imprensa rio-grandina desde sua formação até a sua organização e disseminação.

No nosso último subcapítulo serão lançadas as matérias referentes ao sufrágio da forma como são apresentadas pelos jornais, inclusive na sua grafia original, pois pensamos ser a partir deste ponto que nossos leitores poderão interpretar as mensagens de época criadas pelos jornais. Neste subcapítulo ainda iremos discutir o nosso tema o movimento sufragista. Ali também será feita a análise das matérias de forma qualitativa e quantitativa.

Neste capítulo serão discutidas a forma como as mulheres receberam a notícia do sufrágio feminino e como foi disseminada as suas conquistas, como o Código Eleitoral de 1932, que tem como objetivo aumentar o número de eleitores, o que propiciou as mulheres encontrarem espaço para a sua luta. No mesmo ainda será analisada a Constituição Federal de 1934 de forma a possamos entender melhor a trajetória da conquista após a realização da mesma de que forma a lei amparava as mulheres em relação ao voto feminino.

Por fim, em nosso terceiro e último capítulo, analisarmos as a participação feminina do pleito de 1934. Ressalta-se que a Constituição de 1937 repetiu em seu artigo 117, a disposição do artigo 108 da carta anterior omitindo qualquer determinação quanto a obrigatoriedade do alistamento ou do voto feminino. Somente em 1945 é que tanto o alistamento quanto o voto passaram a ser obrigatórios para ambos os sexos, com exceção das mulheres que não exerciam profissão lucrativa.

A Justiça eleitoral seria suspensa após o golpe de novembro de 1937, quando não foram realizadas eleições em função da instalação do Estado Novo, voltando somente em maio de 1945, quando a Justiça Eleitoral seria restaurada no Brasil. Serão discutidas, assim, as mudanças empreendidas no sistema eleitoral do período.

Encerramos a dissertação com uma percepção que após a conquista do voto feminino se houve uma diferenciação no tratamento as mulheres, se discurso jornalístico fez referência às mulheres votantes e como elas são vistas nesta suposta sociedade vigente com a participação das mulheres nas discussões políticas.

CAPÍTULO 1- DO MOVIMENTO DIFUSO AO MOVIMENTO FEMINISTA

No decorrer de nossa pesquisa e principalmente através da análise da historiografia referente ao nosso tema, percebemos que o movimento sufragista feminino nasceu dentro de outro movimento anterior, o qual foi chamado de movimento feminista – sobre sua trajetória e lideranças discorreremos em nosso subcapítulo. A partir dessa compreensão entendemos fundamental para o desenvolvimento desse trabalho analisar como se construiu a historiografia sobre esses dois temas interligados, ou seja, os movimentos feminista e sufragista. Sendo assim, no presente capítulo discorreremos sobre como a historiografia apresentou as três vertentes do movimento feminista e como essas contribuíram para a formação do sufragismo feminino. Acreditamos que a discussão a seguir se faz necessário uma vez que para podermos trabalhar sobre a questão da luta pelo sufrágio feminino precisamos saber a maneira como as feministas organizavam suas estratégias e como estas foram percebidas e classificadas pelos estudiosos dentro da historiografia.

Em seu livro sobre o feminismo no Brasil, Céli Regina Pinto(PINTO, 2003, p13) destaca que o feminismo da década de 1920 esteve associado ao esforço de algumas mulheres que apresentavam certo grau de organização em suas lutas, na maioria das vezes eram intelectuais, que sem medo de repressão, rompiam com os papéis que haviam sido estabelecidos para elas e desejavam estar no mundo público para difundirem seus direitos. Sobre a existência do movimento feminista brasileiro da década de 1920, Pinto faz uma divisão do mesmo e o classifica em três vertentes. Segundo ela, a primeira seria o bem comportado, a segunda vertente aliada a movimentos de intelectuais e a terceira, composta por mulheres ligadas aos movimentos anarquistas.

A primeira vertente, citada por Céli Regina Pinto(PINTO,2003,p 14), está ligada à liderança desenvolvida por Bertha Lutz e o seu feminismo bem comportado. Junto com suas companheiras, Bertha funda em 1918, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo a incorporação das mulheres no espaço público como portadoras de direitos políticos. Com sua relação de amizade com setores

importantes dentro da política brasileira, bem como sua aliança com lideranças feministas da Europa e estadunidenses,

Bertha fez desta vertente do feminismo uma das mais organizadas. O movimento feminista brasileiro liderado por Bertha teve uma maior visibilidade nacional e internacional.

No entanto, apesar de ser o mais organizado, era também o que menos tinha o objetivo de alterar a ordem vigente da sociedade. Elas lutavam pela inclusão da mulher na política, mas não desejavam o rompimento das relações de poder entre os sexos.

Para Pinto (PINTO,2003, p 15), a segunda vertente se caracteriza pelo chamado feminismo difuso, uma vez que era composta por mulheres cultas que exerciam cargos públicos. Elas estavam preocupadas com questões ligadas à educação da mulher e denunciavam a dominação dos homens sobre as mulheres. Em sua luta pela emancipação da mulher tratavam de temas polêmicos para sua época, como o divórcio e o aborto. Segundo a autora, esta seria a vertente menos comportada daquele momento dentro do nosso país.

A terceira corrente feminista foi formada por mulheres já ligadas ao Partido Comunista, que tem sua luta contra a exploração do trabalho feminino. É a vertente mais radical do movimento feminista, pois são mulheres operárias ligadas a outros movimentos de esquerda na luta pelos seus direitos civis. Essas mulheres têm sua liderança sob a responsabilidade de Maria Lacerda de Moura, intimamente ligada aos movimentos operários e sindicais.

O que podemos perceber através dos estudos de Pinto (PINTO,2003,p 16) foi que o início do movimento feminista no Brasil não estava associado a uma luta aberta e declarada em relação ao sexo oposto. O desejo era manter a estrutura social com a inclusão da mulher no mundo público ainda que fosse à sombra da figura masculina. Esse era o feminismo idealizado de Bertha Lutz, mas como conceituou Alves e Pitanguy (ALVES & PITANGUY, 2007,p 20) este movimento não possui características imutáveis, é um movimento em constante transformação e aprimoramento, cujas mudanças foram percebidas nas outras duas correntes referenciadas.

Partindo das divisões propostas por Pinto, analisaremos como alguns historiadores e pensadores compreenderam tais vertentes e ainda mais, como viram conceitual e historiograficamente o movimento feminista. De acordo com Natalia Pietra Mendez (MENDEZ,2004,p 18), é preciso considerar os estudos feministas como uma teoria que busca analisar as relações entre os sexos na sociedade, enquanto movimento social, com implicações culturais e políticas que lutam pela superação da desigualdade. Nesse sentido, Ana Alice Alcântara Costa, integrante do movimento feminista atual destaca que o:

O feminismo enquanto movimento social é um movimento moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa da América e que se espalha em um primeiro momento em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa e Estados Unidos e posteriormente de alguns países da América Latina, e teve o seu auge na luta sufragista. (COSTA, 2005,pág 9).

Conforme discorreu a autora na citação acima, o movimento feminista teve como premissa a luta pelos direitos das mulheres e por isso acabou por instigar o surgimento de outro movimento, o sufragista, pois a reivindicação pelo voto feminino, enquanto categoria de participação política,ultrapassou a luta por direitos sociais e adentrou os espaços de embates políticos. Ainda, nessa perspectiva, Jussara Reis Prá (PRÁ,1997,p10), fazendo uma análise sobre o movimento feminista, salienta que um dos momentos históricos mais significativos para ela dentro das manifestações feitas pelas mulheres foi registrado no século XVIII, mais precisamente no contexto da Revolução Francesa, no qual pode se verificar uma participação ostensiva das mulheres. No entanto, sabemos que o resultado dessa presença foi contrário às expectativas deste segmento feminista.

Além da repressão violenta sofrida pelas mulheres,sendo muitas levadas à guilhotina, houve a total proibição das mesmas de fazerem parte de qualquer manifestação pública. Para Reis Prá, apesar da repressão sofrida pelas mulheres naquele período, o vocábulo feminismo já teria sido registrado no ano de 1837 e definido como uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade. Portanto, o século XIX seria o momento exato da afirmação do movimento, pois estaria em consonância com o momento em que marxismo e o liberalismo começavam a se consolidar enquanto modelos de análise e o Estado se afirmaria como Nação.

Seguindo os estudos dessa autora, o século XIX é riquíssimo para entendimento do impasse enfrentado pelo feminismo no momento de afirmação das ideologias e de sedimentação dos modelos de Estado e de sociedade que passariam a vigorar nos movimentos ocorridos no século XX como movimentos sociais. Essa análise proposta pela autora nos leva a questionarmos que feminismo é esse que se apresenta enquanto um movimento social? Sob a perspectiva de Pinto sobre o movimento feminista, também compartilhado por Margareth Rago (RAGO,2003,p09) no artigo: “Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global”, ambas autoras, destacam que a manifestação feminista dentro deste período nas primeiras décadas do séculoXX, ao invés de produzir uma quebra nos paradigmas do interior da sociedade, mais parece ter ajudado na fundação de padrões sexuais e de um modelo feminino, que afirmavam as mulheres enquanto sombra dos homens, o que lhes davam a existência apenas com auxiliar do crescimento masculino no campo público ou privado. Ainda a mesma autora, em concordância com Pinto, salienta que o movimento de manifestação da emancipação das mulheres nas décadas de 20 e 30 dentro do nosso país tinha como reivindicações o direito ao exercício da cidadania para a camada feminina, mas focado como objetivo principal, a exemplo dos movimentos internacionais, a conquista do sufrágio. Este feminismo bem comportado, primeira vertente ou onda feminista como apontado por Joahn Scott (SCOTT,1995,p65) e June Hahner (HAHNER,2003,p,98), está somente ligado à causa das reivindicações dos direitos políticos. Para Joana Pedro: “O feminismo como movimento social e visível, tem vivido algumas ondas. O feminismo da primeira onda teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado suas reivindicações dos direitos políticos, como o ato de votar e ser eleita, nos direitos sociais e econômicos”.(PEDRO,2005,p45). Como destacado por Pedro, o que podemos chamar de primeira fase do movimento foi caracterizada por reivindicações de âmbito político.

O que podemos perceber é que essas ondas feministas foram identificadas dentro do Brasil, e receberam outras classificações, de acordo com Edla Eggert (EGGERT,2003,p12) em sua obra: “O Feminismo ou os Feminismos”, que, segundo ela, seria errôneo classificar e limitar o movimento pela emancipação feminina a um único exemplo devido as suas multiplicidades de enfoques. Para discorrer sobre os feminismos existentes, esta autora toma como base a divisão apresentada por Sandra Duarte de Souza que se utiliza de uma categorização histórica composta por feminismo

liberal, feminismo cultural e feminismo liberal contemporâneo, feminismo socialista e radical. Eggert aponta ainda uma nova tendência que seria o ecofeminismo. Esta categorização é apresentada por Souza (SOUZA, 2003), as outras estudiosas por nós discutidas não apresentaram essas vertentes em seus estudos, Rago, Céli, Hahner, Pietra, Pedro e Scott apresentam apenas duas ou três vertentes no movimento feminista.

Alves e Pitanguy (ALVES & PITANGUY, 2007, p36) em seu livro: “O que é feminismo?” deixam claro que este movimento está sempre em construção e por isso é mais difícil de ser conceituado de forma estanque ou como foi dito por Eggert (EGGERT, 2003, p13) “limitado a um único exemplo”. Ainda dentro dessa perspectiva, da não existência de um único conceito a respeito do feminismo, Reis Prá (PRÁ, 1997, p16) acrescenta que apesar das polêmicas geradas em torno do tema ou das dificuldades de se precisar o mesmo, ou ainda das diversidades que envolvem as concepções feministas, é preciso reconhecer a importância do feminismo como corrente cultural capaz de alterar a lógica de gênero que tem contribuído, historicamente, para manter excluídas as mulheres do campo do saber e do poder.

Dentro dessa perspectiva, Sandra Duarte Souza diz que o feminismo liberal se constitui na sua luta por igualdade de direitos por intermédio dos movimentos de busca pelos direitos das mulheres no final do século XVIII e início do século XIX. (SOUZA, 2003, p34) Durante este começo de movimento estão incluídas mulheres como Olympe de Gouge, Mary Wolstonecraft, Juan Stuart entre outras. A lógica dos argumentos dessas mulheres era de que o sexo feminino deveria estar incluído no mundo dos homens. Esse feminismo liberal não pode ser comparado ao feminismo bem comportado citado por Céli Regina Pinto, uma vez que ambas destacam que as mulheres, dentro dessa corrente do feminismo, não tocavam em aspectos centrais da opressão da mulher. Para Souza, algumas mulheres eram capazes de destacar as coisas boas que existiam nos seus mundos privados e por isso não existia a necessidade de contestação e mudança nos espaços públicos e privados.

Em contrapartida, Joahn Scott discorre que:

O feminismo das primeiras décadas do século XX foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política seu objetivo foi o de eliminar a diferença. Sexual na política, mas a sua campanha voltada às mulheres, e pelo fato de em agir para as mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar chamando a atenção exatamente do que desejava combater (SCOTT, 2005, p21).

Ao contrário do que afirmou Souza, Scott demonstra que as reivindicações das mulheres nessa primeira fase do feminismo não contestam questões do âmbito privado, pois a minimização das diferenças construídas entre homens e mulheres somente seria possível através da extensão a elas dos direitos políticos, o que as projetaria no espaço do público. Na busca pela igualdade feminina com relação aos homens, as mulheres acabaram por legitimar as diferenças sexuais e afirmaram as posições contrárias entre os sexos. As feministas que desejavam os direitos iguais sem restrição dos sexos acabaram incentivando a luta de poderes entre os mesmo e ressaltando as diferenças entre eles, fomentando uma frente contrária a que era desejada pelo movimento.

Na mesma perspectiva de estratégia de movimento para sua aceitação, Rachel(SOIHET,2006,p278) e Hahner,(HAHNER,2003,p128) em seus estudos sobre o feminismo na primeira vertente não percebe essa ênfase na legitimidade da divisão dos papéis, na manifestação realizadas pelas mulheres o que elas chamam atenção é que dentro dessa fase do movimento, as mulheres não tinham uma vontade de mudanças das estruturas sociais, apesar de possuírem um movimento bem organizado e com condições de tornar essa fase das manifestações pela luta dos seus direitos a exemplo dos modelos que vinham da Europa. As autoras destacam que o caráter ideológico relativamente inexpressivo do movimento brasileiro pode ser uma estratégia de liderança do movimento para manter a respeitabilidade, a fim de aumentarem as suas possibilidades de sucesso junto a apoios políticos favoráveis as suas causas, sem distúrbios sociais e políticos.

Soihet relata que:

O movimento social liderado por Bertha Lutz, no Brasil, na década de 20 e 30 teve como alvo o acesso das mulheres a cidadania plena na época, algumas de suas propostas, como os direitos civis, só recentemente apesar das limitações, comuns aos demais movimentos feministas vem sendo implementados. No que toca a luta empreendida pela conquista do voto, este só foi concedido quando assim interessou a classe dominante. (SOIHET, 2006,p 282).

A extensão dos direitos cidadãos em todos os seus aspectos às mulheres, como afirmou Soihet, foi o alvo da luta do movimento liderado por Bertha Lutz. Portanto, o que fica claro, após a leitura sobre a primeira fase do feminismo nos estudos realizados pelas autoras discutidas acima, é que podemos perceber que o movimento feminista que ocorreu no Brasil teve um caráter diferenciado dos movimentos feministas ocorridos na Europa e nos Estados Unidos. Apesar de ter sido fortemente influenciado por estes nos

seus primórdios, aos poucos foi criando características próprias adequando-se as suas necessidades e táticas de luta.

Em oposição ao feminismo bem comportado ou primeira onda feminista, mas tendo como base as categorias já criadas e discutidas pela historiografia, damos continuidade discorrendo sob a segunda vertente do movimento identificada dentro do Brasil. Esta pouco menos tímida, como apontou Pinto (PINTO,2003,p32), e composta por mulheres que, através das páginas dos jornais, estavam habituadas a discutir questões referentes ao privado. Essa tendência de escrita pode ter se formado por simples costume. No entanto, o que nos é central aqui é percebermos que na segunda vertente feminista, em textos veiculados na imprensa não faziam parte as discussões públicas. Seu foco era repensar o papel da mulher dentro da sociedade. Suas representantes foram intelectuais dispostas a dividirem o espaço público com os homens.

Podemos trazer para discussão e incluir dentro dessa segunda vertente o nome de Andradina de Oliveira, citado por Pedro Maia Soares (SOARES,1980,p143) no seu artigo sobre o feminismo no Rio Grande do Sul, no qual afirmou que esta feminista, além de desejar a participação das mulheres na vida pública, também trazia para suas reivindicações temas polêmicos para a sociedade da época, como divórcio, o direito ao corpo, o aborto. Assim mostrava que dentro do estado do Rio Grande do Sul as discussões a respeito da emancipação feminina e a maior participação das mulheres dentro do espaço político, e outras discussões com relação aos direitos femininos se faziam presentes dentro da sociedade.

Soares cita texto de Andradina sobre o feminismo:

O feminismo abrirá os olhos de todas as mulheres e elas hão de em um futuro que não está longe, conquistar a sua verdadeira posição na família, na sociedade na pátria, a mulher deixará de ser a escrava, a serva, a besta de carga, objeto de prazer dos homens, o animal procriador o bibelô das salas. Deixará para ser o que simplesmente deve ser e verdadeira companheira do homem, a sua irmã, a sua igual. (SOARES, 1980, p 144).

Era dentro dessa proposta de feminismo com base na igualdade entre os sexos e uma posição de reconhecimento do papel da mulher dentro da sociedade, que as mulheres buscavam outras táticas feministas diferentes daquelas praticada pelo feminismo bem comportado. Neste sentido, apresentando reivindicações que mexiam com as estruturas sociais, Souza declara esta nova estratégia como o feminismo mais radical, no qual as mulheres nessa fase propõem uma postura mais radical, inclusive

perante uma instituição intocada pela sociedade: o casamento. Este era caracterizado como um meio pelo qual as mulheres sofriam a opressão masculina. Em concordância, Pedro Maia Soares afirma:

Feministas como Schulamcht Firestone e Anne Koedt, Diane Croth argumentavam pelas políticas do ego, esclarecendo que a opressão psicológica era mais eficaz que a

economia. Para elas mesmo se a opressão econômica desaparecesse, a opressão psicológica faria estragos irreparáveis no cotidiano da vida das mulheres. Uma vez que o amor romântico mantém a mulher em função do homem. (SOARES,1980p.4).

Dentro ainda dessa perspectiva, Sandra Duarte Souza, quando discute o feminismo radical, apresenta Mary Doly, que entende esta forma de movimento feminista como o processo de tornar a mulher por meio da descoberta e criação de um novo mundo. Para Souza:

Seria a descoberta de outro mundo através dos guardiões dos portões do patriarcado. Esta viagem demandaria três etapas a primeira é o processo de desmistificação do patriarcado, a segunda seria o assassinato da deusa- o marco do estabelecimento do patriarcado, e a terceira etapa seria a invenção de um novo mundo (SOUZA,1997,p5).

Podemos perceber que este posicionamento de Mary Doly não difere das correntes apresentadas para caracterizar o movimento feminista. Uma vez que esse outro mundo idealizado pela autora significa o mundo com a participação da mulher, e tem na educação uma das frentes das reivindicações, acabar com o patriarcado seria terminar com as distinções existentes entre os sexos, desqualificando o feminino. Esta segunda onda do movimento discutida foi tratada por Anna Luiza Timm Soares, traz a obra de Simone de Beauvoir chamada “O Segundo Sexo” como expoente dessa corrente. Para Timm Soares (SOARES,2010,p78), em sua dissertação, assim como destaca Pinto, esta onda de movimento feminista acabou com as estruturas hierarquizadas de poder, tradicionalmente baseadas em concepções biologistas de papéis e identidades, atribuídos e diferentemente e prioritariamente aos sexos.

Em consonância com a ideia de papéis e identidades, Joana Maria Pedro ainda destaca em seus estudos sobre o feminismo e a sua segunda onda, como ela assim chama, que este surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade as lutas, pelo direito do corpo, ao prazer, contra o patriarcado, entendido como poder dos homens na subordinação das mulheres”. (PEDRO, 2008, p 37). Dentro dessa discussão lançada por Joana Pedro, percebemos que com os movimentos conturbados dentro da

nossa história, como as guerras e as revoluções, as mulheres são chamadas para o espaço público, criando uma nova identidade, uma mulher companheira. No entanto, no final destes movimentos, elas são levadas de volta aos seus lares, pois sua mão-de-obra já não se faz necessária. Dentro desse movimento, as mulheres deram aos ambientes públicos as características da segunda onda feminista e constituíram consciência da necessidade de estudo de trabalho com a igualdade para os sexos.

Semelhante à perspectiva apresentada por Timm Soares, Hahner em “Emancipação do sexo feminino” sobre a segunda vertente destaca a importância do estudo e do trabalho para as mulheres:

As defensoras dos direitos da emancipação feminina no Brasil, estavam convencidas de que sem trabalhar não se consegue vida mais ou menos independente. Qualquer mulher que entender que por ser mulher não tem necessidade de estudar, de instruir-se e de trabalho comete um erro irreparável. Pela via do trabalho, fonte perene do bem estar da criatura humana as mulheres poderiam se sustentar e viverem livres e independentes (HAHNER, 2003, p.75).

Partindo da perspectiva que essas ativistas davam à questão da educação, se encontra justificativa à medida que as líderes desse movimento são apresentadas dentro da discussão historiográfica como professoras, jornalistas, de certa forma um grupo formado por intelectuais, que escolheram para difusão das suas ideias a imprensa. Dentro dessa temática Hahner diz:

Os jornais eram o principal meio de troca de ideias e informações entre os brasileiros alfabetizados. No século XIX e XX, onde proliferaram periódicos uns efêmeros e outros de longa duração muitos brasileiros, habitantes das áreas urbanas então valiam-se dos jornais para a propagação de todo o tipo de crença e para divulgação de suas ações. Como seus compatriotas masculinos as defensoras da emancipação feminina da mesma forma consideravam a imprensa um importante meio de difusão de conhecimento e excitavam as mulheres a lerem os livros, os jornais a fim de melhor conhecerem seus direitos e obrigações. Os periódicos forneciam as mulheres um caminho para começar a tratar de seus interesses particulares (HAHNER, 2003, p.84).

Hahner e Pinto mostram que a imprensa era o carro chefe para propagação das ideias feministas, e veem neste veículo uma forma de as feministas estarem mais presentes nas discussões públicas e querendo também através de suas publicações, divulgarem a sua causa de forma a obterem um número maior de adeptos a ela. Ainda no mesmo viés da discussão, Pinto relata que:

Durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, a luta pela liberdade de informações era uma constante entre todos os que pretendiam de alguma forma reformar o regime político brasileiro ou mudar as formas hierarquizadas e excludentes que reagiam as relações entre as pessoas no

Brasil. Ter uma opinião independente formada a partir do conhecimento objetivo do fato parece ter sido um dos grandes mitos do pensamento reformador (PINTO, 2003, p. 29).

Foi através desse veículo de comunicação que o movimento feminista obteve a pretensão de apresentar à sociedade sua forma organizacional na qual as relações de poder entre os sexos deveriam ser deixados de lado. Pinto destaca ainda que esta forma de

reivindicações do movimento feminista era distinta do movimento inicialmente discutido por ela, o chamado feminismo de Bertha Lutz e de suas companheiras de FBPF (Federação Brasileira Emancipação Feminina). Ela declara que apesar das duas ondas se utilizarem da imprensa, existe uma diferença entre a forma como eram feitas as reivindicações e principalmente a imprensa. Destacando que na primeira onda composta por FBPF, as mulheres escreviam e tinham atuação na grande imprensa ao contrário das feministas da segunda vertente que mantinham na maioria das vezes seus jornais efêmeros e edições artesanais, nas quais eram discutidos temas relacionados à mulher como a emancipação feminina, defendida de forma mais radical. A historiografia brasileira aponta que o feminismo da época deseja a expansão dos direitos civis, a educação e o questionamento do papel social da mulher. Mendez:

No século XIX, assistimos a diversas experiências de organização que questionaram o papel social das mulheres, exigiram direitos civis, como acesso a formação superior, ao voto e a participação política. As atividades vinculadas a essa luta ficaram conhecidas como sufragista e suas manifestações foram ouvidas no velho e no novo mundo na maioria dos casos, a consciência feminina manifestava-se ao lado com o engajamento das mulheres em outras causas libertárias (MENDEZ, 2004, p. 52).

Analisando a reflexão de Mendez, e o que foi escrito pelas outras autoras que discutem o movimento feminista dentro da nossa história sobre as várias facetas do movimento, podemos dizer que esse engajamento político das mulheres em outros movimentos de causa libertária estaria dando início ou pelo menos relacionava-se com a passagem para outra forma de reivindicação. Eram as mulheres adentrando as fábricas e entrando em contato com ideias de legalização do seu trabalho e com as associações de trabalhadores.

O feminismo anarquista classificado assim pelos historiadores é aquele marcado pelas discussões mais acirradas do movimento, pois está ligado aos movimentos anarquistas e socialistas, os quais têm como frente de luta a não subordinação dos sexos. Tanto Céli Pinto quanto Sandra Duarte de Souza explicam que esta fase do movimento

está mais ligada ao pensamento marxista, formada na sua maioria por grupos de mulheres trabalhadoras e intelectuais atuantes e militantes em movimentos de esquerda, tendo como reivindicação a defesa da libertação das mulheres de uma forma mais radical do que fora discutidas anteriormente, fazem denúncia ao sistema capitalista que faz haver distinção de salários entre os sexos.

Nesse contexto, o sexismo é visto como necessário para o bom funcionamento do capitalismo que é sustentado pelo trabalho gratuito da mulher em casa. E salienta que para cada operário explorado existe uma operária duplamente explorada pelo trabalho que realiza em casa sem a participação do homem na maioria dos casos (SOUZA, apud,EGGERT, 2000,p3).

Essa corrente feminista busca denunciar a manipulação do corpo da mulher, desde a violência física como a psíquica. Para Alves e Pitanguy(**ALVES&PITANGUY,2007,p39**), e em minha opinião, foram as autoras que dentro da historiografia pesquisada sobre feminismo deram uma visão clara das mudanças ocorridas dentro do movimento. Se elas não utilizaram as categorias que deram suporte as suas colegas nos seus estudos, souberam, a sua maneira, descrever sobre as variações sofridas pelo movimento feminista ao longo da história. Para elas, o masculino e o feminino são criações culturais e como tais são aprendidas através do processo de socialização. Portanto, feminino e masculino são frutos de modelo imposto pela sociedade e que através do movimento feminista muitos dos entraves impostos por esses modelos sociais foram rompidos, abrindo espaço para um grupo que até então não tinha expressão nem identidade política. Como forma de garantir uma maior participação nos espaços políticos é que as mulheres atuantes dentro do movimento feminista passam a encampar a luta pelo sufrágio feminino (ALVES& PITANGUY, 2007,p41).

O que fica claro após a leitura sobre o movimento feminista nos estudos realizados pelos autores é que este movimento, que ocorreu no Brasil, apesar de ser fortemente influenciado pelos movimentos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, teve um caráter diferenciado dos outros, uma vez que aos poucos foi criando suas próprias características, adequando-se as suas necessidades e táticas de luta.

Nessa direção, como já afirmamos, o desenvolvimento do movimento feminista se moldou, organizou e constituiu o que foi chamado posteriormente de movimento sufragista, o qual teve seus efeitos no Brasil, principalmente no ano de 1934, quando as

mulheres alcançaram o direito ao voto. Esse movimento no Brasil não teve a mesma característica que os movimentos ocorridos na Europa pela conquista do voto feminino. No entanto, o mesmo foi descrito pela historiografia dentro do Brasil como um movimento com fortes confrontos e mudanças dentro da sociedade. Podemos perceber que este assunto sufrágio feminino estava sendo discutido com veemência no nosso país e se posso ousar, por assim dizer temido. Ao menor indício de uma conquista feminina, a mesma era tida com receio pela sociedade patriarcal vigente da época.

Sobre o movimento sufragista no Brasil, Hahner, em seu livro “Mulheres no Brasil”, destaca que esta manifestação dentro do nosso país recebeu forte influência dos movimentos que ocorriam no continente europeu e nos Estados Unidos. As mulheres na busca pelo sufrágio feminino brasileiro alegavam que, se em outros países as mulheres podiam votar, portanto, no Brasil elas também estariam aptas. A autora ainda discorre a respeito do sufragismo e salienta que os movimentos ocorridos fora do nosso país estavam muito presentes nas discussões da elite brasileira e que estes sempre foram influentes e imitados pelos brasileiros. Essa elite que sofria influência principalmente do movimento sufragista do resto do mundo era composta por mulheres cultas que na maioria das vezes haviam estudado no exterior. Hahner ainda destaca a respeito do voto feminino no Brasil: “O voto feminino era um movimento de classe média por direitos políticos, por uma reforma jurídica que garantisse às mulheres o direito de alcançarem o voto ficando assim com os mesmos direitos reservados aos homens” (HAHNER,1978,p 99).

Observa-se que, discutindo a questão do movimento feminista, Hahner aborda que este grupo de mulheres influenciadas pelas ideias europeias não desejava a mudança na estrutura social como a aquisição dos seus direitos. Elas desejavam apenas uma semelhança com as suas irmãs da Europa, pois viam nas mesmas um exemplo de superioridade feminina. Hahner ainda cita um artigo escrito por Bertha Lutz, o qual deixa claro que se existe dentro do nosso país um desrespeito pela causa feminina este é culpa dos homens que não inseriram a mulher na legislação. Também dá ênfase para a diferença entre as mulheres europeias e as brasileiras que foram os momentos vividos por essas durante o período das guerras, momento de grande sofrimento, que teria levado à inserção da mulher de forma mais efetiva dentro das discussões, pois foram elas convocadas a fazerem parte do ambiente público.

D'Alkmin,(D'ALKIMIN,2003,p12) em seu artigo sobre o movimento feminista no Brasil, concorda, com Hahner quando coloca que este foi um movimento que esteve ligado às influências da Europa, e que por fazer parte dos ideais das camadas mais privilegiadas e por terem relações com as elites políticas teriam facilitado à obtenção do mesmo no país. No entanto, esta autora, se contrapondo a Hahner, diz que o movimento apesar de ter uma forte representação nas camadas brasileiras mais privilegiadas, também contou com a participação das trabalhadoras na luta do mesmo. O movimento dentro do Brasil foi caracterizado por ela como: um instrumento de consciência das mulheres no que tange a indisponibilidade de seus direitos políticos até então tidos como meros privilégios a serem transmitidos através de um capricho daqueles que estavam no poder”(D'ALKIMIN,2003,p12).

Este movimento de consciência despertou um novo olhar da mulher perante o seu papel dentro da sociedade, pois começa uma mudança na forma de entender ou ultrapassar o seu papel de mãe esposa e companheira. Passa a existir uma necessidade de buscar novos ofícios e posições que pela sociedade vigente estavam destinados aos homens. Mas, para existir esse questionamento e conscientização era necessário suscitar no país discussões sobre a concessão do voto para as mulheres.

No Brasil, a discussão sobre o movimento sufragista e o direito ao voto para as mulheres vai chegar ainda no ano de 1850, como enfatiza D'Alkmin(D'ALKIMIN,2003,p13). Suas principais reivindicações diziam respeito à educação e naturalmente ao voto, e que a conquista do voto nos seus primórdios esteve intimamente ligada aos nomes de Nisia Floresta e Violante Bivar Velasco, as quais através de seus escritos nos jornais davam uma visibilidade às questões femininas.D'Alkmin discute que primeira vez em que foi suscitada a ideia de concessão do voto feminino pelos deputados este não foi considerado, pois supostamente colocaria a mulher em um grande risco ao afastá-la dos seus lares.

Sobre o mesmo aspecto das discussões suscitadas por Hahner e D'Alkmin, da entrada do movimento feminista e sufragista no Brasil, Timm Soares (SOARES, 2010,p14) escreve que o movimento sufragista foi uma manifestação de grande divulgação e que teve na imprensa uma aliada na propagação da sua expansão e em outros momentos um entrave na disseminação do mesmo. Soares ainda cita que os periódicos através de suas notícias colocavam a sociedade em estado de alerta com

relação ao movimento sufragista. Assim como as autoras anteriores, ela concorda que este movimento teve uma divulgação maior por estar ligado às elites políticas, mas também destaca a importância dele para a discussão dos papéis femininos dentro da sociedade vigente.

As notícias publicadas com frequência junto às informações sobre economia, ou política mundial, local, denotando a preocupação dos articulistas responsáveis pelos periódicos em relação ao avanço do movimento sufragista no mundo e também no Brasil. Tema recorrente na imprensa, o movimento sufragista aparecia como um fantasma ameaçando o poder político masculino (SOARES, 2010, p 14).

Podemos perceber através da pesquisa feita por Timm Soares que as mensagens recebidas pelos jornais traziam o prenúncio de mudanças dentro da sociedade, através de matérias que divulgavam o avanço do movimento sufragista, sua expansão e a disseminação das suas ideologias pelo resto do mundo e no Brasil.

Dessa forma, nota-se que de acordo com a historiografia analisada no presente capítulo, o movimento sufragista feminino nasceu das reivindicações do movimento feminista e também contribuiu para a emancipação política das mulheres no Brasil. No entanto, com vistas a ampliarmos nossa análise, no próximo subcapítulo discorreremos sobre a trajetória histórica do feminismo difuso através da ação intelectual na imprensa e na literatura de algumas mulheres rio-grandinas.

1.1 Feminismo difuso: mulheres literatas, mulheres cronistas na imprensa

O feminismo difuso conceituado por Pinto, ou seja, aquele em que as reivindicações pela emancipação da figura feminina ainda não estavam relacionadas a um movimento feminista, uma vez que as mulheres estavam reivindicando de forma isolada nas regiões onde moravam, aquele onde não existem militantes nem organizações. É um feminismo fragmentado com, um discurso que transita em todas as esferas. Este feminismo difuso esteve diretamente relacionado aos primórdios da imprensa feminina no Brasil, uma vez que foi através de suas páginas que as mulheres discutiam assuntos relacionados às suas vidas e aos seus desejos. Muito mais do que moda e culinária, os jornais traziam, em seus artigos ou crônicas, poesias e reivindicações para valorização da figura feminina. (PINTO, 2003, p40)

Dentro dessa perspectiva de surgimento da imprensa feminina, Hahner em seu livro “A mulher no Brasil”, revela que na última metade do século XIX certo número de jornais editados por mulheres surgiu nas cidades das zonas centrais e sul do Brasil. (HAHNER, 1978, p129) Diferente dos jornais de moda, alguns desses periódicos pregavam pelos direitos femininos. A mesma autora ainda cita que alguns que trabalhavam esta questão mais abertamente eram editados por Francisca Senhorinha Diniz, que tinham como tema a educação das mulheres. Hahner ainda destaca que um ponto-chave constantemente reiterado por esses jornais era a necessidade da educação das mulheres, em benefício delas e da própria sociedade. Ao mesmo tempo em que enfatizava a boa educação das mães, esforçavam-se para despertar nas moças brasileiras a descoberta das suas potencialidades para aspirarem a altas posições como os homens.

Zahidé Muzart (MUZART, 1999, p12), em seus estudos sobre escritoras brasileiras do século XIX, credita o fato de uma grande quantidade de escritoras mulheres dentro deste período estar associado à condição das mesmas se encontrarem cerceadas pela educação patriarcal, o que as levava a uma vocação literária, já que a literatura era permitida às mulheres, servindo de válvula de escape do seu confinamento. Mesmo assim a autora salienta a dificuldade de encontrar as obras dessas mulheres, pois não houve uma preocupação com o resguardo das mesmas, e que várias mulheres fizeram de seus escritos sua forma de subsistência.

Assim, segundo Muzart: “uma das razões para criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade das mulheres conquistarem os seus direitos. Em primeiro lugar o direito à educação, em segundo o direito à profissão e bem mais tarde o direito ao voto” (MUZART, 1999, p15). Pode se perceber que era através da imprensa e da literatura que essas mulheres tão distanciadas das atividades públicas encontravam espaço para dar início a sua luta pela igualdade dentro da esfera política, profissional e pelo respeito enquanto mulheres. Mirian Steffen Vieira (VIEIRA, 1997, p26), em seus estudos sobre as escritoras, observa que as suas lutas pelo reconhecimento literário passavam por uma tentativa de reconhecimento de sua igualdade, pois existia a necessidade de dignificar as mulheres, de mostrar sua capacidade intelectual, criticando a ideia de sexo frágil.

Muzart, ainda destaca que, apesar dessa luta empreendida pelas mulheres, o século XIX é considerado o século da literatura no mundo e no Brasil não poderia ser diferente, pois a literatura exercia como nunca a sua função social, os escritores eram respeitados, as conferências literárias, eram consideradas um acontecimento social. Constituíam uma importante vertente de lazer de cultura da qual as mulheres não estavam excluídas. No entanto, a autora destaca que o outro lado, o de quem produzia literatura de forma profissional, a mulher ainda estava excluída, pelo papel que deveria desempenhar na sociedade. Mas segundo Muzartmulheres como Nísia Floresta, Maria Benedita Bormann e Inês Sabino, fizeram da escrita uma profissão, escrevendo poemas, romances, diários, cartas sempre com o objetivo de publicação.

Uma vez que o século XIX foi o século profícuo para o desenvolvimento da literatura no mundo e no Brasil, no Rio Grande do Sul, e mais especificamente em Rio Grande, cidade objeto de nosso estudo, não foi diferente. Podemos perceber a presença dessas escritoras através do estudo realizado por Mirian Steffen Vieira (VIEIRA,1997,p34) sobre a atuação literária de escritoras no Rio Grande do Sul, onde a mesma analisa o periódico Corimbo (1885-1925) e destaca a escrita dessas mulheres em prol do seu reconhecimento na sociedade.

Dentro deste viés, Vieira escreve que a presença de escritoras na literatura nacional, e particularmente no Rio Grande do Sul, é bastante significativa no período. Estas estavam atuando nos diversos momentos de desenvolvimento da literatura: no jornalismo político do início dos anos do século XIX, em entidades e associações de caráter literário que se disseminaram a partir da segunda metade do referido século,(sendo a Sociedade Partenon Literário a mais expressiva), como colaboradoras no periodismo literário e na imprensa geral; como editoras de periódicos literários e como autoras de publicações em diversos gêneros como poesia, romance, teatro. Entre essas autoras, Vieira destaca: Delfina Benigna da Cunha, Ana Barandas, Luciana de Abreu, Amália Figuerôa, Anna Aurora do Amaral Lisboa, Rita Barém de Melo, Andradina de Oliveira, Revocata Heloísa de Mello e Julieta de Mello Monteiro. No entanto, Vieira afirma que apesar da grande produção literária realizada por mulheres, (assim como Muzart observando a historiografia literária no país e no estado do Rio Grande do Sul), as escritoras são mencionadas de forma ilustrativa.

Mesmo que estas mulheres tenham sido pouco trabalhadas e reconhecidas pela historiografia, fica claro que a imprensa feita por elas e para elas sempre esteve presente, como relata Dulcília Buitoni em *Imprensa Feminina* (BUITONI,1990,p38). Ela observa que a imprensa feminina, mais do que a imprensa em geral, está estreitamente ligada ao contexto histórico que cria razões para seu surgimento e que interfere em passo de sua evolução. A autora ainda salienta que quando a imprensa precisou servir de canal de expressão literária, lá estava ela.

Dentro desta perspectiva, sobre a importância da imprensa feminina e sua expressão dentro da sociedade, Vieira escreve que a partir do século XIX até inícios do século XX se desenvolveu a chamada *Imprensa Feminina*, os periódicos editados por mulheres em diversos estados. No Rio Grande do Sul foram oito. Estes cumpriam um papel significativo, propiciando o contato entre escritoras, a divulgação de suas publicações, bem como a identificação dos grupos literários femininos atuantes em diversas regiões. (VIEIRA,1997,p35).

A autora coloca ainda que existia a articulação de escritoras brasileiras em uma espécie de rede de mútuo apoio, procurando reunir e valorizar as produções literárias de autoria feminina. Descreve que uma das motivações para a existência dessa articulação de escritoras brasileiras estava fundamentada na desigualdade, no âmbito da literatura com relação às produções masculinas, evidenciando o fato de não permitirem o ingresso de mulheres na Academia Brasileira de Letras. Este fato deixa claro o porquê da dificuldade de encontrar material referente às escritoras do século XIX, comentado no começo do subcapítulo.

Na mesma perspectiva de Vieira, Muzart(MUZART,1999,p16) escreve o que é muito aparente, quando se examina os periódicos femininos do século XIX até os meados do século XX, é a criação de uma verdadeira rede de sonoridade que congregava mulheres do Norte ao Sul. Relata ainda que essas escritoras publicavam em jornais fora de seus estados, demonstrando um engajamento nos ideais dessas mulheres e que eram na seção de cartas que o diálogo entre elas ocorria de forma mais clara.

Este diálogo, citado por Vieira e Muzart, fica claro à medida que compreendemos que essas mulheres, através de seus escritos, estavam lutando pelo direito a uma educação aprimorada para as mesmas. Nas suas crônicas, em seus jornais, salientavam que as mulheres, além da beleza das suas poesias, podiam dedicar parte do

seu tempo a questões políticas. Algumas às vezes publicavam seus poemas para exaltarem os feitos dos governantes, uma vez que a maioria das escritoras do século XIX era favorável ao governo, não desejavam mudar a ordem social, apenas tratavam de temas que eram importantes para as mulheres. Temas como família, aborto, divórcio, casamento, trabalho e posteriormente o voto eram temas pertinentes às mulheres, no entanto, eram vistos como polêmicos pelo resto da sociedade que ainda via na educação feminina e numa compreensão da sua existência fora dos padrões socialmente previstos como reprovações ao sexo feminino. O que foi percebido por nós foi o esforço dessas mulheres para se manterem na luta pela suas causas, seja o reconhecimento enquanto escritoras ou donas de casa. Elas levaram adiante o que mais tarde ajudou a construir o que ficou conhecido como movimento feminista, assunto que será discutido no próximo subcapítulo.

1.2 O movimento feminista no Brasil e no Rio Grande do Sul

A história do movimento feminista no Brasil não ocorreu de forma diferenciada dos países da Europa, uma vez que o mesmo teve sua origem a partir da indignação de certo grupo de mulheres que acreditavam na sua capacidade intelectual e na igualdade entre os sexos e passaram a lutar pelo direito do exercício de sua cidadania. No entanto, não temos a pretensão de fazer deste trabalho uma história do movimento feminista, mas acreditamos ser necessário um breve histórico, pois o mesmo encontra-se entrelaçado, diríamos, misturado à luta do movimento sufragista.

Pinto destaca que, desde os primórdios da Revolução Francesa no século XVIII, já era possível identificar mulheres que de forma não tão organizada, lutavam pelo direito a sua existência enquanto pessoas fora dos seus lares: era o início da busca pela cidadania. Esses movimentos foram tomando corpo na segunda metade do século XIX e, nos primórdios do século XX, deram início a uma forma mais organizada de reivindicação do direito à cidadania, que se espalhou pelo território Europeu, onde se constituiu, como um movimento legitimado perante à sociedade.(PINTO,2003,p36)

Na visão de Pitanguy e Alves seria muito difícil dar uma definição precisa do que seja feminismo, uma vez que o próprio termo traduz todo um processo que tem sua origem no passado que constrói o cotidiano e por isso não tem um ponto pré-

determinado de chegada.(ALVES & PITANGUY,2007,p27). As autoras indicam que por ser um movimento de transformação, ele vive com as contradições, avanços, recuos. O início do feminismo vai ter o seu surgimento e posteriormente o seu ressurgimento dentro dos processos históricos em um momento no qual outros movimentos pela liberdade denunciavam as exclusões que não se limitavam apenas ao econômico. No entanto, essa semelhança de exclusão da sociedade não serve como motivador para união dos mesmos, uma vez que eles mantêm a sua forma organizacional autônoma. Porém devemos perceber que são movimentos desenvolvidos entre si existindo entre eles a luta por uma sociedade mais igualitária.

Sabemos que a valorização e emancipação do sexo feminino surgem com um caráter de movimento em meados do século XIX, demonstrando a insatisfação das mulheres inconformadas com a sua situação de exclusão do mundo público. Hahner diz que durante a metade do século XIX, quando a sociedade urbana brasileira se tornou mais complexa e diversificada, um pequeno grupo de pioneiras na defesa das mulheres proclamava seu descontentamento contra a decisão masculina quanto aos papéis que foram atribuídos a elas e através da imprensa empenharam-se com força para disputar a consciência dos leitores e leitoras apesar, de ser ainda no Brasil o número pequeno de pessoas alfabetizadas. Através dos seus escritos, buscavam uma mudança no status econômico e social da mulher. (HAHNER,2003,p 256)

Segundo Cintia Roncaglio(RONCAGLIO,1996,p56), as revoluções e as mudanças ocorridas no final do século XVIII, baseadas na noção de igualdade, liberdade e opressão sofrida pelas mulheres, levou-as a formarem os grupos e associações que posteriormente abririam caminho para o movimento feminista. Para Soares, na busca pelo reconhecimento do seu direito à cidadania não entendia a submissão do seu sexo, foi esse sentimento de descontentamento com a organização social e a determinação dos papéis sociais injustos com relação às mulheres e as relações de poder existentes entre eles, que levaram a consolidação do movimento.(SOARES,2010,p126)

Para Alves e Pitanguy, ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele a relação de poder, o feminismo nesse sentido rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade aos espaços individuais e que definem como político a esfera pública objetiva. Dessa forma o discurso feminista, ao apontar

para o caráter também subjetivo da opressão e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública.(ALVES & PITANGUY, 2007, p65)

Sendo assim, para as mesmas autoras, o movimento feminista procurou em sua prática superar as formas de organização social vigente, as quais estavam permeadas de autoritarismo. Este movimento, por romper com as formas tradicionais permite à auto-organização de muitas mulheres, por ser fruto da prática e do conhecimento de algumas. Para Alves e Pitanguy o feminismo, com suas maneiras de superar as organizações e estruturas vigentes no que diz respeito à mulher, tinha como objetivo repensar e recriar uma nova identidade sua sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tivessem que se adaptar a modelos hierarquizados e onde as qualidades femininas ou masculinas fossem atribuídas aos seres humanos em sua globalidade, onde características de cada sexo possam ser atribuídas sem serem desvalorizadas, que as diferenças não se traduzissem em relações de poder.

Pode-se dizer que a trajetória do movimento feminista foi dividida em três grandes ondas. A primeira se refere às ideias e às associações principalmente ligadas aos movimentos pela conquista do voto feminino, este de maior significado por ser objeto de pesquisa por nós trabalhada. A segunda onda, ligada aos movimentos de libertação feminina da década de 1960, que buscavam a igualdade legal e social para as mulheres. E a terceira onda ou vertente do movimento feminista seria a continuação da segunda onda como forma de acertar algumas ações que fossem falhas, que teria o seu início na década de 90.

Seguindo o eco dos movimentos feministas na Europa, esta manifestação das mulheres chega ao Brasil na década de 1910, mais especificamente a partir do pós-primeira guerra mundial, uma vez que a luta pelo voto na Europa e nos Estados Unidos despertou a reivindicação também no nosso país. Assim como na Europa, as brasileiras na primeira luta tinham o voto como meta, o que significava a luta pelo exercício da sua cidadania através do direito de votar. Essas mulheres se organizaram em associações oficiais dos direitos femininos dirigidos por algumas senhoras pertencentes aos centros urbanos, as quais haviam obtido o direito a uma educação emancipadora e geralmente estudado no exterior.

Para Hahner:

Essas associações e lideranças femininas apenas foram possíveis na metade do século XIX em meio à modernização das cidades brasileiras que cresciam não somente em tamanho, mas também econômica e socialmente. Uma vez que o comércio cada vez mais florescente e ativa industrialização incipiente, a comunicação e o transporte mais eficiente e melhores índices de alfabetização, nos principais centros urbanos, sempre mais significativos facilitaram ao aparecimento de novas ideias e ideologias (HAHNER,2003,p 69).

A modernização e o crescimento dos centros urbanos e uma vida urbana levaram um grupo de mulheres a buscarem novos rumos para sua identidade, fazendo surgir de forma mais efetiva os movimentos pela luta da aquisição dos direitos femininos, no Brasil. Dentro do nosso país, uma das lideranças foi Bertha Lutz, que durante a década de 1920 foi uma das renomadas mulheres na luta pela sua cidadania. Ela, uma bióloga que havia se formado em Paris e por lá entrara em contato com as ideias das sufragistas, e trouxe para cá dando mais força a outras tantas mulheres que já empreendiam a luta pelo reconhecimento da mulher dentro da sociedade, diferente daquele já estabelecido pelo próprio sexo o ser mãe, ser esposa, e dona de casa, estes já eram reconhecidos e legitimados, mas essas sufragistas e feministas desejavam o reconhecimento do sua identidade mulher vista como companheira de luta do homem.

Para ConstanciaDuarte (DUARTE,2003,p03), citado em Ana Luiza Timm Soares, além dos grupos feministas que surgiram no interior das camadas mais abastadas presentes na sociedade, os quais ocupavam grande parcela da imprensa com suas reivindicações pela conquista dos direitos das mulheres, a década de 20 foi muito prodigiosa na movimentação feminina, houve a emergência de mulheres vinculadas ao movimento anarco-feminista, que propunha emancipação da mulher e distintos planos da vida social, tais como a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária.(SOARES,2010,p129)

Seja pelo feminismo bem comportado de Bertha ou pela vertente mais reacionária de Maria Lacerda de Moura, o feminismo trouxe para o nosso país a discussão e o repensar sobre o papel das mulheres dentro da nossa sociedade. Sofrendo repressão, essas mulheres deram início ao movimento de legitimação do voto feminino e levaram adiante sua proposta de maiores conquistas nas participações políticas.

Portanto, o movimento sufragista traria não só para o nosso país, mas para todo o mundo algumas modificações das estruturas vigentes montadas pelo capitalismo. A divisão dos papéis sociais seria questionada, o mundo privado e público perderiam suas

características com essas mudanças. Contrária a essa perspectiva, Michelle Perrot faz uma observação em relação à tendência de público e privado. Sendo assim a referida autora discorre a respeito sobre os ambientes pré-estabelecidos aos gêneros na sociedade:

Primeiramente, nem todo o público é político, nem todo o público é masculino. A presença das mulheres tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços, mistos constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo privado é feminino (PERROT, 2008, p 35).

Sobre a visibilidade da luta do movimento sufragista na imprensa, Rachel Soihet, em sua obra “Sutileza, ironia e zombaria instrumento de descrédito das lutas das mulheres pela emancipação”, relata que distintos meios de comunicação utilizavam de deboche e zombaria como forma de constranger as mulheres que lutavam por direitos, buscando frear quaisquer alterações nas relações de gênero, apresentando situações que lhes impossibilitaram o exercício pleno da sua cidadania.(SOIHET,2006,p10)

Nessa perspectiva, Monica Karawejwski concorda com o que foi colocado por outras historiadoras no que se refere ao que este movimento trouxe para as mulheres brasileiras uma maneira dessas se perceberem enquanto indivíduos distintos das suas funções de mãe e mulher. (KARAWEJWSKI,2008,p110)

Ana Luiza Timm Soares afirma que embora a primeira onda feminista e sufragista no Brasil estivesse articulada de forma mais efetiva aos interesses de mulheres brancas, heterossexuais e financeiramente privilegiadas residentes nas cidades, neste momento, no ano de 1919, quando ocorreram as greves operárias, funda-se no Rio de Janeiro a liga pela emancipação feminina.(SOARES,2010,p147)

Diante desse fato, parece ter havido certo temor no Estado sulista, demonstrado através das notícias que foram veiculadas nos jornais de maior circulação dentro do Rio Grande do Sul, de que o movimento sufragista se ampliasse nas bases de apoio entre o numeroso contingente de trabalhadoras mulheres presente nas fábricas dentro do estado e também dentro da cidade do Rio Grande. Nessa cidade, local no qual se foca nossa pesquisa, existia uma grande quantidade de fábricas instaladas e a sua maioria utilizavam a mão de obra feminina. Percebe-se através da escrita de Timm Soares que, dentro do Rio Grande do Sul o movimento sufragista sofreu grande pressão, uma vez que a doutrina positivista de Auguste Comte, largamente defendida e difundida a partir

do governo de Júlio de Castilhos, estava muito presente, portanto o ideal de mulher representado estava longe de ser os ideais do movimento sufragista.

Pedro Maia Soares, em “Feminismo no Rio Grande do Sul” aponta que ecoaram vozes no Rio Grande do Sul com relação aos movimentos de emancipação das mulheres a exemplo de outros movimentos que aconteciam no resto do país e do mundo. (SOARES, 1980, p120) Destaca com propriedade dentro de “um território de machos” como coloca a presença e a liderança de mulheres como Andradina América Andrada de Oliveira, Ana Aurora do Amaral Lisboa, e Ana Euridice Eufrasina de Barandas. O autor ainda salienta que o mistério dessas mulheres serem tão politizadas e precursoras do seu tempo deve-se ao fato de morarem em cidades como Porto Alegre e Rio Grande que devido aos seus portos de grande movimentação, facilitariam esse contato com ideias arejadas e inovadoras. Isso mesmo sendo um lugar onde o índice de analfabetismo e descaso com a educação da mulher era alto. Assim, ele salienta que elas se manifestavam em defesa do seu sexo, pela sua educação e pelos seus direitos.

Ainda dentro da perspectiva de atuação da mulher gaúcha na formação de movimentos pela conquista do direito das mulheres Soares cita o apelo feito em 1920 por Julia Lopes de Almeida às mulheres gaúchas:

Ora pois, as minha finas queridas senhoras rio-grandenses estão nessa berlinda por que são belas e fortes; por que tem entusiasmo e sabem transmiti-lo na sua palavra graciosa e franca; por que sabem rir com alegria e olhar com desassombro para as pessoas a quem fixam, por que tem firmeza e elegância do seu modo de pisar em que nada se revela de contrafeito, porque já cultivaram o esporte que da elasticidade as músculos e alegria ao espírito, e sobretudo, porque demonstram um evidente desejo de liberdade e instrução (SOARES, 1980, p124).

O que podemos perceber através do estudo feito por Pedro Maia Soares são ares de uma mulher bem participativa e consciente do seu papel social, isto, no entanto, não significa que as mulheres obtiveram uma atenção maior por parte de seus companheiros no que diz respeito à condição de uma melhor educação e à concessão dos seus direitos civis. As mulheres no Rio Grande do Sul, como em outros estados, utilizavam a imprensa para manifestarem as suas insatisfações e divulgarem suas ideias.

Os textos escritos por Ana Barandas intitulado, “Diálogos” e incluídos no volume “O Ramallete ou Flores escolhidas no jardim da imaginação”, mostram como a questão da mulher era discutida e defendida por esse grupo de mulheres. Barandas defende a participação das mulheres no debate político, procura a igualdade dos sexos mostrando

que os problemas sociais afligem homens e mulheres e, portanto, estas deveriam fazer parte das discussões. Uma característica salientada por Pedro Maia Soares é o fato de o modelo de donzela bem comportada repassada por Nisia Floresta não condiz com o modelo de mulher representado nos contos de Ana Baranda. Tanto o movimento feminista como o movimento sufragista, por serem os dois tão próximos em ideais e lutas, serviram como fomento na tomada de consciência das limitações que eram impostas às mulheres. Foi ainda no mesmo século do surgimento dos movimentos pela causa emancipatória das mulheres que os papéis entre homens e mulheres se solidificaram e se legitimaram. Recordando os escritos de Joan Scott, os movimentos que lutavam contra a exclusão dos sexos em um determinado momento histórico acabaram reforçando essas desigualdades.(SCOTT,1995,p47) E cada vez mais homens e mulheres apesar de passados muitos anos de busca pela igualdade, ainda hoje estabelecem os mesmos papéis.

1.3. O movimento sufragista no Brasil e no Rio Grande do Sul: debates que vem de fora

No desejo de lutar pelo seu direito à cidadania, as mulheres levantaram uma bandeira do exercício do ato de votar e o desejo de serem votadas. Dentro das suas reivindicações, uma no que diz respeito à luta pelo sufrágio feminino, se fez o mote de luta dessas mulheres. Pois essas mulheres acreditavam que através do ato de votarem e serem votadas poderiam e estariam resolvendo problemas de ordem social e assim amenizando as diferenças existentes entre os sexos, tendo através desse direito acesso onde antes não lhes era permitido.

Na visão de Alves e Pitanguy:

O século XIX se caracterizou por duas frentes de luta do operariado por melhores condições de trabalho (salário, redução de jornada, repouso semanal, condições de higiene) e aluta pelos direitos da cidadania. O sufrágio universal foi uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século passado, consolidava depois de muita luta, por reformas legislativas que eliminavam o voto qualificado por renda (ALVES e PITANGUY,2007,p42).

Era legitimada a conquista por participar das decisões políticas sem restrições. No entanto essa mobilização pelo sufrágio universal sem restrições deixou esquecida uma camada da sociedade, tão participativa, atuante e fundamental na construção e

desenvolvimento da sociedade que foram as mulheres. O sufrágio universal feminino não foi reconhecido pelo simples fato de que para a sociedade vigente no Brasil, este grupo que foi alijado do poder não era constituído de direitos civis, não exercia a sua cidadania e por isso não participavam das decisões políticas.

A inclusão das mulheres em atividades desenvolvidas no ambiente público teve sua luta iniciada como reivindicação específica que abarcou mulheres de todas as classes, mesmo que ao longo do seu árduo percurso o movimento tenha tido em sua linha de frente mulheres cultas e de alta condição social. O desejo de emancipação não era apenas para as mulheres de boa família, ele era estendido a todas. Ainda hoje, após anos da conquista do sufrágio, este movimento liderado por mulheres na busca de serem reconhecidas perante a sociedade não é relevante para historiografia. Ao pesquisar o movimento feminista e sufragista no Rio Grande do Sul, ainda encontramos um material muito restrito. Por ficar anos à sombra dos homens, a história das mulheres é reconstituída através dos detalhes e de batalhas empreendidas pelo chamado segundo sexo.

Ao reconstituir a trajetória do movimento sufragista para Alves e Pitanguy o mesmo teve seu início nos Estados Unidos, em 1848, denunciando a exclusão da mulher da esfera pública em um momento que existia justamente a ampliação do conceito de cidadania.(ALVES&PITANGUY,2007,p45) Abrangia e trazia para compor um número maior de cidadãos, os negros e os destituídos de renda, uma vez que com o decreto do sufrágio universal acabavam as restrições com relação ao voto. As mulheres, em contrapartida viam na posição do escravo a submissão do seu sexo ao masculino.

Essas mulheres, no desejo de adquirirem a sua emancipação através de reuniões, encontros, convenções femininas e passeatas, dão início a movimentos de denúncia da exclusão das mulheres da vida pública e principalmente das decisões, e não só a exclusão, mas também o desrespeito com relação a sua condição de mulher. Para Timm Soares, o movimento sufragista teve o seu início nos Estados Unidos no século XIX, dando voz às mulheres e denunciando a sua condição perante as sociedades. Um marco na luta pelo direito de ser reconhecida foi a Convenção dos Direitos da Mulher, realizada nos Estados Unidos em Seneca Falls , pois foi durante a realização deste evento que foi aprovada a monção a qual afirmava que todas as mulheres americanas tinham direito de lutar pelo sufrágio. (SOARES,2010,p167)

Ainda na mesma perspectiva de Ana Luiza Timm Soares, Alves e Pitanguy afirmam que depois de intensos debates e com a provação da monção, repetiram-se as convenções e os abaixo-assinados ao Congresso Nacional e Assembleias Estaduais para a reforma da Constituição Federal e Estadual a fim de conceder o direito da mulher ao sufrágio. O movimento teve sua abrangência para três gerações, adquirindo segundo elas performances mais violentas, nas quais várias sufragistas foram presas. Essa luta do movimento sufragista teve fim após trinta e dois anos de batalhas, mas no ano de 1920 foi ratificada a 19ª emenda Constitucional que concedia o direito do exercício da cidadania à mulher através do ato de votar. (ALVES & PITANGUY, 2007, p46)

Movimento semelhante à luta das americanas nos Estados Unidos foi empreendido pelas mulheres inglesas sob a liderança de John Stuart Mill, que apresenta ao Parlamento um projeto de lei que concede o direito das mulheres ao voto. Outra forma de pressão foi a fundação na Inglaterra, mais precisamente em Manchester, do Comitê para o sufrágio feminino.

Durante os seus anos de luta, o movimento sufragista teve várias características, umas com caráter revolucionário outras, no entanto, mais pacíficas sem intenção de modificação da ordem social vigente e das estruturas da sociedade no que diz respeito às condições do sexo. Essas várias facetas do movimento sufragista acabam dando origem a dois grupos no empreendimento da mesma conquista: um formado por uma ala mais contestadora, que lutava por uma mudança mais efetiva dentro da sociedade para as mulheres, cujas integrantes foram chamadas as sufragettes, e outra ala conhecida como das pacifistas. As sufragettes faziam comícios atos públicos passeatas, incitando as mulheres na luta pela conquista de serem reconhecidas na política e na sociedade, e pregavam a não existência de diferença intelectual dos gêneros.

O Movimento das Sufragettes foi semelhante em todos os países onde os direitos femininos foram reivindicados. Para Timm Soares, as ações e protestos apenas tiveram êxito quando da aprovação do Representation of the People Act, em 1918, o qual concedia a mulheres direito de votar no Reino Unido. Porém, este voto ainda possuía restrições, pois apenas podiam votar as maiores de 30 anos, restringindo parte da sociedade capacitada para o exercício da sua cidadania. (SOARES, 2010, p178)

A luta das mulheres com relação ao voto foi uma briga dura, pois em países como a França, conhecida como berço da liberdade e igualdade para os homens,

empregando este termo para me referir a ambos os sexos, as mulheres apesar de terem participado ativamente dos movimentos revolucionários, ficaram à margem das leis que davam direito a elas, sendo esquecidas novamente.

Na visão de Elisabeth Badinter, raros foram os homens que da Revolução Francesa se interessavam pelo destino de suas companheiras. Os testemunhos significativos que se referiam a ideia que eles tinham a respeito das mulheres sobre o papel delas e seu estatuto não passam de 20. E ainda assim era preciso incluir as repetições obsessivas de alguns. No total podem se contar nos dedos aqueles que tomaram posições públicas sustentadas sobre este tema. Apesar da intensa participação das mulheres em movimentos pela liberdade e momentos importantes dentro da história francesa, elas ainda não estavam aptas a participarem das discussões políticas. Em um país como a França, que tem no seu lema a “liberdade”, uma parcela da população composta pelas mulheres foi excluída politicamente e, portanto, as últimas dentro dos países com movimentação em defesa do sufrágio a terem o seu direito de voto conquistado. (BADINTER,1985,p155)

Para Cintia Roncaglio, o movimento sufragista na França a partir do fim da guerra, teve diversas propostas parlamentares para a concessão do direito ao voto para as mulheres, como forma de retribuir a ajuda das mulheres na retaguarda dos movimentos revolucionários. Assim, a Câmara dos Deputados aprova no dia 8 de março de 1919 o direito ao voto feminino sem restrição. Este projeto, no entanto, foi negado pelo Senado, que via na religiosidade da mulher um entrave para o exercício da sua capacidade de atuação nas decisões no que dizia respeito a assuntos políticos.(RONCAGLIO,1996,p61)

Podemos dizer que apesar da negação do voto feminino, a luta das mulheres pelo direito ao voto fez com que o movimento sufragista se expandisse por países da Europa e da América. Este movimento feminista pelo voto em determinados momentos de sua atuação pode contar com o apoio de outros movimentos como no caso o socialismo, mas apenas quando a luta pela emancipação da mulher não abalava e nem invertia a estrutura das ideologias do movimento.

Nos estudos de Françoise Thebaud, o movimento sufragista estadunidense é uma bandeira que unifica internacionalmente as mulheres. Quando o conflito se instaura através da guerra armada, referindo-se a primeira guerra mundial, esta frente de batalha

na luta pelo direito ao voto feminino se rompe e agora as mulheres dos inimigos também se transformam em inimigas. Este fato levou à desmobilização do movimento pela emancipação da mulher, pois criou um distanciamento das sufragistas estadunidenses das suas companheiras europeias.(THEBAUD,1991,p32)

Em contrapartida, a luta do movimento feminista por direito ao voto no Brasil não ocorreu como nos países da Europa ou nos Estados Unidos, pois não foi caracterizado por um movimento das massas. No entanto, sofreu influências diretas através dos contatos entre líderes do movimento feminista no Brasil e as líderes dos movimentos de emancipação dos direito das mulheres tanto da Europa quanto dos Estados Unidos.

Para Alves e Pitanguy com relação a conquista do voto feminino no Brasil:

O mesmo iniciou-se em 1910 quando a professora Deolinda Daltro funda no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o direito de voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembleia Constituinte em 1891. (ALVES & PINTANGUY,2007 p 47)

Essas mulheres lutavam pelo direito do exercício de sua cidadania, no entanto em 1891 o discurso vigente na Assembleia ainda retratava o medo que a presença feminina causava no ambiente público. Quanto mais as mulheres lutavam pelo direito a sua emancipação e seu distanciamento do papel doméstico ou da figura idealizada pelos homens, para exercerem outras atividades relacionadas ao espaço público, mais sofriam a oposição masculina.

Segundo Hahner:

Na concepção geral, o voto não se compartilhava com o mundo feminino dos sentimentos e do lar, ele marcava uma fissura definitiva na esfera masculina, e muitos homens temiam que o mais puro e nobre dos sexos, caso apeasse do pedestal ou dispensasse o abrigo do lar, poderia manchar-se ou corromper, com isso a sociedade se esfacelaria. (HAHNER,2003, p 156).

Para os homens seria uma temeridade conceder o voto às mulheres, pois para eles e para sociedade vigente uma figura tão doce como a da mulher, vista como capaz de abnegar-se do seu bem em prol da família, seria facilmente manipulada nas suas decisões. Por isso caberia à mulher somente comprometer-se com a sua família e a sua casa, e nunca com o mundo fora dela.

Ana Luiza Timm Soares complementa com relação ao papel da mulher na sociedade:

O comportamento feminino reivindicador de uma participação mais plena na sociedade foi visto como uma ameaça à ordem estabelecida, sob o signo de interesses masculinos no qual temeu-se a perda do predomínio nas relações de poder entre os gêneros. Desta forma tais pressupostos adquiriram naquele momento legitimidade nos saberes hegemônicos da época. A filosofia afirmava nas mulheres a inferioridade da razão como um fato incontestável, cabendo-lhes apenas, cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais, obedecer ao marido, ser-lhe fiel, e cuidar dos filhos. (SOARES, 2010, p 34)

Apesar do medo de inversão dos papéis por parte dos homens, June Hahner aponta que em um primeiro momento as primeiras defensoras da emancipação feminina dentro do Brasil não almejavam o direito ao voto, ainda que umas poucas mulheres excepcionais tivessem demonstrado interesse pelas questões políticas. Mesmo durante a Revolução Farroupilha em 1835 e o contato com o público e participando de outros movimentos abolicionistas, o voto feminino ainda estava longe de ser alcançado, uma vez que até mesmo o voto masculino ainda era restrito. Havia o pouco interesse por parte de um grupo de mulheres com relação ao direito ao voto, este certo desinteresse deve-se ao fato de em um país onde os homens têm o seu direito ao voto condicionado a sua renda financeira. Essas mulheres viam no voto uma arma ineficiente contra uma sociedade moldada pelo caráter machista, não viam no direito ao mesmo a garantia de terem as suas reivindicações atendidas. Esperavam, no entanto, algumas que com o advento da República, a situação de exclusão das mulheres fosse superada e passassem então a fazer parte das discussões políticas.

No dia 15 de novembro de 1889, através de uma conspiração militar, teve fim o Império e ocorre a Proclamação da República. Era esperada então uma maior abertura na estrutura política. O advento da República trouxe no seu bojo a extensão do voto para todos os homens alfabetizados. Via-se então a possibilidade de inclusão dos grupos que durante décadas haviam ficado de fora dos processos políticos, dentre os quais estavam as mulheres.

Para June Hahner, (HAHNER, 2003, p151) a Proclamação da República, em 1889, não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos, mas também deu às mulheres argumentos adicionais em favor do sufrágio feminino. No entanto ainda segundo a mesma autora a resistência masculina com relação ao sufrágio foi ferrenha.

(...) a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres. A mulher deveria ser o anjo protetor e confortador, companheira, amorosa de seu homem e deusa do seu lar, mas nunca adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade a base da família que por sua vez era pedra fundamental da nação. (HAHNER,2003,p151)

As mulheres desejavam serem respeitadas e reconhecidas como dona dos seus lares, lutavam pela educação, pelo voto, pelo exercício de sua cidadania, o exercício de suas potencialidades, o direito à participação e difusão de suas ideias, gostariam de estar em pé de igualdade com os homens. Uma das defensoras da igualdade masculina foi Josefina de Azevedo, que antes da queda da monarquia, proclamava que o direito ao voto feminino era uma questão bastante discutida dentro da sociedade. Estas líderes instigavam as mulheres a retirarem-se do seu papel imposto pela sociedade conclamando as mesmas a lutarem pelos seus direitos.

Para além do âmbito doméstico, elas encontrariam um vasto campo que lhes tinham sido vetado até então, inclusive a arena política. Tanto na imprensa quanto no discurso público, no Rio de Janeiro e no Nordeste do Brasil, que visitou durante o ano de 1889,Josefina de Azevedo acusava o natural egoísmo do assim chamado sexo forte que impedia as mulheres de adentrarem diretamente nas titânicas lutas da política. As mulheres tinham direitos a defender também e com o voto poderiam melhorar sua posição dentro e fora do lar. (HAHNER,2003,p163).

Para Alain Touraine, sociólogo francês, as mulheres nas suas lutas quiseram não somente abolir ou atenuar as desigualdades que sofriam e conquistar o direito de decidir livremente sobre suas vidas, como fizeram aparecer problemas a vista de todo um campo de comportamentos sociais e culturais tão novos que o pensamento não pode hoje definir o mundo contemporâneo sem colocar em seu centro a reflexão sobre a ação dessas mulheres na luta pelo sufrágio. (TOURAINÉ,2002,p57)

Luta esta que vem se legitimar com a modernidade e o avanço das reivindicações do século XX. Cada vez mais as mulheres da classe média que desejavam a inserção no espaço público e o acesso aos cargos profissionais, adquiriram direitos comparáveis aos seus irmãos e maridos. Todas essas mudanças fizeram com que algumas mulheres de classe alta e média ocupassem cargos públicos e dando início a uma campanha mais bem organizada pelo sufrágio feminino. Para Hahner,(HAHNER,2003,p169)as mulheres brasileiras da primeira onda do movimento

feminista não desejavam alterações drásticas na sociedade, uma vez que faziam parte da classe alta e por isso tinham atitudes e desejos menos radicais com relação aos papéis desenvolvidos por homens e mulheres. Ainda segundo a mesma autora:

No Brasil, mais do que em algumas outras nações latino-americanas, vários membros da elite, especialmente no Rio e em São Paulo enviaram suas filhas para as Universidades e para profissões e muitas dessas se tornaram sufragistas. No entanto o movimento sufragista no Brasil não foi apenas um movimento da classe média brasileira. Pode ser que as sufragistas brasileiras desfrutassem de laços próximos com a elite, o que teria facilitado a obtenção do voto feminino no Brasil, mais cedo do que na maioria dos países latino-americanos. (HAHNER, 2003, p.164)

Este fato, no entanto, não mudou dentro do Brasil a visão que a sociedade tinha da mulher, a visão sentimental, aquela de vocação natural para cuidar do seu lar e dos seus filhos, o seu destino era ser mãe e esposa. Pode se perceber então que o movimento sufragista sofreu uma repressão como em outros países. Hahner deixa claro e salienta que, no Congresso, o governador do Pará Lauro Sodré proclamava em 1891, a adesão a doutrina positivista, denunciava o voto das mulheres como uma ideia anárquica, desastrosa e fatal, ao mesmo tempo em que defendia que se desse às mulheres uma instrução completa, sólida, enciclopédica e integral objetivando sua elevação moral. Enquanto isto outro adepto da teoria positivista, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Educação Pública e dos Correios e telégrafos, fechava temporariamente as instituições de ensino superior às mulheres.

Segundo Hahner,

Em uma nação que experimentava significativas mudanças socioeconômicas e políticas durante o final do século XIX, as mulheres como grupo pareciam representar a estabilidade moral para a maioria dos brasileiros bem pensantes. As mulheres podiam influir socialmente no âmbito do lar, mas não no contexto da vida pública. Os brasileiros progressistas lembrando que ao orientar o desenvolvimento moral e o comportamento dos cidadãos, as mulheres estariam determinando o destino da nação. (HAHNER, 2003, p. 171).

Muitas mulheres se fizeram presentes na luta do sufrágio, algumas ligadas aos movimentos em prol do voto, outras sozinhas, como vozes solitárias em uma luta que era dada muitas vezes como perdida. Uma das precursoras foi Deolinda de Figueiredo Daltro, a qual exercera o magistério em Goiás e transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como professora Catedrática Municipal, que, a fim de fazer parte das discussões políticas funda no ano de 1910 a Junta Feminina Pró Hermes da Fonseca, esta, após a vitória de Hermes, dá continuidade na sua luta pela conquista do voto feminino. (PINTO, 2003, p.76)

Uma curiosidade no que se refere ao voto feminino no Brasil foi o fato de alguns constituintes incentivarem a concessão do voto às mulheres. Uma dessas personalidades foi o médico e constituinte Cézar Zoma, que na elaboração da primeira Constituição Republicana em 1890, fazia menção à importância do voto feminino. No entanto, o número de constituintes contrários a essa ação era maior e o voto acaba excluindo a participação das mulheres da vida pública. Estes homens não pensavam na concorrência entre os sexos e viam nas mulheres companheiras de luta, aptas para as discussões políticas.

Para Hahner, no início da segunda década do século XX, as ações feministas no Brasil haviam aumentado e a concessão de alguns direitos às mulheres, antes apenas permitidos aos homens, não alterariam as estruturas sociais brasileiras, o sufrágio feminino apenas traria ao país ares de civilização, acesso à educação também não impediria as mulheres de serem boas mães e esposas.(HAHNER,2003,p176).

Contrariando a ideia de competição entre os sexos é que Juvenal Lamartine de Faria em 1927, partidário do voto feminino, anunciava em sua plataforma da candidatura ao governo do estado do Rio Grande do Norte, a promessa dos direitos políticos para as mulheres, declarava em seus discursos que a própria Constituição de 1891, não proibia o voto às mulheres que o mesmo havia sido reprimido por parte dos homens através de uma interpretação errônea da lei. Segundo ele com o incentivo por parte deste e de outros políticos, os movimentos pela luta do sufrágio feminino começam a agir de forma mais intensa, inclusive com a criação de associações e até mesmo partidos políticos formados por grupos de mulheres. Esses partidos políticos, que serão tratados nas próximas páginas do nosso trabalho, tomaram como carro chefe as várias mulheres que já exerciam cargos públicos e os benefícios que a contribuição do voto para as mulheres traria à nação. Algumas em seus discursos ressaltavam que o que faltava na política era a doçura feminina e seu bom senso. E alegavam que o que distanciava a mulher dos seus afazeres domésticos e cuidado com o lar era a necessidade, principalmente mulheres das classes menos favorecidas, de saírem dos seus lares para adentrarem as fábricas e quando as pressões econômicas impostas e sofridas pela sociedade a faziam competir com os homens. Essa realidade era vivida por mulheres operárias que se viam constantemente atacadas e desacatadas em seus ambientes de trabalho, sofrendo a repressão dos patrões e muitas vezes de seus colegas homens no seu trabalho.(HAHNER,2003,p172)

Essa violência, muitas vezes, vivida no cotidiano pelas mulheres, logo passou a ser combatida no campo da política. Nessa perspectiva, duas mulheres entre tantas outras que lutaram pela causa feminina deram início aos primeiros partidos políticos criados e compostos por mulheres. A ironia está no fato de partidos políticos serem formados por mulheres que nem mesmo tinham o seu direito reconhecido como cidadãs através do ato de votar, eramentão invisíveis para a sociedade masculina. Como pioneiras desses empreendimentos, temos Leolinda Daltro e Bertha Lutz cada uma a sua maneira lutando pela emancipação das mulheres. No entanto, este trabalho, apesar de trazer um pouco da trajetória dessas mulheres para dar luz ao movimento sufragista no Brasil, não constitui uma biografia das mesmas, uma vez que o nosso desejo é perceber a representação do movimento sufragista na cidade do Rio Grande nos anos de 1930a 1934, através das páginas do jornal *Echo do Sul* e *O Tempo*. Entretanto, para podermos chegar até o movimento sufragista e a disseminação do mesmo para o restante do país é necessário falar do Partido Republicano Feminino fundado em 1910 e da Liga de Emancipação Feminina, logo depois transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada em 1918.

Essas mulheres lutavam pelo direito de não serem mais subordinadas à fragilidade de seu sexo, acreditavam na igualdade feminina para com o sexo masculino e somente com essa igualdade teriam o desenvolvimento da nação, quebrando assim com o paradigma de que o ambiente público era prejudicial a sua essência. Ainda declaravam que, quando era necessário, as mulheres eram convocadas para as guerras e para preencherem as vagas deixadas pelos homens em fábricas, lojas, plantações. E na maioria das vezes as mulheres da classe mais baixa tinham a sua renda como complemento para o sustento de suas famílias, e que na hora de cobrarem os impostos elas eram incluídas nessa cobrança. Para elas, a concessão do voto era uma conquista importante, pois significava a igualdade perante o homem.

Para Hahner:

O voto era, portanto, o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida a liberdade. O manifesto deixava claro que os direitos políticos não constituíam um mero privilégio a ser conferido por capricho dos que estavam no poder, porém um direito inalienável cuja supressão implicava uma grave injustiça às mulheres brasileiras. Com a não aprovação do sufrágio feminino, novas estratégias foram organizadas pelas mulheres para manter sua luta nas rodas das reivindicações.(HAHNER,2003,p 174)

Uma das táticas criadas pelas mulheres foi a criação do Partido Republicano Feminino, que tinha como ativista e fundadora a professora Leolinda Daltro, já citada em páginas anteriores, junto com sua companheira Gilka Machado, que através de suas poesias eróticas escandalizava a sociedade, elas levaram a diante um partido para um grupo aliado de qualquer poder dentro da sociedade. Elas desejavam o reconhecimento do seu importante trabalho para formação da sociedade, lutavam pela igualdade e o direito de expressão.

Através do Regimento do Partido, apresentado por Pinto, temos uma ideia do que estas mulheres esperavam com a emancipação feminina, como podemos notar:

§4º Pugnar pra que sejam consideradas extensivas as mulheres as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando na sociedade brasileira (...).

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, o bem do saneamento social, procurando no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

Para essas mulheres, como já disse Hahner, o voto era visto mais como uma arma para poderem adentrar ao cenário público e terem o reconhecimento de sua cidadania. Em seu estudo sobre o Partido Republicano Feminino, Pinto chama atenção para o fato da situação política vigente durante a criação do partido. No ano de 1909, o Brasil vivia a primeira campanha eleitoral para presidência da República, em que dois candidatos concorriam a esse cargo. Tínhamos de um lado, Hermes da Fonseca, um militar, e do outro Rui Barbosa. Este último em sua campanha apesar, de pregar as novas reformas, não havia incluído o voto feminino nas suas bases eleitorais. Dentro do contexto político, Hermes foi eleito e aos poucos o Partido Republicano Feminino foi perdendo força até o seu desaparecimento do cenário da política. (PINTO, 2003, p47)

O desaparecimento do Partido Republicano Feminino coincidiu com o ano em que Bertha Lutz retorna ao Brasil vinda de Paris. No entanto, Céli Regina Pinto escreve que não é plausível associar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino como uma extensão do Partido Republicano Feminino nem mesmo o desaparecimento do mesmo está ligado à criação do outro, este fato apenas revela as várias estratégias que as mulheres criaram em prol da conquista do direito ao sufrágio. Bertha Lutz retorna ao Brasil no ano de 1934, formada em Direito e se torna para Céli Regina Pinto, uma das mais importantes ativistas e líderes do movimento no nosso país. (PINTO, 2003, p49)

No ano de 1928, através da FBPF, foi redigido um manifesto da Declaração dos Direitos da Mulher. Este manifesto contava com a assinatura de mulheres não somente ligadas aos movimentos pela emancipação, mas também com a assinatura de mulheres da alta sociedade como a senhora Clotilde de Melo Viana mulher do então vice-presidente do Brasil Fernando de Mello Vianna. O manifesto se embasava em direitos básicos que se acreditava garantidos aos homens e mulheres desde seu nascimento sem distinção dos sexos. Defendia-se no princípio de que homens e mulheres nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercerem os seus direitos e deveres individuais.

Bertha Lutz, nas décadas de 20 e 30 ,teve várias seguidoras dentre elas se incluíam advogadas, médicas e engenheiras. Estas mulheres se utilizavam da imprensa para divulgarem a sua causa e terem mais adeptos à mesma. Segundo Hahner, ainda pouco após retornar ao Brasil em 1918, Bertha publica um artigo seminal que ajudou a lançar a semente do movimento feminista, onde fazia um chamamento à luta das mulheres, dando resposta a um colunista num jornal do Rio de Janeiro que dissertava a respeito da pouca influência que o movimento feminista dos Estados Unidos e da Grã-Bretonha tinha sobre o Brasil(HAHNER,2003,p186). A convocação para mulheres era para juntas formarem uma liga de mulheres, não para quebrarem as vidraças como faziam as sufragettes, mas sim um grupo de mulheres que entendesse que a mulher não deveria viver parasitariamente de seu sexo, mas ao contrário, deveria ser útil e capaz de assumir responsabilidades políticas no futuro. E acrescentava que o melhor papel da mulher seria o de tornarem-se instrumentos preciosos ao progresso do Brasil. Essa liga da mulher pela emancipação feminina foi fundada ainda no ano de 1919.

Em sua luta, tanto Bertha Lutz quanto sua aliada Maria Lacerda de Moura, mantiveram contato com as feministas norte-americanas. De volta de sua viagem aos Estados Unidos,Bertha trouxe consigo além de uma carga de discussões a respeito do movimento feminino, a presidente da Associação Americana de Mulheres e uma representante da Aliança do Sufrágio da Holanda, para participarem do I Congresso Feminino promovido no Brasil sob a organização de Bertha Lutz.

Para Hahner:

Bertha Lutz preferia discutir direitos políticos e legais ou questões econômicas e educacionais a assuntos tais como a emancipação intelectual ou sexual da mulher. O voto feminino serviria não apenas como uma ferramenta para realização do progresso feminino, mas também serviria como um símbolo dos direitos da cidadania (HAHNER,2003,p 298).

Essa feminista, em seus projetos para emancipação, feminina buscava a igualdade de pagamento de salários, mas. Para que esse fosse obtido, seria necessário o acesso das mulheres no ambiente político, e tinham no voto um meio de ação para o reconhecimento dos seus direitos. O contato de Lutz com as questões feministas do hemisfério norte proporcionaram a mesma, em 1922, uma nova visão do movimento feminista, percebendo que o feminismo desenvolvido nos Estados Unidos mais se identificava com o modo político brasileiro. Como escreve Pinto, o feminismo bem comportado de Lutz estava longe das ações violentas empreendidas pelas sufragettes europeias. A Liga pela Emancipação da Mulher mais tarde denominada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, não estava ligada a movimentos de subversão da ordem social.(PINTO,2003,p52)

Alves e Pitanguy em suas pesquisas sobre o movimento feminista declaram que as táticas utilizadas pela FBPF são a do lobby, que seria a pressão sobre os membros do congresso e a divulgação de suas atividades pela Imprensa para mobilização da opinião pública.(ALVES&PITANGUY,2007,p43) Com esse diferencial de movimento de contestação, mas não de agressão à FBPF, programava congressos e convidava para participarem dos mesmos, personalidades importantes ligadas aos movimentos feministas nos Estado Unidos e na Europa. Como foi o caso da participação de Carrie Chapmam Catt uma das lideres do movimento sufragista nos Estados Unidos. Foi durante a realização do I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro que nascera de forma efetiva a FBPF, esta se espalhando pelo restante do país. Durante a realização do congresso faziam-se presentes personalidades políticas importantes dentro da política brasileira. Um importante aliado na luta pelo voto feminino foi Juvenal Lamartine que havia sido favorável ao projeto que regulamentava o sufrágio feminino na Comissão de Constituição e Justiça, em 1927.

Hahner aponta que a impressão que Carrie Caphman teve sob o movimento sufragista brasileiro foi positivo, à medida que observou que apesar de algumas mulheres oferecerem resistência ao saírem sozinhas às ruas, o Brasil era um país que apresentava um alto índice de mulheres com instrução superior, como médicas,

advogadas, escritoras, artistas, poetisas, pintoras, engenheiras, aviadoras e jornalistas. Esse respeito pelo movimento sufragista brasileiro proporcionou uma relação duradoura e sólida entre Bertha e Carrie, gerando uma publicidade favorável para o movimento tanto dentro do país como no exterior, fato que também legitimou a figura de Bertha Lutz à frente do movimento no nosso país.

Ainda segundo Hahner:

O direito de voto tornou-se foco da atividade feminista nos anos 20. As feministas brasileiras montaram uma efetiva e bem divulgada campanha sufragista que atingiu seu objetivo maior em 1932, apenas uma década depois da fundação da FBPF. Elas acreditavam que o voto fornecia a chave para as conquistas futuras do feminismo. (HAHNER, 2003, p 305).

Como forma de manifestação para divulgação de sua causa, as mulheres utilizaram a imprensa como fonte transmissora de suas campanhas, através da escrita de resenhas e entrevistas, divulgaram sua luta com argumentações razoáveis de forma a atrair a opinião pública em seu favor. Utilizavam argumentos como a contribuição da mulher para política através da sua serenidade e também utilizavam a justiça na interpretação falha no que diz respeito à concessão ao voto as mulheres. Estas mulheres mantinham relações estáveis no ambiente político de forma a pleitearem votos favoráveis a sua campanha.

Utilizando-me ainda do que foi identificado por Hahner sobre o movimento feminista no Brasil, saliento o que sobre o desejo das líderes do movimento no Brasil que eram:

Reformar mais do que reestruturar radicalmente o sistema político e social da nação. Buscavam se unir ao sistema como participantes iguais para melhorá-lo e não para subvertê-lo. Por isso mesmo, como suas predecessoras sempre ressaltavam a importância da contribuição que as mulheres seriam capazes de dar em prol das necessidades públicas e sociais da nação, e um espírito assistencial e participativo passou a impregnar o movimento. No confronto com os temores anti-sufragistas em especial sobre o cuidado da família, tinham de reiterar o argumento que as obrigações políticas de uma mulher não constituem qualquer ameaça para vida do lar, nem lhes demandariam muito tempo para serem cumpridas. (HAHNER, 2003, p 311)

No entanto, apesar da presença forte de liderança de Bertha a mesma não conseguiu a homogeneidade no movimento ainda na década de 1920, quando a luta pelo movimento foi mais acirrada. Segundo Pinto, a advogada gaúcha Natércia Silveira disputou no ano de 1920 a liderança do movimento. Esta se retirou da Federação em 1929, quando demonstrou seu apoio à candidatura de Getúlio Vargas para Presidência

da República, criando um impasse com a liderança da federação que via na ligação política uma ameaça aos interesses dos movimentos.(PINTO,2003,p56)

Devemos lembrar que no Brasil a luta pelo sufrágio feminino não ficou restrita às atuações da FBPF. Houve diversas formas de luta, bem como necessárias tentativas de algumas mulheres para conseguirem o direito ao voto e se alistarem como eleitoras e não candidatas. Pinto salienta ainda Elvira Kamel por ser a primeira mulher mineira eleitora em 1928 com apenas 23 anos de idade e Julia Alves Barbosa por ter requerido o seu alistamento e após sendo eleita para Câmara Municipal de Natal. Discutindo a luta ainda do sufrágio feminino no ano de 1931, para Hahner, a FBPF teve uma surpresa quando, em agosto através do código eleitoral provisório que dava direitos restritos de voto as mulheres, foram contempladas as viúvas, as solteiras e aquelas casadas com autorização do marido.(HAHNER,2003,p 210) Utilizou-se o termo surpresa, pois se acreditava que através do governo de Getúlio Vargas as mulheres conquistariam o seu lugar junto à política. O direito ao voto feminino sem restrição apenas foi concedido às mulheres no ano de 1932. No ponto de vista de Mônica Karawejwski na verdade o direito à concessão do voto feminino ocorreu no momento em que já não se podia mais negar o direito à cidadania, bem como existia a necessidade de inclusão de novos e maiores números de eleitores às urnas.(KARAWEJWSKI,2008,p169)

No entanto, Pinto declara que mesmo com a conquista do sufrágio a luta feminina teve continuação até o ano de 1937, quando o Estado Novo fez calar a movimentação pela ampliação dos direitos femininos. Mesmo não sendo extinta a FBPF não obteve mais a mesma representação no cenário político(PINTO,2003,p61). Para Alves e Pitanguy, os anos de 1930 e 1932 representaram um período em que formalmente as reivindicações das mulheres haviam sido atendidas, podiam votar e serem votadas, ingressar nas instituições escolares e, principalmente, participar em pé de igualdade com os homens(ALVES & PITANGUY,2007,p48). Uma vez que o sistema social e político tanto capitalista como o socialista havia absorvido de alguma forma, estas conquistas que implicavam no reconhecimento da cidadania. Segundo ainda as mesmas escritoras, o movimento sufragista não pode ser confundido com movimento feminista, mas ele também teve o papel de denunciar a não participação das mulheres dentro da sociedade, a exclusão da mulher. Para elas tanto o movimento sufragista quanto o movimento feminista estariam fadados ao esquecimento com a instalação do Estado Novo.

Hahner também salienta que a campanha sufragista dentro do Brasil não se caracterizou por ser um movimento das massas, mas possui um diferencial: teve o mérito de se caracterizar por sua excelente organização, bem melhor do que a maioria dos movimentos semelhantes que ocorreram posteriormente na América Latina. Ela ainda observa que ainda que o mesmo tenha dependido dos homens para sua aprovação no que diz respeito ao voto as lideranças a frente do movimento sempre foram de mulheres.(HAHNER,2003,p225)

Não podemos esquecer que este movimento sufragista que tanto teve destaque dentro do Brasil só foi possível à medida que mulheres como Nisia Floresta, uma das primeiras mulheres consideradas jornalista no Brasil entre tantas outras que através de suas vozes ligadas a movimentos abolicionistas nos anos de 1850 e nos jornais criados e mantidos por mulheres, deram voz à causa maior da conquista do voto, concedida paulatinamente. Luta essa que levou anos para ser reconhecida e aceita pela sociedade.Sendo assim, a partir desse debate sobre a historiografia referente ao movimento sufragista feminino e da análise da própria trajetória do mesmo, no próximo capítulo analisaremos o papel e atuação da imprensa para o avanço das ideias feministas no Brasil.

Capítulo 2: Representações do Sufragismo Tema na Imprensa Rio-Grandina: Debates no *Echo do Sul* e *O Tempo* (1930-1934)

Neste capítulo temos como objetivo discutir a relevância da imprensa escrita para os estudos sobre os movimentos sufragistas nos anos de 1930. Assim, no presente capítulo analisaremos especificamente a representação do movimento sufragista na cidade do Rio Grande, marcada por ser portuária e, portanto, um espaço profícuo para debates de temas polêmicos. No nosso caso, utilizaremos a imprensa para o estudo das representações sobre as ideias a respeito do movimento sufragista na cidade do Rio Grande. Uma vez que através dos periódicos podemos desvendar o social, o político econômico dentro de um período pré-determinado para o estudo dos agentes do processo social, assim como a participação das mulheres no campo dos debates políticos, elencamos a possibilidade de utilização destes veículos de comunicação para a compreensão do processo histórico no qual o movimento sufragista feminino se insere.

Para Terrou, a busca cada vez maior por informações inerentes à grande parte da sociedade, como a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, consistiram em elementos motores para criação de sistemas, coletas e a propagação de informações, que levaram à evolução da imprensa. Ainda que no passado possamos localizar outros veículos de comunicação, que constituíram certa equivalência à imprensa, podendo ser encontrada mesmo antes da difusão das atividades tipográficas, estes longínquos antecedentes e suas semelhanças não chegam a ser suficientes para explicar a gênese das práticas jornalísticas. Assim para Terrou, estas origens, as transformações do mundo moderno, como o crescimento da curiosidade científica e da necessidade de dados informativos, como o Renascimento; as polêmicas religiosas advindas da Reforma e da Contra-Reforma; as trocas de informações, como o incremento das atividades bancárias e comerciais; os progressos burocráticos e de comunicação que acompanharam a afirmação dos Estados Nacionais, e os avanços tecnológicos, mormente com a invenção da tipografia, desempenharam significativo papel. Surgiram desta maneira, ainda no século XVI e XVII, uma série de folhas volantes impressas como os libelos, os pasquins, os almanaques, os quais tiveram uma longa sobrevivência (TERROU, 1990, p3-6).

À medida que a sociedade foi se organizando enquanto Nação, com o advento dos avanços nas curiosidades científicas, surgiu a necessidade de uma maior comunicação e troca de informações, instigando a formação da imprensa, que, enquanto espaço de representação social, traduzia ideias de seus grupos produtores. Através das mudanças oriundas com a maior organização da sociedade é que, desde o século XIX, em um crescente processo, os meios de comunicação passaram a fazer parte da vida da maioria das comunidades. Nesse novo contexto, a imprensa passou a fazer parte do cotidiano das pessoas letradas e não letradas, contribuindo para a formação e massificação de hábitos de consumo e comportamentos.

Dessa forma foram sendo criadas as condições para o surgimento da imprensa, no entanto, foi apenas no século XVIII que o jornalismo atingiu sua importância maior perante a sociedade, uma vez que ele acompanhou as ondas revolucionárias que marcaram a história da Europa, onde pôde primeiro sentir os efeitos das mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o mundo estava passando. Todas essas mudanças também influenciaram o papel da imprensa que passou então a ser porta-voz das mudanças, espalhando-se por diversos países de forma diferenciada de acordo com a necessidade de cada um deles.

Para Francisco Rudigger, este autor considerado um clássico dentro da historiografia, o aparecimento da imprensa está relacionado com as exigências da vida política, da inserção de novos grupos nos debates de dimensão política, destino e vontade ativa na vida pública. Nessa direção, o desenvolvimento da imprensa resultaria do desdobramento do campo político e em particular da necessidade das classes e como essas se fizeram representar e valer seu arbitrário político-cultural no campo social. Segundo ainda o mesmo autor, o jornalismo nasceu dentro do processo de formação do mundo moderno (RUDIGGER, 1985, p. 116).

No mundo moderno, conforme afirmou Rudigger, as mudanças políticas, as descobertas científicas, foram instrumentos de implementação e avanço da imprensa. Dessa forma, a necessidade de discussão na sociedade encontrou espaço nas páginas dos periódicos de maneira que os mesmos acabaram utilizados como instrumentos de poder de partidos políticos, que se valiam de suas páginas para fazerem apologias políticas. Uma vez que o conteúdo jornalístico está atrelado ao seu tempo, ele não constituiu a verdade de uma época ainda que sobre alguns aspectos apresente alguns falseamentos

da realidade daquela sociedade, é o que de mais próximo podemos saber a respeito do espaço urbano por nós analisado.(SOSA,2007,p34)

No discurso jornalístico, encontramos as questões sociais que permeiam o cotidiano de uma cidade, os temas polêmicos referentes ao momento histórico de forma mais direta. Nos jornais por nós analisados, através de uma leitura cuidadosa podemos perceber as tendências políticas e a maneira como os mesmos conduziram as questões relacionadas às ideias sobre o movimento sufragista dentro do ambiente citadino. Contra ou a favor, suas opiniões estavam impressas e revelando os valores sociais exigidos pelo período. Em nosso recorte temporal o mesmo se mostra de certa forma conturbada, sendo marcado inclusive por alguns movimentos de contestação dos poderes políticos e outros movimentos culturais que marcaram as organizações sociais no que dizem respeito à questão dos direitos das mulheres.

Deste modo, a imprensa, durante todo o século XIX, foi o meio mais eficaz de difusão, divulgação de ideias, opiniões, informações, com um papel relevante na formação de gostos, hábitos, atitudes e desejos da opinião pública. Mas, algumas vezes, foi manipuladora dessas opiniões, pois intervia nas formas como as notícias eram veiculadas, agindo então como agente da história. Por estar atuando dentro da sociedade, disseminando ideias e comportamentos, trazendo informações à população, é que os estudiosos passaram a perceber a imprensa como fonte de estudo para reconstrução do passado.

Citando Rodrigues:

Esta valorização do jornalismo como instrumento para pesquisa histórica levou os historiadores a enfrentar e sobrepujar uma série de obstáculos intrínsecos a utilização desse tipo de documentação, como falta de coleções completas, normalmente quando se trata da pequena imprensa, da qual os exemplares remanescentes são de número extremamente reduzido e os problemas do material como fonte (RODRIGUES,1968, p170).

A superação das dificuldades de trabalho com a imprensa como fonte de pesquisa para os historiadores, conforme discorreu Rodrigues, demonstra a valorização dessa fonte para os estudos em História Social. Com a valorização por parte dos historiadores da utilização da imprensa como fonte, preconceitos com relação a mesma foram também sobrepujados, pois se passou a perceber que através dos jornais podíamos de certa forma analisar como a sociedade do período estudado estava organizada, quais

os temas em discussão. Mesmo em edições não completas podemos ter indícios da sociedade, de suas representações.

Francisco das Neves Alves em suas obras sobre a formação da imprensa geral e de forma especial em seus estudos sobre a imprensa rio-grandina. Destaca que a imprensa, progressivamente, passou a conquistar um papel de destaque ao embasar pesquisas de natureza histórica, uma vez que, a partir do jornalismo, o historiador poderá desvendar os mais variados fundamentos e elementos que demarcaram a existência das sociedades. (ALVES,1999,p133) A utilização dos jornais como fonte traria para os historiadores experiências através do discurso jornalístico que somente seriam possíveis através da leitura e pesquisa realizadas nessa nova fonte. Ainda citando Francisco das Neves Alves, a análise do processo histórico brasileiro foi desenvolvida com fecundidade através de estudos que se fundamentaram nos jornais como fonte para entender o passado.

Para Antonio Nóvoa: “A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo em que denunciam situações do presente” (NÓVOA,2002,p11). Como podemos observar, para o autor, os estudos, este que apresentamos fundamentado em arcaibouços documentais constituídos de jornais ou outros periódicos impressos, contribuem para a compreensão das experiências sociais, tanto na esfera do micro, quanto do macro.

Embora haja uma diferença no estilo e objeto presentes nas fontes de estudo de Nóvoa, com este texto podemos entender que a imprensa é o lugar ideal para análises do cotidiano sociocultural e conforme o estudo aqui apresentado, de manifestações do movimento sufragista. Também o autor indica que a produção da informação constituída na imprensa pode ser diferenciada devido à linguagem simples, clara e imediata que este meio de comunicação utiliza no processo de sua criação, onde o discurso se constrói a partir dos múltiplos atores da sociedade, e sua ligação entre o Estado e a vida cotidiana de cada indivíduo. Nóvoa considera a polêmica presente nos periódicos como um dos objetivos que tornam a imprensa uma interessante fonte de estudo para a historiografia.

De acordo com Nóvoa:

“As suas páginas revelam, quase sempre a “quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita

jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permitem por isso mesmo, leituras que outras fontes não permitem (NÓVOA,2002, p31).

A imprensa enquanto fonte não pode responder a todas as problemáticas postas ao passado, conforme analisou o autor, mas contribui de forma contundente para os estudos sobre o pensamento e instrumentos normatizadores de determinadas épocas.

Por perceber que através das páginas dos jornais podemos reconstruir as discussões pertinentes a uma sociedade e a maneira como as mesmas estavam inseridas dentro do contexto social, selecionamos dois jornais de grande circulação na cidade do Rio Grande para o estudo da presença das ideias sobre o movimento sufragista nos anos de 1930-1934. A escrita peculiar da imprensa dentro do contexto do jornalismo noticioso permite que tenhamos uma visão do cotidiano das mulheres e de suas formas de lutas empreendidas pelas causas femininas, preenchendo e reconstruindo seja através de pequenos fragmentos em suas notas muitas vezes discretas nas páginas dos jornais ou nas notícias de primeira página estampando a rotina e a luta liderada pelas mulheres em busca da cidadania.

Dentro deste contexto do jornalismo noticioso é que vamos encontrar nas páginas do *Echo do Sul* e do *O Tempo* o contato com este mundo que permeava a condição feminina, percebendo as movimentações das matérias ligadas aos movimentos feministas, pela leitura das notícias de maneira que possamos então perceber os discursos aos quais as mulheres rio-grandinas tinham acesso, e levando também em consideração que dentro da nossa cidade nem todas as mulheres tinham oportunidade de leitura.

Devido a uma parte significativa da sociedade não ser letrada e tendo algumas mulheres como parte integrante deste grupo alijado da educação, a imprensa estaria sujeita a mudanças necessárias para poder continuar presente na sociedade atingindo várias camadas sociais e todos os gêneros. Dentro dessas modificações pertinentes à permanência de uma imprensa, com temas direcionados às mulheres passaram a ser divulgados em suas páginas como: moda, família e outros assuntos. O espaço da imprensa passou a ser utilizado como formador de opinião, normatizador dos comportamentos femininos. Entretanto, as mulheres se utilizaram da imprensa para ganhar voz perante uma sociedade que ainda se encontrava liderada por homens. Nessa

direção, durante a nossa pesquisa sobre a representação das ideias sobre o movimento sufragista, percebemos que os escritos são produto do que o corpo editorial do jornal desejava publicar.

Portanto, em busca da história das mulheres dentro da cidade do Rio Grande e sua luta pelo direito ao sufrágio feminino, recorreremos aos jornais como forma de poder visualizar um pouco do cotidiano do mundo feminino no período de 1930-1934, procurando perceber através dos mesmos a inserção da mulher dentro do espaço público e como tinham acesso às questões pertinentes ao momento histórico, como as causas feministas e a luta pelo sufrágio feminino. Sendo assim, nossa proposta de trabalho se limita ao período entre os anos de 1930-1934, início da Era Vargas, quando o sufrágio feminino foi aprovado.

Dentro desta perspectiva, a utilização da imprensa para traçar um panorama a respeito da trajetória das mulheres no período histórico se faz de imensa relevância, uma vez que as mulheres, ao desejarem tomar parte no mundo público, de forma mais clara pelo desejo ao sufrágio feminino, utilizaram primeiro a imprensa e a literatura como forma de expressão das suas ideias. Foi através da imprensa que as mulheres conseguiram expor os seus pensamentos ainda que às vezes de forma subliminares, em seus poemas publicados em jornais, e outras vezes através de árduas críticas. Não importando as diversidades regionais, a imprensa foi um refúgio para mulheres. Suas lutas pela educação passaram pelas páginas da imprensa quando as feministas em seus jornais, ainda que efêmeros, defendiam o direito à alfabetização das mulheres e incentivavam cada vez mais que as meninas, ao invés de corte e costura, deveriam receber aulas de gramática e cálculos.

Devido a essa gama de informações e possibilidades a serem analisadas que a imprensa apresenta, é necessário lembrar que não basta estudar um fato isolado, precisamos investigar todo o contexto social, político e econômico, no qual o centro do estudo está envolvido. Para não correremos o risco de fazer uma análise superficial do objeto de estudo, é que nosso próximo subcapítulo versa um pouco sobre as nossas duas fontes e traça, através do mesmo, um pouco da trajetória do município.

2.1 Trajetória do *Echo do Sul* e o *Tempo* em Rio Grande.

Dentro deste subcapítulo serão discutidos e analisados os jornais selecionados e utilizados como fonte para realização desta pesquisa, através de um breve histórico dos jornais de forma a contextualizar os mesmos dentro do período por nós analisado.

Entendemos ser necessário mostrar a forma como o jornal era editado. Será feita uma pequena amostragem do jornal indicando tamanho de sua folha, quantidade de páginas, a diagramação do mesmo e como as matérias do nosso interesse eram divulgadas nas páginas dos periódicos. Para revivermos a história da imprensa na cidade de Rio Grande se faz necessário um pequeno histórico do surgimento da mesma, como maneira de podermos entender o discurso dos jornais e como os mesmos foram produzidos e distribuídos na cidade do Rio Grande que contava no período com uma população de 50.500 habitantes (BITTENCOURT,2007,p176). Que seguiam as normas adotadas pela imprensa vigente no resto do país com um caráter mais moderno para atender as necessidades de uma população ávida por informação. Assim Tânia Regina de Luca disserta em sua obra “Historia da Imprensa no Brasil”()que, o discurso publicitário, peculiar às cidades modernas, articulava-se às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se numa fonte essencial de recursos.(LUCA,2012,p152)

Sendo assim, acompanhando então o crescimento econômico e populacional, vai surgir também na cidade do Rio Grande uma elite rio-grandina que aprimorava os seus gostos, costumes e hábitos como forma de mostrar a sua prosperidade, e também mandavam seus filhos estudarem no exterior bem como realizavam viagens a Europa.

Segundo Torres:

As práticas desse segmento social, na busca de um verniz civilizador contribuíram de forma direta ou indireta para o aprimoramento de um arcabouço cultural da cidade. Já que uma parcela mais limitada de representantes dos setores intermediários, de acordo com as condições financeiras foi viável também constituir-se em consumidores de culturas, lendo livros, jornais e revistas frequentando teatros ou investindo no aprimoramento cultural dos filhos (TORRES,1999,p126).

Podemos perceber que o porto da cidade serviu como porta de entrada para produtos, como também serviu de entrada para cultura e criação de hábitos como a leitura, o que levou então a urbe rio-grandina a ter uma grande quantidade de periódicos

em circulação. Com a criação de biblioteca e salas de leitura criou-se um hábito e um crescimento intelectual de forma a ser um centro de grande diversidade cultural e disseminação de informações. A cidade através do seu porto, tornou-se um espaço profícuo para troca de culturas e discussões polêmicas no que diz respeito a assuntos regionais e até mesmo internacionais através das páginas dos jornais, ainda mais no que diz respeito a questões políticas. A maioria dos periódicos trazia matérias sobre a situação política do país e do exterior. Sendo a imprensa rio-grandina uma das mais destacadas no Rio Grande do Sul, por ser uma das primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, o jornalismo rio-grandino acompanhou a evolução da imprensa brasileira. Na visão de Lourival Viana, o porto de Rio Grande não representou apenas a porta de entrada da Província em termos de comércio de mercadorias, servindo também à circulação de informações, ideias e opiniões, pois durante significativo período, as notícias chegavam ao sul através dos jornais do Rio e da Europa, vindos de navio, por meio de Rio Grande (VIANA, apud, ALVES 1999,p129).

Pela situação relatada por Francisco das Neves Alves, nota-se então como era expressiva a imprensa rio-grandina e quão fecundo os seus discursos e debates. Podemos dizer então que a cidade do Rio Grande no século XIX era referência em periódicos, sendo uma das cidades de maior destaque do Rio Grande do Sul, tanto pela quantidade quanto pela qualidade dos periódicos. A imprensa local era somente superada pela imprensa porto alegreense, sendo seguida pela pelotense e se distanciando em grande escala das outras localidades do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, Rio Grande então acompanhava o crescimento jornalístico do restante do país, tornando o seu espaço urbano fértil para o crescimento intelectual de sua população, sendo detentora de periódicos com uma grande longevidade. Percebemos então que a imprensa escrita e a sua popularização, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela cidade devido ao grande número de pessoas que não tinha acesso aos bancos escolares, teve na imprensa o grande veículo de comunicação.

Nesta perspectiva devemos destacar que tanto a imprensa do Rio Grande do Sul como a imprensa rio-grandina foram marcadas pelo jornalismo de cunho político-partidário. Em suas páginas eram travadas batalhas ideológicas, incentivando as disputas entre os grupos rivais. Manipulando muitas vezes a opinião pública, comportamento este que marcaria o restante da trajetória da imprensa. Cada jornal

possuía a sua identidade partidária, desenvolvendo através de mecanismos diferenciados a maneira de atingir o seu público no cenário do jornalismo rio-grandino. Apresentaremos agora os jornais por nós analisados.

Começaremos então como o *Echo do Sul*, que era órgão do partido conservador. O *Echo do Sul* foi um dos jornais de maior longevidade dentro da imprensa rio-grandina, sendo suas ideias de extrema importância para o contexto gaúcho da época, período de grande efervescência política. Este teve o seu primeiro editorial na cidade de Jaguarão onde inicialmente teve como diretor e redator Pedro Bernardino de Moura, apelidado de Moura Carijó, e tinha como característica a pasquinagem. Os pasquins foram caracterizados por Alves como folhas de pequeno formato de circulação bastante irregular, duração efêmera, e utilização muitas vezes de um palavreado chulo.(ALVES,1999,p109).Estas eram as publicações do *Echo do Sul*, até então atingir o seu auge com publicações de natureza política, literária e comercial.

Com a instalação da República, o jornal manteve o seu discurso no partidarismo onde inicialmente apoiava o governo republicano. No entanto, logo em seguida, apresenta apoiando uma resistência aberta à oposição, mantendo-se no combate ao situacionismo nos momentos cruciais da transição monárquica-republicana. Esta folha contrária ao sistema castilhistaborgista manteve o seu discurso de oposição até mesmo após o término da Revolução Federalista. Somente no fim da década do século XIX que as mudanças ocorreriam neste periódico de maneira a se adaptar às necessidades econômicas e à busca pela desvinculação dos partidos. Nas suas primeiras edições o mesmo servia mais como forma pessoal do proprietário fazer campanhas contra seus desafetos pessoais.(ALVES,2002,p272)

Francisco das Neves Alves em seus estudos sobre a imprensa rio-grandina declara que o *Echo do Sul*:

Quanto a definição política, durante a sua primeira década de existência o jornal refletiu a indefinição partidária que marcava o cenário político de então, manifestando-se contrariamente as coligações que congregavam os sectários tanto do Partido Conservador, quanto do Liberal. Refletindo a estas alianças a folha declarava que um só dia não deveriam tais homens, de ideias tão heterogêneas de pensares tão opostos, governar o país. Argumentava então que se colocava na expectativa e a estudar a marcha administrativa, tendo em vista que por ora tudo era ambíguo (ALVES,2002,p273).

Podemos perceber que a folha assumiu um caráter ambíguo em momentos que a política encontrava-se de forma tensa dentro do país, não aderindo assim a coligações

que estavam por vir. Mas no segundo semestre da década de 1930, a folha começa a fazer apologia à revolução, apresentando essa como a única forma de salvar o país. Dentro do periódico se pode notar a mudança no pensamento da sociedade, através dos discursos jornalísticos.

Já quando o mesmo ficou sob a direção de Roque Aíta Junior, pois o referido jornal esteve arrendado até o ano de 1933, o veículo se dizia e procurava se tornar cada vez mais independente, apresentando-se, inclusive, no seu cabeçalho como folha independente. Sob a direção de Roque Aíta, o jornal se declarava sem ligação com qualquer partido político, se intitulando como órgão da coletividade rio-grandina e em defesa dos ideais da cidade do Rio Grande. Sendo assim o *Echo do Sul* se posicionava livre dos partidos e discussões políticas, se tornando de caráter informativo, mudando inclusive a sua grafia para *Éco do Sul*. Este diário rio-grandino atingiu sua ampla divulgação na região sul sendo distribuído em Porto Alegre, Uruguaiana, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar e Caçapava. Como exemplar para todas as mudanças ocorridas em seu editorial o periódico teve como parâmetro o jornal Porto Alegrense *Correio do Povo*.

Em sua mudança editorial com ares de modernização acompanhando as mudanças do jornalismo brasileiro insere fotos às suas notícias, dando ênfase a assuntos antes não publicados em suas páginas como o futebol e a notícias de caráter policial. Nos últimos anos de sua publicação, uma vez que o jornal teve o fim de sua publicação no primeiro semestre do ano de 1934, já novamente sob a direção e coordenação dos descendentes de Rodrigues de Oliveira, deu maior ênfase a notícias da Europa, preparando o cenário para a segunda guerra.

Segundo Francisco das Neves Alves:

Como folha independente e com uma proposta apolítica, o *Éco* não se rendeu ,no entanto, ao governismo e permaneceu mesmo que de forma implícita, consistindo num adversário do Castilhismo-borgismo. Apesar de não se envolver mais tão direto e sistematicamente nas disputas políticas partidárias quanto fazia no século XIX, o jornal manteve suas páginas o espírito dos federalistas gasparistas (ALVES, 1999,p363).

O *Echo do Sul* foi vendido pela viúva de Pedro Bernardino de Moura a senhora Benjamina, que fez a venda do mesmo com todo o seu arquivo e impressora para Alfredo Rodrigues de Oliveira. Este presenteou seu filho que havia estudado jornalismo na Suíça com os pertences do Jornal *Echo do Sul*. Segundo pesquisas feitas por Luiz

Henrique Torres, o jornal *Echo do Sul* não teria terminado com a edição do dia 14/06/1934, exemplar este que podemos encontrar no acervo da Biblioteca Rio-Grandense na cidade do Rio Grande.

Do período de sua criação até o seu término o *Echo do Sul* sofreu poucas alterações com relação ao seu custo para seus leitores, houve pequenos reajustes em momentos de crise, mas, nada que teria influenciado a redução no número de leitores da folha. Outra forma importante de garantir a publicação foi a colocação de anúncios, estes em alguns momentos de sua edição tiveram a quantidade de anunciantes reduzida, mas mesmo assim continuou a sua circulação.

Outra folha que serviu como fonte deste estudo foi o periódico *O Tempo* também, foi importante para veiculação de informações dentro da cidade, uma vez que o mesmo esteve presente no cotidiano desta há mais de meio século. Tinha como seu editor e dono o jornalista Alipio Cadaval, natural da cidade do Rio Grande, nascido em cinco de março de mil oitocentos e sessenta e sete, criado e educado na cidade, Cadaval apenas se afasta temporariamente quando parte para complementar seus estudos na cidade de São Leopoldo. Após concluir os estudos foi nomeado adjunto do Procurador Geral da República, em Porto Alegre, mas se exonera do cargo e retorna a sua cidade natal e dá início a sua carreira de jornalista.

Segundo Torres, no começo da sua carreira como jornalista, já em Rio Grande, Cadaval publica artigos editoriais na *A Tribuna do Povo* na qual se manteve como redator pelo período de três anos. No ano de 1899 passa a ser redator-chefe do *Diário do Rio Grande*, onde permaneceu por vários anos até então fundar o seu próprio periódico que chamou de *O Tempo*, esta era um jornal vespertino diário que teve sua primeira edição datada de dez de maio de mil novecentos e seis até a morte de seu idealizador em primeiro de junho de mil novecentos e trinta e nove. (TORRES, 2012, p35)

Durante certo período o jornal, teve sua circulação interrompida em função da morte do seu fundador, mas volta a circular no ambiente citadino quando é encampado pelo jornalista Saul Porto, através do comodato no qual é adquirida a tipografia. Porto permanece sendo responsável pelo mesmo até 1960. O jornal teve novamente as suas edições suspensas, no entanto, retorna ao circuito no ano de 1988, agora não mais como órgão diário, mas agora como semanal. (ALVES, 1999, p141).

Conforme dados pesquisados por Torres, *O Tempo* trazia em seu expediente no ano de 1988: Propriedade da Gráfica e Editora *O Tempo LTDA*, com publicidade, redação, circulação e composição Rua Benjamim Constant, 355, tendo por Diretor Antonio Edson Figueiredo dos Santos, Jurista e vereador rio-grandino: Editor chefe Bacharel Ramão Freitas, gerente José Marques dos Santos e composição Vânia Gonzales. (TORRES, 2012, p22)

O periódico *O Tempo* foi um dos jornais de maior longevidade dentro da cidade do Rio Grande, sendo o seu primeiro número lançado no dia dez de maio de 1906, que trazia em suas páginas a riqueza rio-grandina, exaltando as maravilhas na parte da indústria e a privilegiada posição geográfica que a cidade possuía esta traria toda riqueza e prosperidade para os rio-grandinos. Nas palavras de Torres, ao descrever as páginas dos periódicos, podemos perceber a exaltação que o jornal dispensa à cidade.

É mister fazer conhecido o valor do Rio Grande, demonstrar lá fora que já tem peso na balança econômica, peso não fictício ou de fácil destruição, porque representa o mais sólido da riqueza o trabalho. Ora essa missão cabe a imprensa .e se ocultamos aos olhos do mundo o fruto de um trabalho de persistência, de lutas de gloriosas que nos honram, como são os estabelecimentos industriais e fabris existentes na nossa cidade, tornar-nos-emos avaros deixando demonstrar exemplos que sempre (Torres, 2012, p40).

Os textos analisados durante a realização de nossa pesquisa foram os editoriais, notas e demais matérias em relação, a representação das ideias sobre o movimento sufragista na imprensa rio-grandina. Os textos em sua maioria se encontram na primeira página dos jornais e na maioria das vezes ocupam três colunas, mostrando assim a importância que o assunto tem na cidade, e como o tema está em debate. O jornal se utiliza do seu discurso normatizador para fazer referência ao sufrágio feminino.

Com relação ao discurso normatizador e trazendo Foucault para discussão a respeito deste discurso utilizado pelos jornais, temos que o discurso verdadeiro, é a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera o poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa, essa se impõem a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. Os textos encontrados nos jornais na maioria das vezes mascaram a situação feminina, uma vez que mostram os comportamentos exigidos da sociedade às mulheres, no entanto, não demonstram a verdadeira situação por elas desejada. (FOUCAULT, 2003, p20).

Ainda nos mesmos periódicos podemos perceber que a terceira e quarta páginas se configuram para propagandas de eventos que estão sendo anunciados na urbe, nos anúncios publicados constantemente encontramos a figura feminina como protagonista de histórias de amores e traição, como mulheres enganadas ou entregues a sua própria sorte. Em outros momentos o que podemos perceber são as figuras femininas provocantes e sensuais nos cartazes. Podemos identificar que uma cidade com uma grande circulação de peças teatrais era então um efervescente palco para discussões polêmicas, no caso o sufrágio feminino. Mesmo sendo a cidade um espaço profícuo para discussões por ser uma cidade portuária e possuir veículos de informação significativos para época, percebemos que essas discussões eram manipuladas pelos veículos de comunicação de forma que divulgavam um número maior de informações contrárias ao voto feminino, como vemos nas matérias de jornais analisadas. Através das mesmas notícias a respeito das ideias sobre o sufrágio feminino, notamos que os homens tinham uma grande resistência a ele e o quanto a questão era polêmica e dividia as opiniões nas discussões que permeavam o ambiente citadino e, principalmente, as páginas dos jornais. As matérias acabavam por criar uma ambiguidade no tratamento no que diz respeito à condição feminina na sociedade.

Se usarmos a reflexão de Foucault (FOUCAULT, 2003, p.25) estas matérias eram um discurso pronto para os interlocutores programados, o autor afirma que é o controle e a delimitação do discurso funcionando como sistema de exclusão muitas vezes, onde podemos verificar que através do discurso normativo da imprensa existem as entrelinhas que mostram para os seus leitores quais os comportamentos aceitos dentro da sociedade. Seguindo o pensamento do mesmo autor, os discursos que se mantêm ao longo dos anos presentes em nossa sociedade são ainda aqueles que não foram legitimados por ela.

No nosso caso, ao pesquisar as representações do movimento sufragista na cidade do Rio Grande, através dos jornais *Echo do Sul* e *O Tempo*, podemos perceber que o espaço citadino era muito movimentado e que a cidade era palco de uma vida cultural intensa, fato este que leva as pessoas a terem um maior contato com ideias vindas de outros estados e países e que o porto não estava somente aberto aos novos mercados, mas aberto a ideias e movimentos sociais. Para Bittencourt, foi através dos encontros festivos e teatros que se realizou o alargamento do universo feminino, oportunizando novas discussões sociais. (BITTENCOURT, 2007, p.163) Para continuar caracterizando os jornais por nós analisados acreditamos que se faz necessário traçar um

pouco do cotidiano da cidade como forma de contextualizar a discussão a respeito das ideias do movimento sufragista vinculadas na imprensa rio-grandina através das próprias matérias divulgadas pelos jornais, o que será realizada no nosso próximo subcapítulo.

2.2 Representações das ideias sobre o movimento sufragista em Rio Grande.

Dentro deste subcapítulo serão analisadas as matérias referentes ao sufrágio da forma como são apresentadas pelos jornais, mantendo a grafia original, pois pensamos ser a partir deste ponto que nossos leitores poderão interpretar as mensagens de época criadas pelos jornais. Neste subcapítulo ainda iremos discutir o tema movimento sufragista, o qual será analisado através das matérias jornalística dos jornais *Echo do Sul* e o *O Tempo*. As mesmas serão discutidas no capítulo que aqui se apresenta como forma de representar o testemunho do pensamento da sociedade rio-grandina na década de 1930 com relação à concessão do voto feminino e à emancipação da mulher. Essas discussões permearam as páginas dos periódicos por nós analisados.

Nas matérias dos jornais, as mulheres são evocadas para o exercício da sua cidadania como mãe, esposa, irmã consciente do seu papel dentro da sociedade, no qual ela deve zelar pelo bem de sua nação, no entanto não exercendo o ato de votar no pleito, mas reconhecendo o valor dos candidatos e influenciando os que estão sob os seus cuidados familiares a realizarem um voto consciente elas devem comparecer às urnas para elegerem o candidato Getúlio Vargas, caso do período por nós analisado. Conforme matéria publicada no jornal *Echo do Sul*:

(...)Às urnas brasileiros! Não importa a modéstia da posição do homem, rico e pobre, negros e brancos terão amanhã, nas urnas asseguradas pela Constituição que nos rege os mesmos direitos, as mesmas regalias. Assim como impôs a morte do indivíduo depois de decomposto a matéria, não se distingue a cinza do pobre dos ricos, do branco e do negro, da mesma forma, na urna eleitoral tanto valerá o voto de um como do outro. É necessário ainda que ninguém falte a esse prelo formidável, o maior quicá de nossa história política. (Echo do Sul, 08/02 /1930 :1)

Esse texto mostra a importância das eleições para a sociedade, pois conclama a todos os cidadãos brasileiros a comparecerem às urnas para o pleito eleitoral como forma de exercer a sua cidadania e seu comprometimento com o seu país, e a o mesmo tempo, salienta a importância de que ninguém falte, pois perderia a oportunidade de participação política. O que mais chama atenção nessa matéria, é o fato de tentar amenizar através da representação do voto universal a não existência das diferenças sociais e raciais. Sejam brancos, negros, pobres ou ricos, todos devem comparecer. O outro fator de imensa significação é o da não citação da participação do sexo feminino para o pleito. Entende-se o fato por sabermos que a mulher ainda não pode exercer o ato de votar. Porém a mulher, no decorrer deste artigo é muito citada à medida que a figura da mesma é lembrada como a que incentiva no lar o exercício da cidadania em seus irmãos, filhos, maridos e inclusive é convocada a lembrar, os seus vizinhos da importância do seu comparecimento às urnas como forma de legitimar a sua cidadania. Para exemplificar acima, com relação à evocação da figura feminina, trazemos parte do artigo que mostra bem a relação da mulher com as eleições:

[...] Mulher Gaúcha! Sejas tua mãe, esposa, irmã, noiva ou apenas conterrânea, não deixeis de lembrar a teu filho, esposo, irmão, noivo ou apenas conterrâneo a hora que se aproxima exigindo-lhe o cumprimento do dever nesta hora em que cuidamos exclusivamente da grandeza futura de nossa Pátria.[...]Lembrete mulher gaúcha da tua progene tradicional e heroica que em 35 empenhou armas na defesa sacrossanta dos ideais de seus maridos, filhos e irmãos, e lembra sobretudo a tua irmã mineira prefere viver na miséria, desamparada a ter no seu lar, maridos filhos ou irmãos desonrados ou aviltados. Amanhã, ao teu marido, irmão, pai não esqueça de dizer o seguinte: compareças às urnas e cumpri o teu dever votando em Getúlio Vargas e João Pessoa, para presidente e vice-presidente da República. (Echo do Sul, 08/02/1930:2)

O artigo se encontra publicado na segunda página do *Echo do Sul*, utilizando um espaço de uma coluna inteira de grande destaque dentro do jornal. O mesmo trata e exalta o papel da mulher na formação da opinião dentro dos seus lares, destacando a importância das mesmas na manutenção do bem estar da sua Pátria, conclamando o espírito feminino que cumpra com o seu papel social de incentivar a presença masculina a cumprir com o dever do homem cidadão, a sua participação nas eleições, indo às urnas para eleger o candidato do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que conta com o apoio dos mineiros e dos paraibanos. Ainda no decorrer da mesma matéria jornalística o autor que assina o artigo, Darcy Calafiori, exalta a altivez da figura feminina lembrando o feito das mesmas, durante o período da Revolução Farroupilha, quando estas foram levadas a pegar em armas para defesa de suas propriedades e famílias.

O referido artigo traz de forma clara a divisão dos papéis sociais dentro da sociedade, trabalha o poder simbólico que a mulher exerce perante os seus filhos, irmãos, maridos, quando conclama a mesma a persuadi-los com relação ao voto. O artigo se mostra interessante à medida que mesmo a mulher não sendo considerada apta para o voto é levada a influenciar os seus familiares para a execução do mesmo. O autor ainda lembra o feito das senhoras de Minas Gerais que lançam um manifesto contra o governo durante a escolha do Presidente Washington Luiz e a escolha do seu sucessor Júlio Prestes caracterizando uma afronta ao povo mineiro.

O artigo com o título “As urnas brasileiros” se mostra muito mais voltado às mulheres do que aos homens, reconhecendo o papel delas nas decisões políticas nos bastidores dos seus lares, pois ao invés de fazer um chamamento ao sexo masculino, a todo momento reforça a importância que a mulher tem dentro do seu lar para que o bem estar da nação seja preservado. No entanto não reconhece a figura feminina como uma cidadã consciente para realização do seu voto. Também versa a respeito do controle que a mulher supostamente possuía dentro do seu ambiente familiar. Uma vez no controle deste que seria o seu lugar por vocação, não deveria desejar o espaço ocupado pelo sexo oposto.

Reforçando a condição social da figura da mulher dentro da sociedade, outras matérias trazem a ideia de que o sufrágio feminino seria um peso para as mulheres e salientam a incapacidade destas para o exercício de sua cidadania, uma vez que a sua fragilidade e sua vocação para o cuidado com o lar a deixavam distante das questões políticas.

[...] Imaginem o transtorno que se verificaria nos compartimentos econômicos políticos da nossa vida se a mulher brasileira sair do lar onde ella é educadora imperativa formadora de caráter e vier a ismicuir-se conosco num movimento de opiniões fictícias e dispersas a confusão de ideais abecedarias e caóticas (Echo do Sul, 29/03/ 1930:30).

No mesmo ano, no entanto, tendo como fonte o jornal *O Tempo*, podemos perceber que o mesmo não faz referência ainda às questões dos movimentos feministas no que diz respeito à inserção da mulher no campo político. Em suas páginas podemos perceber também a preocupação na divulgação com relação ao pleito, porém não existe o chamado ao comparecimento ao mesmo, apenas a notícia como fonte de informação e não de criação ou de legitimação de um discurso. Já retornando às páginas ao *Echo*

doSul podemos notar que existe uma preocupação maior com a questão da emancipação feminina e a sua suposta presença nas decisões políticas. Através da matéria intitulada “A mulher sua etmologia e o voto” a questão da mulher na política é discutida de forma até ofensiva á figura feminina, mostrando que o lugar da mesma não seria nos palcos das decisões políticas ao lado dos homens, mas, sim, dentro da esfera do seu lar, o exercício de sua cidadania estaria representado na figura do seu filho e marido que seriam porta-vozes da mesma nas decisões fora do ambiente doméstico.

Esta matéria intitulada “A mulher, sua etmologia e o voto” ocupa seis colunas em um final de página, na segunda folha do jornal *Echo do Sul*, e em suas linhas deixa clara a grande oposição por parte de seu autor com relação ao voto feminino, considerando a concessão do mesmo um disparate. Podemos perceber como a questão do sufrágio feminino estava presente nos debates dentro da urbe rio-grandina, pois era notícia de um jornal de grande circulação dentro do espaço citadino. Só viravam matérias os fatos que mereciam atenção e destaque dentro da sociedade e ainda era necessário contar com o apoio dos editores dos jornais, mostrando que a questão do sufrágio feminino não era bem visto pelos próprios redatores do periódico. O mesmo artigo, ainda como forma de defender a exclusão da mulher do seu exercício cívico o ato de votar, continua a reproduzir o seu papel nos moldes das mulheres dos séculos XVIII e XIX, utilizando inclusive alguns discursos científicos para afastar as mesmas do espaço público e das discussões políticas.

[...] ao demais a mulher, por sua ligação phisio-psichica com o homem já é uma cidadã, e a própria lei, que a uniu ao seu companheiro, conferiu-lhe o diploma de cidadania. Ella no lar embalando um berço, estudando o embrião do caracter que reponta na infância para a formação do homem fortalecendo a inteligência tenra que se manifesta defeituosa, observando a moral que desabrocha como a flor pequenina entre os espinhos do vício, e tudo com amor [...](ECHO DO SUL, 1932:01)

Mesmo com o advento da República e as mudanças na maneira de pensar das mulheres o seu papel na sociedade ainda continuava sendo determinado por regras dos séculos passados, e dentro do nosso estado os preceitos da doutrina positivista de August Comte ainda estavam muito presentes com relação à mulher e o espaço por ela a ser desfrutado. Com relação à doutrina positivista de Comte no Rio Grande do Sul, Elisabete Leal versa que:

A esfera de ação feminina não era o mundo público mas a órbita do lar. Sua obra regeneradora não se daria em uma ação na sociedade, através de papéis públicos, mas junto a família. Como a instituição familiar era fundamental

para a propagação do Positivismo Comte elegeu o casamento, eterno e indissolúvel, como forma de manter a estabilidade da segurança familiar. Somente através deles é que as mulheres teriam êxito social e desenvolvendo nos maridos as faculdades afetivas, desprendendo-os de seu egoísmo próprio do mundo ativo (LEAL,1996, p239).

Através da citação acima podemos entender melhor as palavras do autor da matéria quando o mesmo trata da mulher cidadã e destaca que a mesma exerce a cidadania através da figura do seu marido que a concede com o casamento edesempenha seu ato de cidadania no cuidado com o seu filho ao embalar o berço da criança e os cuidados necessários no desabrochar da primeira infância. Para Clarisse Ismério, pela doutrina de Comte a mulher deveria ser a rainha do lar e o anjo tutelar de sua família e, para atingir esses modelos, seguiria normas pré-estabelecidas pelo Catecismo Positivista(ISMÉRIO,1995,p76). O que explica então o fato desta quase invisibilidade feminina no espaço público está diretamente ligado ao fato do não reconhecimento da mesma como cidadã, uma vez que o Código Civil de 1916 conferia à mulher um lugar subordinado ao homem na organização familiar. Sendo assim, elas não precisavam ir às urnas para exercerem a sua cidadania por que a sua presença no lar no seu cotidiano através do seu amor, já seria o seu voto, a criação de novos cidadãos honestos era o seu legado para a sociedade e a sua participação política.

Na matéria analisada acima das páginas do *Echo do Sul*inda versa sobre o absurdo que seria corromper a mulher com a política e expor a mesma às discussões débeis e intermináveis, que inclusive aos homens muitas vezes eram enfadonhas, e indagava o que fariam as mulheres diante destas discussões. Por isso o mesmo em sua coluna no jornal declara que não é favorável à concessão ao voto às mulheres como podemos verificar na transcrição abaixo.

[...] à Pátria dará do que apresentar-se às urnas e naqueles caixotes podres, embolorecidos de inconsciencia ir sujar, as suas mãos, deturpar os seus sentimentos, perder a noção do nobre e do bello e profanar-se ao contacto do torpe e do ignobel. Assim sob o meu ponto de vista julgo o voto feminino um pleonasma legislativo e uma tautologia sociológica. (*Echo do Sul*, 1932:1)

Podemos perceber que a questão do direito ao voto da figura feminina estava presente quase que diariamente nas páginas dos periódicos *Echo do Sul*, demonstrando a tensão e o medo que a mesma causava sobre o sexo masculino, dividindo opiniões entre a sociedade, não só a sociedade rio-grandina mas também a de toda região. Não podemos esquecer que a nossa discussão a respeito do voto feminino está ocorrendo de forma mais acirrada dentro de um período considerado conturbado politicamente no

país, no ano de 1930, quando existe a questão da sucessão presidencial e a eleição à presidência da República, marco inicial da Revolução de 1930, que deu término a um dos episódios mais controversos da nossa historiografia, não só pelo fato em si, mas pelo que passou a representar para os anos subsequentes, assinalando um divisor de águas na História política do Brasil.

Na mesma perspectiva de análise da crise da década de 30, a historiadora Sandra Pesavento chama atenção para a inexistência de um grupo político organizado no período correspondente de 1930 a 1934, abrindo caminho então para a centralização política desenvolvida por Vargas. Em toda esta reviravolta no contexto político do Brasil, movimentos pela emancipação política da mulher e o direito ao voto feminino são questões presentes em discussões (SOSA,2007,p75).

A exemplo de Bertha Lutz, outras mulheres atuantes na causa das lutas femininas procuraram apoio junto a políticos renomados como forma de garantir as suas reivindicações junto à política. Um número significativo de eleitoras, buscavam uma maior adesão junto ao espaço público através de comissões, ao visitarem Assis Brasil, que compunha o Ministério da Agricultura e responsável em realizar as mudanças na legislação que concederia o voto feminino, foram à busca de concretização para as suas reivindicações. O texto transcrito abaixo foi publicado em um jornal do Rio de Janeiro e foi reproduzido no *Echo do Sul* no ano de 1931, sob o título “O Feminismo em marcha”:

[...]O Dr Assis Brasil recebeu comissão de senhoras ledes do feminismo e após longa exposição sobre a lei eleitoral futura disse a uma interpelação da senhora Arroxilas Galvão, que sempre foi grande amigo do feminismo acha, porém que nada pode dizer sobre o assumpto por questões ethica, isto é ,por ter sido encarregado pelo governo de elaborar a lei nesse sentido. Porisso,só depois de apresentado o trabalho é que poderá falar ao mundo feminino. Aproveitará o período de calma que terá em Buenos Aires para estudar o assumpto com minuscia que merece. Entretanto pode adiantar que na elaboração das leis eleitorais, pensa em incluir o voto recatado, mediante o atestado de identidade cívica que será dado a todo cidadão brasileiro desde que atinja a idade de 21 annos(...) E termina o notável discurso: Terei tembém em vista a liberdade completa da justiça e procurarei definir as representações de todas as correntes, políticas do paiz e mais não direi minhas senhoras, poe o espirito de ethica ou estudar este assumpto com muito cuidado e muita simpatia para a cara metade do homem visto que agora deseja ajuda-lo nesta obra de levantamento do nível social e moral do Brasil. (ECHO DO SUL,15/03,1931:2)

Ao receber esta comissão de senhoras Assis Brasil, apesar de se mostrar favorável à causa feminina, não deu declaração alguma com relação às questões do

sufrágio feminino. Na verdade criou uma dubiedade do seu discurso. Ao dizer que pensaria com calma sobre a situação, deu esperanças ao grupo de senhoras que foi ter com ele a respeito das novas mudanças que deveriam ser feitas no texto da Constituição, Assis Brasil mostrou-se solidário à reivindicação das senhoras e salientou que será feito de forma a contemplar todas as correntes políticas do país, e ainda salientou a importância do voto feminino uma vez que agora a mulher vinha em auxílio do marido não mais somente no ambiente privado, mas junto com ele referindo-se à mulher como cara metade do homem e estaria em seu auxílio nas decisões que competem ao futuro da nação brasileira. Esta matéria se encontra na secção telegramas onde são reproduzidas matérias vindas de outras partes do país e do mundo, ou ainda através de seus colaboradores são enviadas aos redatores do jornal. Outros políticos, no entanto, se mostraram mais atuentes aos anseios dos movimentos feministas, como o caso de Juvenal Lamartine, senador do período da República Velha, que tinha como promessa de sua campanha a inserção das mulheres nas listas eleitorais do seu estado, Rio Grande do Norte, dando às mesmas o direito ao sufrágio no ano de 1927.

Outras matérias não de colunas extensas como as anteriores, mas com igual valor foram as notas, onde podíamos perceber que a preocupação com a expansão do movimento feminista e as conquistas ligadas às mulheres, além de estarem presentes na cidade também causavam medo e distanciamento nas relações de poder entre os sujeitos, uma vez que as mulheres estavam conquistando espaços que até então eram próprios das figuras masculinas. Exemplos como a pequena nota sobre o feito da primeira mulher a possuir o brevê de piloto no país demonstram como a sociedade assistia a essa mudança da participação feminina no espaço público. A referida nota tinha o seguinte título “O Feminismo continua avançando” e estava apresentada nas páginas dos jornais da seguinte forma: “A senhorinha Gabriella Coper Godoy recebeu o “brevet” de pilotagem aérea, vindo a ser a primeira aviadora brevetada nesta paiz.” (ECHO DO SUL, 1932:02). Na notícia apresentada podemos perceber que o tema com relação aos movimentos ligados à expansão da participação na política da figura feminina começava a ser discutido de forma mais efetiva a partir de abril e com um maior número de editoriais a partir do segundo semestre do ano de 1930 quando matérias referentes ao tema feminismo e aos avanços femininos foram registrados nas suas páginas. Como exemplo temos no editorial do *Echo do Sul*, no dia treze de abril de mil novecentos e trinta uma matéria sobre o tema “Feminismo em Francam” os avanços

do movimento feminista no país Europeu. Encontramos no *O Tempo* com relação ao feminismo, a seguinte notícia:

(...) o feminismo tal como a maioria dos homens representam sobretudo nos países latinos parece ser um produto da mentalidade e dos costumes anglo-saxões. Aos olhos dos franceses, italianos e hespanhois o feminismo aparece encarnado em mulheres altas e ossudas que se ocupam da política e das reivindicações sociais desdenhando das práticas da coquetismo que se deduzem e captivam os homens.(O TEMPO,13/04/1930:2).

Podemos perceber que a questão do feminismo e as ideias distorcidas com relação às mulheres que participavam deste movimento eram reforçadas como forma de conter os avanços do mesmo. No mesmo editorial ainda era reforçada as alegações femininas no que diz respeito a serem iguais aos homens nos seus deveres e não nos seus direitos. No entanto, nas páginas dos jornais já era divulgada algumas matérias que eram favoráveis, como forma de representar o aparecimento com maior frequência de editoriais ligados à causa feminina e aos avanços que o feminismo estava tendo no cenário de discussão política e também nos setores das atividades ligadas ao trabalho antes desenvolvidas apenas por homens. Encontramos, no editorial do dia vinte e quatro de julho de mil novecentos e trinta a seguinte matéria a respeito dos avanços femininos:

Caminha e vence na política como está vencendo em tantas outras atividades até agora da exclusiva ocupação do homem.. Anuncia-se de Natal que na chapa completa do partido situacionista de candidatos a Assembleia Estadual, figura o nome da senhora Maria de Lourdes Lamartine Varella, esposa do Dr Varella Santos diretor da Saúde Pública.(...) O presidente Juvenal Lamartine continua a demonstrar o máximo empenho em tornar realidade as suas promessas ao assumir a suprema direção do seu estado(...) (O Tempo,24/07/1930:1).

Com relação aos avanços do movimento feminino e a forma como foi representado, inclusive apoiado por alguns políticos, podemos entender que o mesmo era tema pertinente nas páginas dos periódicos, percebendo a sua importância pois vem apresentado na primeira página do jornal, em coluna central, de forma que salienta a sua importância em ser divulgada para a sociedade as questões sobre a causa feminista dentro do país como forma de incentivar os avanços do mesmo e divulgar às mulheres as mudanças que estavam ocorrendo dentro da sociedade com relação ao seu papel social. Os deputados e senadores ao aceitarem a inserção do nome de algumas mulheres nas listas para candidaturas à Assembleia Estadual podemos dizer que as mudanças estavam por vir e as mesmas só foram possíveis na medida em que passaram a ocorrer as transformações de ordem econômicas e políticas, assim como na esfera da cultura, dos comportamentos e desejos por parte do sexo feminino. Dessa forma, o papel dentro

do lar como anjo protetor já não estava tão presente no ideal de mulher e esposa das camadas sociais mais abastadas. As mulheres desejavam muito mais do que o reconhecimento dentro do seu espaço privado. Por isso, aos poucos, assim como as mulheres de classes mais pobres que já estavam presentes nos espaços públicos com o seu trabalho, as senhorinhas estavam buscando a inserção da presença feminina em ambientes antes apenas frequentados e disputados por homens. Não podemos negar que a maior participação da mulher em espaços públicos delazer como os cafés, confeitarias, praças, teatros, cinemas e no ambiente de trabalho, foi aos poucos gerando uma nova representação da figura feminina e com isso o desejo de acabar com uma desigualdade nas relações entre os gêneros feminino e masculino, modificando as relações de poder entre os sujeitos.

No entanto, a presença feminina nos espaços urbanos públicos ou em cargos antes não exercidos por mulheres geraram, por vezes, certo desconforto no sexo masculino, fazendo com que o mesmo em alguns momentos, acentuasse as dicotomias culturais e naturais para a separação e distanciamento das mulheres destes espaços, recorrendo muitas vezes aos discursos normatizadores de períodos anteriores, quando as mulheres eram aceitas dentro da sociedade com o seu papel de mãe. Várias foram as tentativas de grupos formados por homens que queriam impedir as mulheres de atuarem em algumas profissões e ainda ressaltavam que as mesmas não podiam retirar o lugar e o emprego dos pais de família os quais estavam em desvantagens por não terem os dotes que algumas de suas concorrentes possuíam. Como entrave para a inserção da figura feminina no mundo do trabalho utilizávamos discursos legitimadores de Comte com relação à figura feminina. Clarisse Ismério observa que :

Caso optasse por trabalhar fora, cairia em uma desordem moral, pois deixaria de exercer sua verdadeira vocação para ocupar-se de atividades prescritas ao homem, indo contra a sua natureza. Uma vez exposta as agruras do trabalho externo, ela e seus filhos seriam contaminados com problemas que surgiriam, tais como a miséria, a prostituição e desarticulação da família (ISMÉRIO,1995,p 24).

Este sentimento de rejeição à figura da mulher no mundo do trabalho, descrito por Ismério, o abandono da mesma dos seus afazeres para concorrer com o sexo oposto, fica explícito nas páginas do jornal *O Tempo*, quando o autor se expressa com pesar a respeito da participação feminina no mundo do trabalho da seguinte forma:

O movimento de reivindicação dos direitos da mulher dirigidos agora pelas Dras Elvira Kommel e Natercia Silveira acaba de dar margem a estas

palavras de um observador político em um jornal do Rio de Janeiro.(...) em Porto Alegre o avanço do feminismo está já constituindo serio problema de dificuldades ao sexo forte. Nas repartições públicas e nas casas de comércio, como em todos os ramos de atividade masculina as mulheres vão pouco a pouco entrando com seus pezinhos de lã, fazendo concorrência com os homens que não vem com bons olhos essa intromissão para eles indêbita e virulenta.(O Tempo,21/01/1931:1)

A matéria que se encontra em coluna de destaque na primeira página do referido periódico mostra a dimensão que o tema feminismo possui em outras capitais do país. No entanto, a mesma é diretamente relacionada aos avanços femininos e quanto o mesmo incomoda a sociedade, principalmente o sexo masculino, na capital à medida que a matéria relata a intromissão da mulher nos espaços de trabalho masculino. Aborda de forma mais específica com relação à profissão de garçonetes, que agora se fazem presentes nos restaurantes e confeitarias da capital de forma a disputarem espaços com os garçons que já se sentem prejudicados devido aos atrativos do sexo feminino, com os quais não poderiam concorrer,segundo os mesmos. No entanto, se percebe que mesmo com a discussão intensa do avanço da mulher dentro do Rio Grande do Sul, nas páginas do *Echo do Sul* o assunto ficou suprimido, não havendo nada além de uma matéria com relação às questões do voto feminino e dos avanços que as mulheres estavam obtendo na esfera pública. Porém, nas páginas do *O Tempo* era matéria recorrente e assim a matéria a seguir transcrita continua descrevendo o quão prejudicial se faz a presença da mulher no espaço público inclusive para a desagregação das famílias, dos garçons que perderam seus empregos para suas colegas de trabalho, conforme segue a seguir:

[...]a verdade, porém e que a mulher está com o seu triumpho assegurado na vida pública e, hoje, ganha o pão nosso de cada dia com a mesma desenvoltura e segurança da cidadão mais sério deste mundo. Em Porto Alegre, já mete medo ao sexo que se diz forte, está na interessante questão de classe que acaba de ser suscitado ali, dizem que há presentemente mais de 80 garçons desempregados os quaes não possuindo a sympathia e o donaire das suas colegas femininas estão se vendo em palpos de aranhas para conseguir colocações. Em consequência, os garçons em geral chefes de família, não conseguem collocar-se, vivendo a mercê de um trabalho eventual, chamado de reforço, que importa na substituição de colegas quando estes faltam ao serviço[...](O Tempo,21/01/ 1931:1)

Já no começo da notícia podemos perceber que existe uma relação de poder entre os gêneros, uma vez que o autor, que não se identificou, diz que a mulher está ganhando o seu pão como o faz o cidadão mais sério. Em virtude do fato de que a mulher perante a sociedade ainda não ser considerada cidadão, pois o seu direito à cidadania e ao voto são questões a serem discutidas nas próximas reformas da

Constituição. Então ainda podemos ver a figura da mulher como secundária e até incapaz de desenvolver com destreza os trabalhos ditos do sexo mais forte.

Para Joana Pedro:

... a concepção da inferioridade da mulher retoma o discurso de Aristoteles com relação as mulheres. As mulheres se movem nas fronteiras da civilidade da selvageria, do humano e do animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. Como mantê-las afastadas? As mulheres não apenas diferentes na modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa, são defeituosas(PEDRO, 2008, p 25).

Através das palavras de Joana Pedro, podemos perceber o desrespeito com a mulher, assim como com o papel desenvolvido pela mesma dentro das sociedades ao longo dos tempos, caracterizando a incompatibilidade do gênero feminino para com os demais deveres sociais, reafirmando o lugar da mulher dentro do seu lar. Este discurso de inferioridade feminina está marcado nas visões dos homens contrários aos movimentos feministas e à imagem criada por eles para as mulheres e através de ataques verbais e escritos de forma a inferiorizar o seu papel, acreditavam conter a sua entrada no espaço público, principalmente nas discussões políticas, por acreditarem que as mulheres não teriam a capacidade de decisão e seriam facilmente influenciadas por segmentos sociais como a igreja na sua decisão ao voto.

Sendo assim, nas páginas do periódico *O Tempo* encontramos discursos mais severos relacionados à expansão do feminismo e a afirmação da mulher em outros campos de trabalho que antes não eram imaginados ou construídos para elas e também no universo da política, conforme matéria.

[...] Acho imensamente curioso o que se passa actualmente no Brasil no como das reformas e remodelações máxime quanto a essa inutilidade amável que se chama Feminismo. Digo inutilidade, sem segunda intenção e certo de que as gentis patrícias entusiastas desse novo gênero de diversões alcançam, com destaque nitidez, o significado do termo.(O Tempo, 14/06/1931:2).

O autor destas palavras, Romero Rothier Duarte, se mostra contrário à igualdade feminina, tratando o movimento feminista e a luta pelo sufrágio feminino, que já se encontravam bem consolidados e atuantes, como uma brincadeira de certo grupo de mulheres, as quais movidas por caprichos pessoais e que tinham o feminismo e suas lutas como moda, seguindo as suas irmãs francesas e inglesas. O mesmo continua classificando o movimento como inútil e caracterizando o papel de poder do sexo masculino sobre o feminino.

Dentro do período por nós analisado, a luta das mulheres e as formas de reivindicar a sua participação já se fazia muito presente dentro da sociedade em vários estados brasileiros e dentro do próprio Rio Grande do Sul. Fossem através do feminismo bem comportado de Bertha Lutz, ou pela vertente de Maria Lacerda de Moura, o movimento feminista e suas reivindicações se mostravam e se afirmavam cada vez mais causando certo mal estar entre os que ainda se mostravam resistentes ao mesmo. Outros discursos como estes aparecem novamente como forma de conter novos adeptos à causa feminina, como segue: “O bom feminismo, o feminismo por que me bato sinceramente não é esse de igualar o que não está em desigualdade nem de nivelar o quer não se acha desnivelado. Nunca compreendi a razão de pretender a mulher a fazer o que o homem faz” (O TEMPO 12/11/1931:2).

No entanto, nas páginas do mesmo periódico, tratando das discussões com relação ao voto feminino encontramos nas palavras de Porto da Silveira, um incentivo e o reconhecimento do voto feminino, com agregador de novos valores para a política. No dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e trinta e um, na primeira página do jornal encontramos a matéria intitulada a “Mulher o Voto” na qual Porto salienta a facilidade de inserção da mulher na política através de uma simples inclusão de duas palavras para concessão ao direito de cidadania feminina através do voto:

Entre as inovações no anteprojeto da reforma eleitoral a mais debatida tem sido a que se refere ao voto feminino. Ora o anti-projeto da lei eleitoral não é simples, nem claro, por que não pode sequer ser entendido pelo espírito luminoso de Maria Eugenia Celseo, não é rápido porque só para receber sugestões ele reserva 30 dias. O Capítulo por exemplo que se refere ao voto feminino não precisava sequer existir. Duas palavras apenas o substituiriam com imensas vantagens. Bastava que se dissesse ser conferido aos cidadãos brasileiros de ambos os sexos, o direito ao voto, nas condições que lhe fossem prescriptas. E tudo estaria resolvido de modo simples, claro e preciso. O que se deve fazer sem maiores complicações, é esquecer de vez o preconceito retrógrado odioso e absurdo da inferioridade da mulher. (...) E no que se refere à questão do voto, por que não ter a coragem de confessar que na grandemaioria dos casos ellas influenciarão muito mais sobre os espíritos dos homens do que nós sobre o delas. Foi assim desde o começo do mundo e ainda será até o fim. Pois se até se diz: “O que a mulher quer Deus quer” (O Tempo, 27/10/1931:1)

Neste parágrafo continuamos percebendo a existência de um movimento contrário ao feminismo e à concessão do direito de voto às mulheres, de forma a desdenhar das reivindicações femininas, um certo deboche ao dizer não saber o que desejam as mulheres, uma vez que não existiriam diferenças entre os sexos. Neste sentido, o bom feminismo seria o inexistente já que suas reivindicações não possuíam

razão de ser. Mas, no mesmo periódico, podemos perceber que os discursos com relação ao voto feminino estão dividindo opiniões e, se por um lado existiam os contrários a mulher na política, por outro lado haviam aqueles que inclusive reconheciam não somente a mulher como cidadã mais consciente do seu papel mas principalmente reconhecer que mesmo estando durante anos fora do universo público era ela, com toda sua delicadeza e firmeza atributos dados as mulheres pelos articulistas, e por terem estes atributos acabavam influenciando nas decisões junto aos seus familiares. O autor ainda salienta que considerar a mulher uma igual perante a lei seria simples, desde que os preconceitos com relação às mulheres e os discursos com relação a sua capacidade intelectual fossem deixados de lado, como forma de reconhecer as mudanças no papel social feminino. Ainda complementa que a mulher consegue, inclusive, a aprovação de Deus, fazendo referência à devoção feminina à igreja.

Porém, mesmo após esta matéria ser publicada no periódico, outras contrárias e demonstrando resistência a essa inserção e concessão ao sufrágio feminino ainda se faziam presentes. Com relação a essa resistência à participação da mulher na política Michelle Perrot versa:

De todas as fronteiras, a da política, foi em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens. A polis grega excluía as mulheres, tal como os escravos e bárbaros, mas de maneira diferente. As mulheres poderiam intervir em caso de crise aguda na qual a existência da polis é posta em risco. (PERROT, 2008, p. 151).

No entanto, as mulheres em momentos de crise como a própria autora coloca, são conclamadas a exercerem o seu papel social que é de proteção do seu lar e na persuasão de seus companheiros ou filhos nas escolhas políticas ou levadas a ocuparem os lugares dos homens quando os mesmos estavam afastados destes por razões das guerras. Em momentos de crise política a figura feminina é representada nas páginas dos jornais com sua delicadeza, mas com bravura para poder incentivar os homens na defesa da sua Pátria. Porém, as divisões dos papéis impostas pela sociedade ainda que de forma implícita continuavam afirmando que lugar de mulher é no lar e do homem na vida pública. Podemos perceber que em momentos nos quais as mulheres adentram o espaço público por situações de crise, passada a mesma elas eram sutilmente reconduzidas aos seus lugares.

Dentro da sociedade, os jornais foram cada vez mais legitimando que o espaço feminino era considerado o lar, a figura da esposa ideal era imposto às mulheres pela sociedade. Sendo o lar o ideal da mulher ela não poderia ultrapassar as barreiras e nem mesmo adentrar o espaço masculino. Ainda que sutilmente todos os segmentos sociais direcionavam as mulheres na sua função de esposa e mãe, todas as mulheres que ousaram um distanciamento deste ideal foram muitas vezes ridicularizadas perante os seus pares, como forma de conter o avanço da emancipação feminina.

Ainda podemos notar o temor e o desprezo pela emancipação feminina em matéria dos jornais, os quais nos mostram o sentimento de uma sociedade diante das inovações que estão sendo impostas. Nos jornais encontramos uma matéria intitulada “Eva de suspensórios”, a qual foi publicada três dias após a matéria que se refere à importância do voto feminino como forma de demonstrar o quanto o tema era polêmico e controverso dentro da sociedade. Essa matéria se encontra assinada e ocupa a primeira página do jornal e o seu título vem em destaque. A mesma se faz destacar pela forma como o autor, de maneira indignada, fala sobre os avanços e as conquistas femininas no mundo público. Nas páginas do *O Tempo* no dia trinta de outubro de mil novecentos e trinta e uma discussão a respeito dos avanços femininos aparece representada da seguinte forma:

As mulheres que já nos haviam surrupiado a bengala e o cigarro, e o voto querem roubarnos agora o mais precioso dos nossos atributos e o mais sugestivo de nossos ornamentos as calças. E claro que não se trata daquelas calças ou calçolas perfeitamente sem sexo ou masculinidade que as damas vem usando de alguns anos a esta parte e que são mais íntimas delas do que de seus respectivos maridos: trata-se agora, das calças legítimas, dessas enormes calças tipo Oxford, dentro das quais as nossas magras pernas de homens dançam(...) Não senhores as netas de Eva não se contentam mais em se fingir de homens durante os três dias malucos do carnaval(...) que mau gosto senhoras o vosso minhas senhoras querer de nós o que temos, precisamente de estético! Se não fosseis netas de Eva, talvez ignorásseis que não é farda de almirante que ensina alguém a navegar com êxito... Podeis levar tudo o que é nosso, as calças também deixarnos verdadeiramente de tanga de trás dos biombos, nos seremos mais homens com vossas saias do que vós, mulheres com nossas calças. (*O Tempo*, 30/10/1931:1)

Apesar da referida matéria não estar em destaque na página do jornal analisado, o discurso indignado de Berto Neves autor da matéria analisada, chama atenção pela veemência de suas palavras com relação às mudanças no comportamento feminino, que vêm se mostrando uma ameaça à ordem social. Onde o autor cita que após a mulher roubar a bengala e o cigarro e o voto, no entanto este ainda não havia sido concedido às mulheres, podemos perceber que do ponto de vista dele a concessão ao voto seria uma

consequência devido às mudanças e os avanços conquistados pelas mulheres e fazendo referência aos discursos que apoiavam o voto feminino. O mesmo segue ainda dizendo que as mulheres desejam roubar-lhes as calças, símbolo do seu poder, de forma a desejarem seu espaço dentro da sociedade, invertendo a ordem social entre os sexos.

No entanto, o autor deixa claro que mesmo que tenham que usar as saias vestimenta feminina será ele tão homem quanto a mulher com suas calças. O medo de perder o seu poder dentro da sociedade faz com os homens criem estereótipos da figura feminina de forma a masculinizarem as mesmas e mostram-se como vítimas daquelas que roubam os objetos que representam a sua masculinidade. As mudanças no comportamento feminino após a sua participação mais efetiva dentro do espaço social fora de suas casas, agora abandona a figurade fragilidade e docilidade feminina que durante tanto tempo foi motivo pelo qual ela ficou fora das decisões e passa agora a ser representada como mulheres que pretendiam utilizar as vestimentas masculinas. Poucos dias após a publicação deste manifesto contrário ao exercício do voto feminino e à emancipação feminina, nas páginas do mesmo periódico, é publicada uma matéria a respeito da realização do Congresso feminino:

A julgar pela animação trabalhos preparatórios presume-se que tenham brilhante êxito o Congresso Feminino e a exposição de Belas Artes, contando já com valiosa adesões de artistas de alto renome a primeira mulher que alcançou o mandato de deputado, SraRureyhelm, mandou congratulações a SraBertha Lutz. Serão representantes da União Universitária Feminina as senhoras Elza Imbuseira, doutoranda de medicina, Maria Luiza Doria Bittencourt, bacharel em direito, Nydia Moura, pela engenharia e Sylvia Bastos Tigre pela Escola Superior de Agricultura.(O Tempo,12/11/1931:2)

Sendo assim, podemos perceber que as mudanças estavam ocorrendo e ainda que de forma não muito destacada dentro da página do referido periódico, o mesmo apresentava as conquistas femininas, demonstrando supostamente um respeito à causa, pois fica claro que são publicados nos jornais as notícias que são aprovadas pelos seus redatores chefes. Mas ainda as matérias com relação à invasão do espaço social pelas mulheres ganham maior discussão dentro do jornal, como forma de manutenção dos espaços sociais masculinos e femininos.

Dentro da perspectiva de manutenção do espaço social masculino com relação às mudanças sociais ocorridas, Carla Bassanezi Pinsky

nos fala que a partir dos anos 30 “os valores dominantes de família das décadas anteriores ganharam mais reforços do Estado que além de ajudar a

propagar a ideia tradicional de honra que legitimava a hierarquia entre homens e mulheres, atrelou-a a honra nacional, assegurando a autoridade do governo Vargas, o centralizador o pai dos pobres e a manutenção da ordem num momento importante de transformações econômicas”. (PINSKY, 2012, p 488).

Essas transformações econômicas e sociais mexeram com as estruturas políticas e as mudanças nesta seriam apenas uma questão de tempo, levando em consideração que a presença feminina já se fazia presente dentro de vários segmentos sociais e até mesmo nos segmentos políticos pelas ligações de senhoras da sociedade com o movimento feminista. Mesmo com a legitimação dos papéis sociais através da expressão pais dos pobres dando, uma conotação à sociedade patriarcal, onde a figura masculina é tida como a mantenedora, e utilizando a imagem do Presidente Vargas na defesa da Pátria, as mulheres aos poucos e de forma diferenciada de suas irmãs inglesas e francesas na busca dos seus direitos sociais conquistavam o seu espaço dentro do universo masculino.

Essas mudanças são notadas à medida que o movimento feminista fica mais evidente nas páginas dos jornais. No entanto quanto maior visibilidade das conquistas femininas, maior também são as críticas referentes às mesmas. Nas páginas do *Echo do Sul*, a discussão com relação aos movimentos feministas e o voto feminino no Brasil no ano de 1932 foi menos abordada, mesmo trazendo matérias que salientavam o voto feminino em Paris, o mesmo se mostrava na defesa da manutenção dos espaços públicos e privados reforçando o papel da figura feminina nos seus lares, como podemos perceber na matéria transcrita abaixo:

O Sr. Pierre Morand, falando sobre o direito do voto que se trata de conceder a mulheres se manifestou inquieto ao considerar que as 13.000.000 inscritas no registro eleitoral ultrapassam em um milhão o número de eleitores masculinos. Imaginem-se o dia em que a opinião da mulher francesa predominar em todos os acontecimentos do país. Um cronista social assevera que a primeira lei a votar seria a da regulamentação da hora dos homens chegarem em casa. Positivamente, o mundo marcha para os braços das mulheres. (*Echo do Sul*, 03/07/1932:2).

O autor destaca que o número de mulheres que estavam inscritas para participarem das eleições em Paris era superior ao número de eleitores masculinos, e este fato faria com que as leis que seriam aprovadas pelas mulheres seriam aquelas mais ligadas aos seus acontecimentos do cotidiano e faz, até mesmo, certo deboche quando diz que as primeiras leis seriam referentes aos horários que seus cônjuges chegariam em

casa. Defende que as mulheres, mesmo no campo político, estariam ainda atreladas a sua rotina familiar e sua preocupação com a mesma. Podemos perceber que apesar de encerrar sua matéria utilizando a palavra positivamente, esta não representava seu sentimento com relação ao voto feminino, em um momento em que o mesmo não podia mais ser negado, pois manifestava a vontade um grupo tão significativo numericamente dentro da sociedade parisiense. Nas páginas de outro periódico da cidade, matérias referentes à situação da luta das francesas com relação ao voto eram representadas da seguinte forma, no dia vinte e oito de junho de mil novecentos e trinta e dois.

O ministro da Justiça da França acaba de apresentar ao congresso um projeto de lei pelo qual modifica alguns tópicos do Código Civil, relativamente ao que interessa a mulher casada, nos seus direitos perante a sociedade. Pelo projecto apresentado, a mulher casada adquire pleno exercício de capacidade civil, equiparando-se dessa forma ao próprio marido, a quem ella fica estreitamente comprometida por questões de alimentação e educação dos filhos se houver. Fica a mulher casada relativamente independente visto como cessará o dever de obediência ao marido, que por seu lado, conserva a sua preponderância na sociedade conjugal. (O Tempo, 28/06/1932:2)

Na matéria apresentada pelo periódico mostra os avanços das mulheres com relação a sua emancipação e aquisição ao voto e ao seu papel social dentro da sociedade. No entanto o que podemos perceber é que apesar destes temas serem discutidos dentro da sociedade eles ainda deixam claro, que mesmo existindo um novo modelo de papel a ser seguido pela mulher, ela ainda continua, a sombra da figura do seu marido, desenvolvendo a sua função de mãe, esposa e dona de casa, o que assegura ao marido ainda ser o soberano na sua relação conjugal.

Dessa maneira, à medida que as notícias a respeito da mudança na condição social feminina e nos avanços que as mesmas galgavam o seu espaço dentro da política, novos discursos eram representados nos editoriais, que passavam a questionar os atos do cotidiano como o trabalho feminino e como o mesmo é prejudicial para a sociedade. Em *O Tempo* encontramos a seguinte matéria com relação ao trabalho feminino:

[...]A actividade feminina ganha por toda parte após a grande guerra proporções extraordinárias e no Brasil se acentuou, já que apenas a Academia Brasileira de letras continua Inexpugnável as conquistas do ex sexo fraco. Em todos os outros ramos de actividade, a mulher vai desbancando o homem, que passou uma situação bastante desagradável. Na Italia por isso mesmo vai uma campanha que contra o emprego de mulheres, recebendo agora forte ímpeto com as recentes declarações do secretario geral do Partido Fascista, quando anunciou uma revisão dos quadros burocráticos, com o propósito de substituir as funcionárias por funcionários casados ou por desempregados casados. (O Tempo, 02/01/ 1933:1)

Na matéria transcrita podemos perceber que agora as mulheres que antes não poderiam adentrar os espaços públicos devido a sua fragilidade se tornam uma ameaça à figura masculina na disputa pelo seu espaço, invertendo as posições, necessitando que o homem seja protegido deste novo modelo feminino que é capaz de retirar os seus empregos. Seria a inversão dos papéis sociais que agora destinavam o homem ao lar e a mulher ao trabalho.

Porém, mensagens contraditórias ao novo tipo feminino, que ainda buscam ressaltar a doçura e a fragilidade feminina são encontradas, nos periódicos como forma de refrear os ímpetos, de afastar as mulheres dos espaços sociais que permitem a permanência e manutenção dos homens nos mesmos. Acostumar-se com a presença feminina em espaços públicos, como confeitarias, no exercício do trabalho de garçonne até poderia ser aceito, ou em repartições públicas, mas no júri, este fato se tornaria uma ameaça às decisões mais importantes. O autor, sobre o qual não aparece qualquer identificação, ainda salienta que conceder o voto feminino é um ato muito simples, mas as mulheres não estariam e não seriam aptas a outras atividades ligadas à legislação, ignorando o fato de inclusive já existirem dentro do referido período mulheres atuantes neste segmento social. A matéria que tem como título *A mulher e o júri* é apresentada à comunidade rio-grandina da seguinte forma no jornal *O Tempo*:

Que selhe conceda o direito ao voto, vá trata-se de uma cousa simples. Qualquer criatura pode desempenhar se desse sagrado direito. Mas o Jury, Santo Deus! o juiz o promotor, os órgão de defesa, invocam se textos complicados da lei, há os processos, criminosos volumosos, tudo lançado de termos technicos complicadíssimos por vezes misturados de latinarios um horror! (*O Tempo*, 05/03/ 1933:1)

Através dos discursos dos jornais podemos concluir que o gênero masculino já passava a acostumar-se com a ideia do voto feminino, uma vez que os acontecimentos políticos já estavam se encaminhando para a ocorrência da aprovação do sufrágio feminino. Outras matérias, ainda que salientem que o voto feminino até pode ser concedido ao grupo de mulheres que se acham aptas para votarem, no entanto mostram que em alguns lugares de prestígio social, como participação em suas sentenças do júri a participação da mulher seria um desastre à medida que a mesma agiria muito mais com a emoção do que com a razão em suas decisões.

Em desacordo com essas matérias, outras eram publicadas em dias posteriores salientando a presença feminina aos poucos na política, que acabaria por se tornar fato, e que o mesmo estava próximo de correr com as revisões que deveriam ser feitas pelo governo em vigência. No dia 08/04/1933, sob o título de “A mulher na política Nacional” é discutida e apresentada à comunidade local a participação das mulheres na política e o bem para a sociedade que o sufrágio feminino teria nas decisões em conjunto com o sexo masculino. Nessa direção, o voto feminino era considerado o elo que faltava para uma ligação maior entre homens e mulheres na divisão dos deveres sociais, uma vez que entre iguais os direitos e deveres deveriam ser os mesmos, conforme a matéria a seguir;

O voto feminino de nos ocupamos antes teve o condão de estabelecer entre nós e as mulheres uma aproximação política benfazeja e uma igualdade de deveres por queninguém tem direitos e somente deveres a cumprir. Antes eramos nós os homens brasileiros, os únicos culpados pelos maus negócios realizados em benefícios da coletividade nacional. Hoje não a mulher vai dividir conosco essa responsabilidade tremenda de dirigir os destinos da Pátria. Ella vai compartilhar do quinhão sagrado que nos legaram os grandes vultos. Eis melhor assim dois cérebros por muito sempre pensam melhor que um só, por demasiado cheio. (O Tempo, 08/04/1933:1)

Através desta matéria podemos perceber que, aos poucos os artigos, representados pelos jornais passam a ter um novo discurso com relação ao papel da mulher. Neste momento alguns já admitiam a figura feminina como sua companheira e que deve, junto com o homem, dividir as responsabilidades no que dizem respeito aos rumos que a Pátria deve tomar. Essa lenta mudança de perspectiva, de certa forma, também é uma forma dentro do momento político conturbado dos homens dividirem suas responsabilidades de escolhas com um grupo que até então não possui a representação dentro do segmento político. Novas notícias eram reproduzidas no Jornal *O Tempo*, como as que dão evidência às mulheres que lançam as suas candidaturas, como a matéria abaixo transcrita:

Acaba de surgir mais duas candidatas femininas na constituinte uma em São Paulo e outra na Bahia. A candidata paulista é a Dr Carlota Pereira de Queiroz, médica ilustre formada pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro e laureada com o Premio Miguel Couto”. É uma das figuras de relevo não só do feminismo como dos círculos intelectuais de São Paulo. A candidata da Bahia é a Dr Luiza Doria Bittencourt advogada no Rio de Janeiro elemento de relevo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (O Tempo, 18/04/1933;2).

Notícias como essa, na medida em que a sociedade vinha se modificando ainda que de forma lenta, como o advento do desenvolvimento capitalista, permitiram

mudanças na maneira de pensar da sociedade e uma nova aceitação em alguns setores sociais da participação feminina, inclusive no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho e lutas das mulheres que tiveram a iniciativa de serem representantes e atuarem junto à sociedade em prol dos movimentos feministas e de emancipação feminina. As modificações permitiram a ascensão da classe média e junto com ela novos valores cívicos foram sendo incorporados. E até mesmo algumas mulheres que já haviam conquistado seu espaço social profissional eram médicas, engenheiras, advogadas, retomaram o seu papel de donas de casa, seguindo um novo modelo de mulher ideal. No entanto, ao mesmo tempo em que as mulheres sentiam-se atraídas pelas facilidades lançadas no mercado doméstico e pela facilidade no cuidado com as coisas do lar, elas davam exemplo de pioneirismo, como mostra a matéria publicada nos jornais sob o título associado ao avanço do movimento feminista.

De acordo com a matéria seguinte:

Houve agora no Rio de Janeiro um concurso para comissionários de polícia. Tratavam-se de preencher onze vagas para as quaes inscreveram-se nada menos do que duzentos sessenta e sete candidatos. “Que a mulher se tem nos últimos tempos, mostrado capaz de exercer atividades difícilimas, reservados unicamente aos homens, é evidencia que ninguém contesta. Ella invadiu a Secretaria do Estado, tomou conta de cargos do magistério, fez médica advogada e engenheira. Há porém uma circunstance a destacar nesse concurso, apresentou-se a ele também uma mulher a jornalista Sylvia Moncorvo. Mas que soubéssemos, nenhuma teria ainda tentado metter-se nas funções arriscadas da polícia. Pela primeira vez, uma mulher brasileira tenta ingressar em carreira tão perigosa e árdua. (O Tempo, 18/10/1933:2)

Ao publicar uma matéria que mostra a participação das mulheres em espaços antes destinados aos homens e em profissões que eram exclusivas do sexo masculino, podemos perceber que o próprio jornal dava ênfase aos avanços feitos fora da sociedade local pelas mulheres. Poderíamos dizer que publicando essas matérias, poderia incentivar o mesmo comportamento na sociedade portuária, de certa forma desmistificando os discursos que até então publicava. O fato curioso é que estas matérias continuam sendo divulgadas no jornal *O Tempo*, mas no jornal *Echo do Sul* ocorreu o que poderíamos chamar de silêncio com relação ao assunto, talvez, por não concordar com os rumos que a política estava tomando.

Na cidade do Rio Grande, foco do objeto da pesquisa, notamos que as notícias circulantes a respeito do movimento sufragista e as ideias que permeavam o espaço citadino apresentavam-se frequentes à medida que a cidade, através dos periódicos, colocava a comunidade rio-grandina atenta aos assuntos pertinentes no restante do país

e algumas notícias que diziam respeito sobre os avanços do movimento feminista em outros países oriundas do exterior como forma de conter ou disseminar de maneira gradual os avanços no nosso país. Exemplo do que estamos falando é que, mesmo após reconhecer a participação feminina na política e as discussões com relação ao voto se apresentarem frequentes nas notícias, alguns ainda buscavam através de matérias salientar que o ato cívico da mulher à pátria seria o cuidado com os seus entes no lar, que a mesma já dividia os espaços com os homens e deveria também demonstrar seu amor ao país como podemos ver na matéria transcrita:

No lar como na escola, a educação da criança está quase exclusivamente entregue a dedicação da mulher. Dela pois, que educa, ensina e ilustra a criança, devia também nascer a ideia de esclarecer-lhe e nella difundir o respeito e o amor a Pátria. Entretanto sendo ella a quem compete desempenhar tão magno problema, deve também competir-lhe dar o exemplo. Ensinar os seus filhos, alunos a tirarem o chapéu em presença da Bandeira, que representa o nosso amado Brasil, uma homenagem e um culto de amor e respeito a nossa Pátria, parecendo-nos que tal privilégio não dever ser só dos homens. (O Tempo, 20/10/1933:1)

Dessa forma, eram divulgadas na imprensa rio-grandina as representações sobre o movimento sufragista, através da circulação dos jornais dentro do espaço público da cidade do Rio Grande, e mostrava que o Porto não trazia apenas a riqueza econômica do nosso município mas também fazia com que dentro do mesmo circulassem várias ideias de mudança social. Na matéria transcrita acima, publicada no Jornal *O Tempo* e assinada por Noemy Rochana, podemos perceber que embora as mulheres percebessem o seu papel social no espaço privado desejavam ainda mostrar através de simples atos realizados por homens que também permaneciam ativas dentro do processo social e por isso deveriam ocupar os mesmos espaços que eles, no trabalho, na política.

O município do Rio Grande através dos escritos jornalísticos tinha contato com as novas tendências sociais dos outros estados e países, o que provocava na cidade um aprimoramento do seu espaço público e privado. As leituras e contato com os viajantes que aqui estavam faziam de Rio Grande uma cidade moderna, onde os espaços destinados ao lazer e à cultura cresciam, proporcionando uma maior visibilidade à figura feminina. A prática do footing na Praça Xavier Ferreira ou os encontros nas confeitarias e cafés da cidade demonstravam que a sociedade rio-grandina, a exemplo de tantas outras cidades do interior, estava em consonância com a moda de cidades mais prósperas. Outro fator de mudança bem significativo foi o de várias mulheres terem ido estudar em outras regiões do país e até mesmo no exterior, podendo citar como exemplo

a primeira mulher rio-grandina a se tornar médica, Rita Lobato, e tantas outras que ligadas às artes fizeram da cidade do Rio Grande um espaço para a presença feminina atuante.(Soares,2010,p149)

No entanto, apesar do crescimento urbano, citado por Bittencourt (BITTENCOURT,2007,p163) e de uma maior circulação das mulheres nos espaços públicos, as matérias dos jornais ainda em sua maioria se apresentavam como forma de incentivar as mulheres de sua fragilidade e pouca experiência para os afazeres políticos e demonstravam ainda uma grande resistência à inserção da mulher ao mundo político e do trabalho. Mostravam à sociedade que a igualdade entre os sexos e a concessão de direitos masculinos às mulheres seria um erro, pois estaria mexendo com a estrutura social e então a mulher ao sair do seu espaço instalaria o caos na sociedade. Dentro desta perspectiva, apresentava-se assim nas páginas de *O Tempo*:

Deve a mulher competir com os homens em todos os ramos da atividade social? Eis a palpitante questão posta pelo considerável e sempre crescente progresso feminino em todo o mundo. No longínquo Japão, onde ate a pouco o seu nível social não era os dois mais elevados, ella já vem concorrendo com o homem mesmo nas profissões julgadas de exclusiva competência de seus patrícios.(...)A reserva moral da sociedade é em ultima analyse a mulher. Se ella falhar na sua delicada missão no lar,periclitará a existência social e nos seus sustentáculos christãos únicos e reaes (O Tempo,20/10/ 1933:1).

Na matéria acima transcrita nota-se que novamente é questionado o papel da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, comparando a realidade brasileira com a que ocorre em outros países. Porém, em momentos de necessidade a mesma, além de cooperar com a sua moral para sociedade na educação dos seus filhos, era incentivada a participar da vida pública com sua força de trabalho em períodos de crise. Mas a sua participação social através de sua inserção na política ainda se encontra atrelada à figura masculina na representação do seu marido se casada for. Na cidade rio-grandina as mulheres já estavam inseridas no mercado de trabalho nas indústrias de tecidos, nas fábricas de peixes, nas indústrias de conservas e em muitos outros setores da economia. Mas o discurso para o exercício do seu papel social de mulher e mãe ainda estavam muito presentes.

Dentro do Estado, estes papéis e as relações de desigualdade entre os sexos ainda estavam muito presentes devido à política castilhistas e a sua moral imposta no imaginário coletivo dos rio-grandinos, principalmente no que diz respeito ao modelo de mulher, imposto não somente à classe alta e média, mas a todas as mulheres. O modelo

que priorizava a mulher nos seus afazeres domésticos e no cuidado com suas famílias não conseguiu deixar de ser reproduzido fazendo com que as questões feministas ligadas à aquisição ao direito ao voto fossem vistas como destinadas às mulheres solteiras.

Quando se tratava da mulher na busca dos seus direitos civis, ela na maioria das vezes era barrada pelos discursos que insistiam em mantê-la fora dos espaços políticos. No entanto, com o advento das mudanças, as mulheres adentraram no mercado de trabalho e agora não mais somente por necessidade de complementar a renda familiar. Aos poucos as matérias jornalísticas começam também a reverter o discurso incentivando o voto feminino por acreditar que o mesmo se fará benéfico para a sociedade, uma vez que a mulher por vocação pensa no bem da família e através do seu voto estaria zelando pelo bem estar da nação. De acordo com *O Tempo*:

Ao agitar-se pelo mundo o problema do voto feminino, temiam os elementos conservadores que a mulher pudesse trazer a política e portanto as diretrizes nacionais elementos excessivos e perigosos de reformismo. Passaram-se algum tempo e alguns países adaptaram-se ao voto feminino.[...] Aquelles que nele viam incerteza e perigos, estão hoje convictos de que a mulher, analysada através a a significação do voto , vem agindo em toda parte do mundo , como uma das mais intransigentes e corajosas defensoras da sociedade e do lar. (*O Tempo*, 06/12/1933:1)

Mesmo ainda havendo resistência por parte da sociedade ao voto feminino, pois igualava a figura feminina aos homens perante os direitos civis, a concessão do voto ainda fazia com que as relações de dominação entre os sexos fossem questionadas, uma vez que a inserção no mercado de trabalho e as discussões para concessão do voto, inclusive com aceitação de alguns parlamentares, fazia com que as mulheres pudessem reivindicar os mesmos direitos de seus maridos, irmãos e filhos. O que também podemos ver nas páginas do jornal foram as novas regras impostas aos homens no tratamento da figura feminina inserida no mercado de trabalho. Na notícia abaixo, sob o título *Mulher que trabalha*, segue como os homens devem se comportar diante das senhoras e senhoritas que se encontram em repartições e salões sociais desenvolvendo o seu trabalho.

Como ser cortez com a mulher que trabalha? Eis uma pergunta que fazem comumente os rapazes de hoje ora como desculpa sophistica para o próprio indiferentismo indelicado, ora como sincera dúvida si um fundo de cavalheirismo lhe perdura nas qualidades atavidas. E os velhos intervêm logo dando-lhes razão: hoje em dia não há mais boa educação, as moças modernas não merecem galanerias(...) em relação , por exemplo á dúvida que inicia estas considerações o simples bom senso indica melhor maneira de resolve-lo seja o cavalheiro apenas correcto para com a mulher encontrada nos meios profissionais, onde suas obrigações não lhe permitem a perda de tempo que

acarretam certas galanterias, mas torne-se gentil e fidalgo desde que a encontre essa mesma mulher no ambiente social.(O Tempo,20/12/1933:1)

Através da matéria podemos perceber a preocupação com as novas normas de conduta com relação aos sexos, uma vez que agora dividem o mesmo espaço e participam em conjunto das mesmas decisões, pode-se dizer que a mulher passa a ser vista de forma diferente, agora como profissional. Claro que a igualdade entre os sexos ainda não era aceita, mas existia uma preocupação em como se portar perante as mulheres, ainda vistas com olhares recriminatórios pelas suas roupas ou pela forma dos seus cabelos. Porém a mulher ganhava espaço no mundo público, aliando suas funções entre o privado e o particular. Na verdade, aos poucos a sociedade precisou ter um novo olhar sobre a condição feminina, já que cada vez mais ela estava presente ocupando espaços, como no Júri.

Na matéria abaixo, podemos notar a participação feminina no espaço público e a mudança na forma de agir dos homens perante a sua figura. No entanto, podemos perceber também que os mesmos se faziam valer de palavras doces e gentis como forma de atrair atenção e interferir nas suas decisões. Ainda a visão da mulher frágil e mãe se fazia evocada em situações de decisão que pesavam sobre o sexo feminino. Podemos ver:

Entre os 20 cidadãos que ali estavam designados pela lei para desagradável tarefa de divulgar o seu semelhante, havia várias cidadãs. E a simples presença daquelas senhoras, algumas delas elegantes e bonitas no recinto do tribunal, bastava para imprimir ao ato aspecto inédito de silêncio e de ordem, de respeitosa expectativa(...)Completo o conselho verificou-se que maioria dele era feminina. Três senhoras e entre elas a senhorita loira tinha sido sorteada(...)e iniciou-se o debate. Nunca se vira debate igual.Os oradores mantinham-se altos, no terreno arejado das ideias. Eram concisos, elegantes e eloquentes. Ao olhar dos jurados, batiam-se com polidez na linguagem e atitudes(...)Sois mulheres assentava acusação. E foi uma de voz no esplendor da mocidade da beleza queo punhal do impiedoso reo para sempre imobilizou no leito álgido de tûmulo condenou. Sois mulher retrucava a defesa. Tendes o coração uma ideia límpida de justiça, que não exclue a piedade. Foi o ciúmes senhoras o monstro de olhos verdes que lhe armou o braço na inconsciência de um delírio atroz!Absolve!(Echo do Sul,29/01/1934:1)

Nesta matéria e como citado anteriormente,notamos que as mulheres conquistaram seu espaço nas decisões públicas através da participação das mesmas no júri,o que em anos anteriores mais especialmente no ano de 1931, em uma matéria também intitulada “ A mulher e o Juri” publicada nas páginas do O Tempo, não era permitida à participação das mulheres, sob alegação que a sua fragilidade e a sua doçura a impediriamde decidir com a razão. O que ficou provado foi que as mulheres com

todos os seus atributos de beleza, compaixão, docilidade se fizeram imparciais na sua decisão, apesar de utilizarem uma linguagem sutil que evocava o velho discurso de amorosidade feminina e a doçura da mulher a mesma se fez firme as suas decisões e condenou o réu, para surpresa de todos. Por este fato podemos perceber que as mulheres realmente estavam na disputa do poder com o sexo masculino e a presença delas não poderia mais ser relegada nos espaços públicos, uma vez que elas mostravam competência e desenvoltura para as tarefas e com o direito do exercício da cidadania. Agora, no ano de 1934, as mulheres são incentivadas a participarem do alistamento eleitoral como forma de ser companheira do homem também na política. Assim era feito o chamamento e a justificativa do voto feminino nas páginas de *O Tempo* em 01/04/1934:

É indispensável que não esmoreça o entusiasmo pelo alistamento eleitoral feminino. O voto é ainda a única arma efectiva de que poderemos dispor nas justas reivindicações do pensamento moderno. A batalha feminista haveria de começar, necessariamente pela conquista do direito político das mulheres, Não foi muito fácil de obte-lo. Deu-o Revolução é certo, mas não menos exato que só o deu porque mesmo sem ella, se formara a corrente que tornaria a vitoriosa. A questão amadurece de tal modo na própria consciência jurídica do paiz que faltava apenas o gesto final. (*O Tempo*, 01/04/1934:1).

Em outras matérias no mesmo periódico, percebemos que as mulheres que antes eram levadas a ficarem longe da política agora eram incentivadas a permanecerem e levarem a sua beleza, docilidade e simpatia para a política estas qualidades eram atribuídas a presença feminina na política pelos autores das matérias nos jornais. Sendo assim, podemos perceber que aos poucos a questão da cidadania feminina foi tomando espaço e que a figura feminina começa a ter lugar, uma vez que elas se destacaram em movimentos dos segmentos sociais e culturais. Dessa forma, ao analisarmos os jornais notamos que gradativamente o número de matérias que dizem respeito às mulheres e seus avanços, bem como aos avanços realizados pelos movimentos feministas, em ambos os jornais foram mais frequentes, fato que denota o quanto a questão feminina estava presente nas discussões da imprensa. Podemos dizer que aos poucos os movimentos feministas e o sufrágio feminino foram ganhando espaço e notoriedade social, alguns defensores outros contrários, o fato é que a partir do ano de 1932, a questão feminina se faz presente nas páginas dos periódicos analisados.

2.3 Análise do Echo do Sul e O Tempo.

Ao pesquisarmos esses periódicos, localizamos 66 matérias que estavam relacionadas a questão do voto feminino. Localizamos sete matérias no jornal *Echo do Sul* sobre o movimento sufragista e no jornal *O Tempo*, vinte e quatro matérias relativas a essa temática nos quatro anos analisados. Além dessas matérias específicas sobre o movimento sufragista, outros temas nos pareceram fundamentais para compreensão sobre as discussões postas para a sociedade no período, relacionadas à política e ao voto. Dentre as quais, localizamos mais vinte e cinco matérias. Mesmo sem tratarem do tema sufrágio feminino, esses textos nos auxiliaram a perceber como a inserção da mulher no mundo da política era um tema peculiar para a sociedade. Dessa forma, foram analisadas ao todo cinquenta e seis matérias relacionadas ao movimento sufragista, para uma melhor análise das mesmas criamos duas categorias para nos auxiliar na análise. A primeira categoria intitulamos de Feminismo e a segunda de Política. Estas categorias ainda foram subdivididas em unidades de referenciais que conforme dados extraídos das matérias analisadas são: família, voto, constituição, pleito eleitoral, voto feminino, figura da mulher.

Das cinquenta e seis matérias analisadas, na categoria política entre os dois jornais vinte e cinco referiam-se diretamente a política de forma mais específica às modificações no momento político e as mudanças na Constituição, bem como os anúncios para o pleito e o prazo para os alistamentos eleitorais, conforme apresentado nas tabelas nº1 e nº2. Ainda dentro da perspectiva da análise encontramos trinta e uma matérias com temática diretamente ligada ao nosso objeto de estudo: as ideias sobre a representação do movimento sufragista na cidade do Rio Grande, conforme apresentado nas tabelas nº 3 e nº4. Essas se referem à aquisição do voto, ao avanço do feminismo, às mulheres e sua inserção no mundo do trabalho e à consolidação dos papéis sociais dentro da sociedade como forma de legitimá-los. Estes dados serão possíveis de verificação conforme tabela abaixo:

TABELA Nº 1: JORNAL ECHO DO SUL

Categoria de análise POLÍTICA

Unidade de referência						
Jornal Echo do Sul (1930-1934)	Família	Voto	Constituição	Pleito eleitoral	Voto feminino	Figura feminina
1 Os mandamentos do Liberalismo(21/03/1930:2)			X			
2.Um vibrante manifesto das senhoras de Belo Horizonte(14/02/1930:1)	X		X	X		
3.Pleito Eleitoral (24/04/1932:2)			X	X		
Total	1	0	3	2	0	0

TABELA Nº2: JORNAL O TEMPO

Categoria de análise POLÍTICA						
Unidade de referência						
Jornal O Tempo (1930-1934)	Família	Voto	Constituição	Pleito eleitoral	Voto feminino	Figura feminina
1.O Pleito de março(11/01/1930:01)				X		
2.A sucessão presidencial(16/02/1930:01)			X			
3. Um projeto de reforma(19/09/1930:01)			X			
4.O momento político(23/04/1932:1)				X		
5. A Constituição			X			
6. O dever dos Brasileiros		X				
7.A eleição indireta			X	X		
8. A Constiuinte			X	X		
9.A nova Constituição			X			
10.Pela Constituinte			X			
11.Se viva fosse			X			
12.A crise da Democracia			X			
13.Partidos Políticos			X			
14.O pleito será no dia 3 de				X		

maio						
15.O titulo eleitoral		X		X		
16.As eleições		X		X		
17.Siginificado de votações						
18.No ring da política				X		
19. Enfim						
20.Cidadão EScolhe				X		
21. Eleições				X		
22. Reforma eleitoral			X			
Total		3	11	10		

Conforme podemos inferir a partir da análise da tabela nº2, o jornal *O Tempo* entre os anos de 1930-1934 abordou a categoria analítica política sobre o sufrágio no Brasil de forma mais expressiva, pois entre as vinte e uma matérias analisadas verificamos que dez abordaram diretamente o tema “pleito eleitoral” e outras onze matérias se referiram à constituição de forma relacionada ao novo contexto eleitoral. Esses dados nos revelam o quanto as discussões sobre as eleições e os direitos civis de participação dela, fossem dos homens ou das mulheres estava no centro dos agendamentos temáticos desse periódico. No jornal *Echo do Sul* localizamos essas temáticas em apenas três matérias conforme demonstrado na tabela nº1. Nessa direção, o tema sufrágio feminino também aparece de forma mais expressiva no jornal

O Tempo conforme podemos perceber através da análise das tabelas nº3 e nº4, apresentadas a seguir:

TABELA Nº 3: JORNAL ECHO DO SUL

Categoria de análise Sufrágio Feminino						
Unidade de referência						
Echo do Sul	Família	Voto	Constituição	Pleito eleitoral	Voto Feminino	Figura Feminina
1.A mulher sua etimologia e o voto(29/03/1930:01)		X			X	X
2. As Mulheres Rio-Grandenses(10/10/1930:01)	X	X		X		X

3.O Feminismo em marcha(15/03/1931:01)					X	X
4.O voto feminino no país da moda(29/07/1932:01)		X			X	
5.Cumpramos o nosso dever(03/11/1932:01)				X		
6.As mulheres e o Juri(29/01/1934:01)						X
7.O Patriotismo da mulher Brasileira (18/06/1934:01)	X			X		
Total	2	3	0	3	3	4

TABELA Nº4: JORNAL O TEMPO

Categoria de análise Sufrágio Feminino						
Unidade de referência						
O Tempo	Família	Voto	Constituição	Pleito Eleitoral	Voto Feminino	Figura Feminina
1.O Feminismo em Francam(13/04/1930: 01					X	
2.O Feminismo Caminha(24/07/1930: 01)					X	X
3.Pela Paz na Família(26/08/1930:0 1)	x					
4.Amulher avança(21/01/1931:0 1)						X
5.O sufrágio Universal(14/06/1931 :01)		X				
6.Lei sobre o voto feminino(16/09/1931 :01)					X	
7.A mulher e o voto(27/10/1931:01)					X	X

8. Eva de suspensórios(12/12/1931:01)					X	X
9.Feminismo no Brasil (27/12/1931:01)						X
10.Mujeres da América (19/03/1932:01)						X
11.A mulher e o emprego (12/01/1933:01)						X
12.A mulher e o Juri(05/03/1933:01)						X
13.O amor Livre(12/03/1933:01)	X					
14. A mulher na política (08/04/1933:01)		X				X
15.Sobre o divórcio (10/05/1933:01)	X					
16. O Feminismo (18/10/1933:01)						X
17.O dever social da mulher brasileira (20/10/1933:01)						X
18.O voto feminino (06/12/1933:01)		X			X	
19. A mulher que trabalha (20/12/1933:01)						X
20.O voto das mulheres (01/04/1934:01)					X	
21. A mulher e o divórcio (15/05/1934:01)	x					
22. As conquistas das mulheres						X

(08/08/1934:01)						
23. Mulheres para as eleições (15/08/1934:01)					X	
24. A mulher e a política (16/09/1934:01)					X	
Total	4	3	0	0	9	12

A partir da análise das tabelas acima, notamos que os temas feminino e o voto feminino são os mais expressivos nas temáticas abordadas pelas matérias analisadas. Também vemos que novamente o Jornal *O Tempo* apresenta uma índice maior de inferências sobre a temática, pois dentre as vinte e quatro matérias analisadas dentro da categoria Sufrágio Feminino, doze trataram do feminino e nove do voto feminino, como demonstrado na tabela nº4, enquanto que o jornal *Echo do Sul* apresentou no mesmo período, de 1930 a 1934, apenas sete matérias centradas na categoria Sufrágio Feminino e destas quatro tratavam do feminino e três do voto feminino. Dessa forma, percebemos através da análise dessas quatro tabelas que o jornal *O Tempo* abordou o tema Sufrágio Feminino tanto na esfera política quanto social, de forma muito mais frequente que o jornal *Echo do Sul* e esse dado nos revela não apenas o posicionamento desses dois periódicos como também o público ao qual esses se destinavam. Afinal, como o jornal *Echo do Sul* possuía maior circulação, também atingia círculos mais conservadores da sociedade rio-grandina, enquanto que *O Tempo* era um veículo de imprensa mais popular que atingia em sua maior parte a população operária da cidade do Rio Grande. Com uma população feminina introduzida no mercado de trabalho na indústria rio-grandina o tema era supostamente muito mais aceito entre as leitoras de *O Tempo* do que entre os leitores de *Echo do Sul*.

Portanto, após realizar análise nas tabelas sobre os jornais *Echo do Sul* e o *O Tempo*, notamos que no ano de 1930 as matérias que eram relacionadas à questão do voto feminino se fizeram constantes, no entanto com um sentido algumas vezes negativo com relação ao mesmo. Matérias como Mulher e sua Etimologia e o voto escrito por Darcy Calafiori, publicadas no jornal *Echo do Sul*, demonstravam a negação ao sufrágio feminino, reforçando a ideia de fragilidade e legitimando o papel social, quando o mesmo destacava que desde a antiguidade, as mulheres tinham como missão o

cuidado com os afazeres do lar. Outras matérias ainda dentro do mesmo periódico estavam relacionadas à figura feminina e à importância que as mesmas possuíam dentro da família. De uma forma ou outra, no ano de 1930, o jornal *Echo do Sul* deixava claro que a política deveria ficar afastado do ideal feminino.

Já no jornal *O Tempo*, apesar de existir a mesma preocupação com relação ao voto feminino, também trazia notícias sobre o pleito e anunciava as reformas que deveriam ser realizadas na elaboração da Nova Constituição. Além de matérias a respeito da sucessão presidencial no ano de 1930. No ano de 1931 ocorreu a inversão dos jornais com relação ao tema, uma vez que nas páginas do jornal *O Tempo* foram encontradas matérias com relação à questão do voto e os movimentos femininos, enquanto que nas páginas do outro periódico analisado não existia nenhuma matéria com relação ao movimento feminino ou ao voto ou qualquer outra matéria relacionada à temática em questão.

No ano de 1932, o jornal *Echo do Sul*, retoma as discussões trazendo matérias que divulgam as questões do voto feminino na França, como maneira de mostrar às mulheres a questão do voto e como o mesmo deveria ser discutida, mas longe do nosso país, ao mesmo tempo em que também incentivava que o papel da mulher estava em incentivar a maior participação masculina nos deveres com a pátria. Semelhantes matérias foram encontradas nas páginas de *O Tempo*, as quais também tratavam a questão dos modelos que as mulheres francesas e o seu comportamento com relação ao voto. Enquanto o jornal *O Tempo* continua a tratar as questões com relação ao voto feminino e os avanços das mulheres como o feminismo, o trabalho feminino, o sufrágio feminino, as questões políticas, as mulheres e as mudanças nas leis eleitorais, nas páginas do *Echo do Sul* matérias com relação aos avanços femininos foram localizadas em menor proporção.

No ano de 1934, textos do *Echo do Sul* debatiam, a concessão do voto aos cabos marinheiros e analfabetos e exaltavam o patriotismo das mulheres brasileiras. Nas páginas de *O Tempo*, as matérias davam continuidade à discussão do ano de 1933 com relação às mudanças políticas, às modificações nos títulos eleitorais, à participação das mulheres na política, à concessão ao voto feminino e ao trabalho feminino e como estes poderiam ser prejudiciais às mulheres. Em ambos os periódicos foram encontradas matérias contrárias e outras favoráveis às mudanças sociais e a participação das

mulheres na política e de forma mais efetiva no campo do trabalho, procurando algumas vezes exaltar a participação das mesmas, e em outros momentos, incentivando que elas permaneçam nos seus lares. Mas de uma forma ou de outra, através das matérias jornalísticas analisadas, podemos perceber que a mulher garantiu um maior espaço, ampliou seu raio de ação no campo social no século XX no que diz respeito ao ambiente público. Sua presença em lugares antes não permitidos como cafés e confeitarias, ainda que acompanhadas de seus maridos ou responsáveis, se tornaram mais frequentes, sua presença nas fábricas também demonstrou uma maior inserção da figura feminina no mundo do trabalho. Porém, movimentos sociais em prol da maior participação das mulheres na política eram movimentos que ainda eram vistas de forma isolada e passaram então a se utilizar da imprensa como forma de dar vez e voz a estes movimentos.

No entanto, a imprensa foi utilizada por homens e mulheres de forma diferenciada. Para as mulheres como forma de disseminação dos seus anseios por uma inserção no mundo da política através do sufrágio feminino. Para os homens, na tentativa de manter a mulher ainda atrelada ao espaço dos seus lares. Ao analisarmos as matérias podemos perceber que existia uma discussão acirrada em torno da questão do voto feminino, ao mesmo tempo, que havia uma resistência. Por outro lado, o movimento conta com o apoio de políticos que já vislumbravam a possibilidade do mesmo como garantia de um número maior de pessoas votantes. Esta questão era de fundamental importância no período varguista que foi o primeiro a acenar com a questão da concessão do voto feminino e concedeu o mesmo uma vez que percebeu o grande percentual de possíveis eleitores com esta concessão. Como a maioria das matérias analisadas por nós se encontrava nas primeiras páginas dos jornais, podemos perceber o quanto a temática era importante e se fazia presente no dia a dia da urbe rio-grandina e como esta ainda veio provocar certas mudanças no cotidiano feminino dentro do espaço social da cidade do Rio Grande, assunto que será debatido no próximo capítulo

CAPÍTULO 3: AS MULHERES NO PLEITO: O VOTO FEMININO EM RIO GRANDE.

Neste capítulo serão discutidas as formas como as mulheres receberam a notícia do sufrágio feminino e como foi disseminada a sua conquista com o Código Eleitoral de 1932. Esse código teve como objetivo aumentar o número de eleitores, favorecendo que as mulheres encontrassem espaço para a sua luta por participação política. No presente capítulo ainda será analisada a Constituição Federal de forma a podermos entender melhor a trajetória da conquista após a realização da mesma e de que forma a lei amparava as mulheres ao voto feminino.

3.1 Código eleitoral e a Constituição

Apesar do direito ao voto das mulheres se tornar uma realidade desde o decreto nº 21076, de 24 de fevereiro de 1932, que previa no Código Eleitoral o voto feminino, deve-se ter atenção para o fato que a Constituição de 1937 manteve em seu artigo 117, a disposição do artigo 108 da carta anterior omitindo qualquer determinação quanto à obrigatoriedade do alistamento ou do voto feminino. Somente em 1945 é que tanto o alistamento quanto o voto passaram a ser obrigatórios para ambos os sexos. Entretanto, a obrigatoriedade do voto veio com o seguinte complemento, as mulheres eram obrigadas ao alistamento e ao voto, com exceção das mulheres que não exerciam profissão lucrativa. É interessante observar-se que as mulheres donas de casa, ainda em grande número na sociedade brasileira, ainda não faziam parte de forma efetiva dentro do processo democrático e de seu direito ao voto. Esse dado é de fundamental relevância para a presente análise, pois a Justiça Eleitoral foi suspensa após o golpe de novembro de 1937, quando não foram realizadas eleições em função da instalação do Estado Novo. As eleições amplas somente retornaram em maio de 1945, quando a Justiça Eleitoral foi restaurada no Brasil.

Sob essa perspectiva, nesse subcapítulo serão discutidas as mudanças empreendidas no sistema eleitoral do período. Esse estudo será iniciado com a análise

das matérias publicadas nos anos de 1930 sobre as alterações na Constituição. Também será observado como esse tema veiculado na imprensa permeava o ambiente rio-grandino. No entanto, não se pode esquecer que o período estudado aqui se encontra cercado de acontecimentos políticos e econômicos que fazem do mesmo uma fase tensa dentro do país. Economicamente o país ainda estava-se sofrendo os efeitos da crise de 1929, que afetou o setor econômico, mais especificamente o setor cafeeiro, assim como deu início ao fim da Política dos Governadores, na qual os governadores dos estados de São Paulo de Minas Gerais se intercalavam no poder do país. Com vistas a romper com essa política, surgiu um terceiro estado que se configurou na presença do Rio Grande do Sul, quando o mesmo levou a concorrer o nome de Getúlio Vargas às eleições presidenciais como uma forma de conciliação e entendimento entre os dois Estados, no entanto o que não esperavam eram as mudanças que viriam junto com o final do pleito de 1930: a Revolução de 1930.

Com relação às mudanças, as mesmas já eram esperadas desde a década de 1920, quando os descontentamentos com relação à República Velha foram expressos de forma mais evidente na sociedade.

Nessa perspectiva, Soihet aponta que:

Passaram a ser alvos de críticas os privilégios concedidos aos grandes proprietários de terra, especialmente os cafeicultores, em detrimento de outras atividades econômicas sobretudo a industrial. Na esfera política multiplicaram-se as demonstrações de insatisfação diante da corrupção que caracterizava o sistema eleitoral vigente e favoráveis a um governo realmente representativo. No terreno das ideias, surgiram ainda que tímidos protestos contra os arraigados preconceitos raciais.(...) Concepções vigentes a cerca da fragilidade física e das limitações intelectuais das mulheres também sofreram contestações. Em meio a tantos questionamentos o movimento pelos direitos das mulheres ganhou mais corpo.(SOIHET,2012,p 224)

O texto permite notar, que as mudanças foram chegando de forma lenta e gradual, configurando alterações não somente na política, mas na forma de pensamento da sociedade. Essas mudanças puderam ser percebidas através dos movimentos de insatisfação política, os quais deram um caráter de civilidade à sociedade e com isso a figura feminina e o próprio movimento feminista começaram a ter novos adeptos e uma maior difusão perante a sociedade. Em meio a essas mudanças, as eleições para sucessão presidencial não ficaram de fora das discussões, uma vez que nos jornais além do avanço do movimento feminista e de suas lutas pelo voto, as mudanças desejadas na política também foram representadas.

A disputa pelas eleições foi demonstrada nas páginas dos periódicos, bem como a exigência por parte principalmente de São Paulo da elaboração de uma nova Constituição que propusesse novos ares ao país, de forma a representar as mudanças pelas quais o mesmo estava passando. Estas reivindicações de um novo olhar sobre as leis que regiam o Brasil foram representadas na imprensa rio-grandina em um momento no qual os partidos políticos estavam se reorganizando e adequando suas plataformas aos novos tempos exigidos pela política dos anos 30. Também apareceram na imprensa os debates a respeito do pleito do mês de março que estava próximo. Com relação ao pleito encontramos o seguinte comentário proferido pelo Washington Luiz nas páginas do jornal *O Tempo*:

Na vista solene que se realiza, dos membros do Congresso Nacional ao Presidente da República encerrados em 31 de dezembro os trabalhos legislativos o Sr Washington Luiz teve que se referir agora ao pleito eleitoral de 1º de março ao agradecer aquela homenagem.(...) Positivamente, não há motivo algum que nos leve qualquer intranquilidade. Ao contrário está certo de que se vae apurar com honra para os costumes políticos nacionais queos brasileiros podem pensar de um modo político diferente e podem ter ideias diversas sobre o modo de orientar a alta administração brasileira, para honra as democracias verdadeiramente civilizada nos pleitos eleitoraes. O pleito do dia 1º de março deve ser portanto um motivo de orgulho para os brasileiros pelo progresso que vae revelar da nossa cultura política e do nosso adiantamento cívico.(O Tempo,11/01/1930:01)

Analisando a matéria transcrita do jornal se pode perceber que estavam tentando manter um clima amistoso e favorável com relação ao pleito do dia 1º de março. Através da imprensa, o então Presidente da República mantinha as discussões sobre as eleições de forma paliativa e amena, como se o papel do cidadão fosse o de se manter passivo diante dos acontecimentos. Mesmo as divergências de partidos políticos deveriam ser deixadas de lado em prol de um bem maior que era a prosperidade da nação. Podemos perceber que nesta matéria se deu ênfase ao pleito, e não foi citado, sequer, a participação feminina. Mesmo sabendo que a mesma ocorreu no ano de 1930, o processo para concessão ao sufrágio feminino já se fazia presente nas discussões jornalísticas, conforme discorrido no capítulo anterior.

Mas essa questão não se faz presente na matéria quando discorreu sobre o orgulho para todos os brasileiros, não citando a figura feminina entre eles, fato este que tornava mais difícil a inserção das mudanças com relação ao voto, pois grande parte da sociedade não era vista como capaz de votar. A matéria analisada se encontra na

primeira página do jornal de forma a demonstrar a importância que a mesma tinha para os editores, também demonstra preocupação em manter a data do pleito, demonstrando que as mudanças que deveriam ocorrer seriam amenas e a população poderia ficar tranquila.

Durante os anos de 1930 e 1931 podemos perceber que temas como as mudanças constitucionais e as leis com relação ao voto feminino aos poucos vão sendo apresentadas à comunidade, como forma de informar sobre as transformações que estavam ocorrendo e que ainda estavam por ocorrer dentro das propostas de reforma na política que desde 1891 eram repensadas. Algumas reivindicações feitas pelas mulheres foram atendidas em 1932. Na matéria intitulada “A lei eleitoral” publicada nas páginas do jornal *O Tempo*, vamos percebendo a maneira como a proposta do voto feminino foi conduzida até os leitores. Como segue:

A lei conceda o direito de voto a mulher, debaixo de algumas condições. Para ser eleito é preciso que o cidadão tenha 21 annos e pro disposição da lei civil, tenha adquirido maior idade não incorrendo em nenhuma das prohibições do alistamento no Registro Civil Nacional. São admitidas a inscrever-se eleitores desde que preencham as demais condições legais. Mulher solteira que tenha economia própria e viva do seu trabalho honesto, renda de emprego ou de qualquer outra fonte de renda lícita; a viúva em iguaes condições, a mulher casada que exerça effectivamente commercio, seja chefe ou gerente de estabelecimento industrial e exerça qualquer lícita profissão com escritório, consultório ou estabelecimento próprio e tenha funções devidamente autorizadas pelos maridos na forma da lei civil, as operárias, empregadas casadas ou não contando que tenham economias próprias. (...) Ainda são alistáveis nas condições do artigo anterior as antecedente a mulher separada por desquite amigável judicial. (*O Tempo*, 16/09/1931:01)

Ao analisarmos essas alterações na ordem do voto, que a partir desse momento concedia a certo grupo de mulheres o direito a participar politicamente do processo eleitoral, podemos notar que a questão da renda ainda era presente como forma de manter um grupo de eleitores quase que seletivo. Mesmo declarando que podem votar as mulheres trabalhadoras que vivam de suas economias oriundas do seu trabalho “honesto”, a lei deixa de lado ainda grande parte da população feminina que vivia então à margem dos parâmetros que foram impostos.

Mesmo que um grupo de mulheres seja representado, a grande maioria ainda se encontrava fora dos padrões necessários, seja por desconhecimento das leis, seja pelas condições sociais. O certo é que na matéria vemos que a disposição legal, ao definir que somente as mulheres que trabalhavam de forma digna estavam aptas a votar, realizava uma

discriminação entre as próprias mulheres, criando um movimento ainda maior para a legalização do voto feminino. No entanto, a disposição legal não fazia restrições de espécie econômica ou de classe social. Essas alterações com relação ao gênero feminino deveriam vir expressas na lei máxima do país, a Constituição, que no caso brasileiro já havia passado por oito reformulações e nunca havia deixado claro o papel da figura feminina no que diz respeito ao voto, sempre nessa situação se referia apenas ao cidadão de forma genérica e especificava como o homem honesto, que seria aquele com renda. Conforme Cortês:

O Brasil, teve a sua primeira Constituição em 1824, dois anos após tornar-se independente de Portugal. Essa Constituição, quando falava de cidadão brasileiros, na verdade falava do homem com propriedades, pois a mulher, juntamente com os escravos e os homens livres pobres estava excluída de praticamente todos os atos da vida civil, como votar e ser votada, exercer cargos públicos, entre outras restrições. A segunda Constituição de 1891, foi elaborada em clima republicano(...) ampliando os direitos dos cidadãos, reconheceu o casamento civil como o único e válido e determinou sua gratuidade.(...) afirmou que todos os cidadãos são iguais perante a lei, entretanto, mesmo tendo sido inspirada por princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, nesses todos as mulheres não estavam incluídas.(CORTÊS, 2012,p261)

A ausência da participação ou mesmo da citação da figura feminina dentro da Constituição configurava a exclusão da figura feminina na política. Dessa forma, até o ano de 1932, mesmo com o avanço dos movimentos feministas e de suas representantes atuando junto a políticos com influência, a mulher ainda não era citada. As preocupações com relação ao novo pleito eram de aumentar o número de eleitores do sexo masculino. Mesmo quando as mulheres passaram a serem admitidas ainda apresentavam restrições, como na matéria discutida anteriormente. A grande preocupação com o novo pleito é de que o mesmo não seja adiado e de que os eleitores assumissem o compromisso com o seu país e compareçam às urnas, salientando a importância do que regia na Constituição com relação aos direitos dos cidadãos. Em tal afirmação novamente a palavra cidadão era utilizada para destacar a figura masculina.

Nas páginas do jornal *O Tempo* encontramos o seguinte chamamento aos brasileiros no exercício da sua cidadania e no seu dever de cidadão e na criação de uma nova Constituição:

Todos os brasileiros deveríamos nos despir agora dos nossos interesses e preconceitos, para pensarmos a Pátria. Como religiosos se recolhem a um retiro para a solidão, meditem sobre a vida futura, nos brasileiros de todas as classes, deveríamos no exercício espiritual todo dia de pensar longamente na Pátria, como se fora uma mãe carinhosa que sofre com os nossos desafios e

as nossas loucuras. Ante a figura sofredora da grande mãe commum, que é a nossa Pátria deveríamos fraternizar-nos em num impulso coletivo de carinho ampara-lo e conciliador cerrar fileiras para a defesa da sua obra e do progresso. Pensar na Pátria eis o que devem fazer quarenta e dois milhões de brasileiros. (O TEMPO, 23/04/1932:1)

Assinada por Mario Pinto Serva, a matéria mostra a preocupação da população com relação à elaboração da nova lei e reforça, novamente, que antes de qualquer partido político ou classe social “somos todos brasileiros e devemos despirmos dos preconceitos”. No entanto, ao ler a matéria podemos perceber que novamente a figura feminina não é citada, apenas existe uma comparação da Pátria com a mulher na figura da mãe sofredora na ausência de decisões de seus filhos. Estariam as mulheres incluídas nos quarenta milhões de brasileiros citados pelo escritor ao final da sua matéria? Esta questão fica sem resposta ou ainda depende da interpretação dos leitores. Aqui em nossa análise nos parece que a figura feminina era excluída. A mesma não estava inserida dentro deste percentual de cidadãos. Outro fato curioso é que no dia anterior no mesmo periódico, notícias sobre os avanços femininos são divulgadas e levadas ao conhecimento dos leitores, notícias vindas da França onde destacavam os feitos femininos.

Sobre o exercício do ato de votar, o Código Eleitoral do ano de 1932 declarava que era dado o direito de voto aos maiores de 21 anos e às mulheres casadas através da aprovação de seus maridos e para as solteiras e viúvas com condições financeiras, isto é, que viviam de sua própria renda. Somente no ano de 1934, no qual se centra nosso estudo, é que as restrições ao voto foram eliminadas. Entretanto, o voto ainda era obrigatório apenas para os homens, Outras inovações foram implantadas nos próximos pleitos.(CÂNEDO,2010,p 516)

Porém, não foram apenas as restrições ou inovações que incomodavam e fomentavam o cenário político, uma vez que discussões com relação à forma de governo atormentavam o período. Esse desconforto com relação ao ato de votar estava associado à longa trajetória do voto e do exercício da cidadania no Brasil e sua turbulenta história permeada por fraudes eleitorais e falta de participação do povo através de algumas restrições. A esse respeito dissertou Canedo sobre a História do Voto e a inexperiência do ato de votar:

Os dispositivos materiais necessários ao ato do voto foram sendo colocados a disposição do cidadão, e introduzidos na rotina eleitoral, em meio a tentativas incertas das elites políticas para impor um outro princípio legítimo de

transmissão da autoridade, diferente das alternativas até então conhecidas como hereditariedade baseada na tradição ou no direito divino. De certo modo, a cenografia do ato eleitoral faz parte de um outro modo seu poder político e ao mesmo tempo, obterem a obediência dos governadores autoridade alicerçada na população, com o voto não mais para alcançar, ratificar ou nomear mas para escolher.(CÂNEDO,2010,p 518)

Conforme discorreu o autor, apesar do Brasil ter uma história longa de votação, uma vez que desde 1821 já participava das eleições para a corte portuguesa, a mesma sempre foi marcada pela imposição dos poderosos com relação a grande maioria da população. Seja através da renda, seja como o prestígio dos cargos como os padres e a importância que a Igreja exercia na sociedade, fazia desta instituição uma força política. O ato de votar no Brasil, sempre foi cercado de simbologias e representado por uma classe dominante.

As mudanças ocorridas com o Código Eleitoral de 1932 e a criação do Tribunal Superior Eleitoral bem como a inclusão de outros segmentos sociais à política e o ato de votar, fez com que houvesse uma participação maior da população e às vezes um movimento de retração, ao mesmo passo que as mulheres foram inseridas, ainda que com restrições, nem todas se acharam com capacidade de atuar como cidadã. Mas uma mudança significativa havia ocorrido, o fato do voto ser utilizado para escolha dos representantes de forma direta, como forma a diminuir as fraudes eleitorais. Sobre esse fato Cânedo discorreu a respeito do novo Código Eleitoral de 1932:

As propostas de moralização e aperfeiçoamento do sistema eleitoral resultaram num Novo Código Eleitoral , em 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. As disposições adotadas introduziram quatro importantes modificações na vida eleitoral brasileira, que permitiram conceber as coisas da política dentro de um espaço fortemente institucionalizado. A mais importante foi a criação da Justiça Eleitoral.(...)Definitivamente, o alistamento, as eleições, o reconhecimento à proclamação dos eleitos ficou sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).(CÂNEDO, 2010,p 535)

Porém no meio destas inovações existiram grupos que ainda aclamavam o voto indireto como forma de manter um poder maior de decisão política, este fato ficou registrado nas páginas do periódico *O Tempo* da seguinte maneira, sob o título “A eleição indirecta”.

Deve o presidente da República ser eleito pelo Congresso! Ou devemos manter, na Nova Constituição o mesmo processo de eleição diretamente confiada ao eleitorado do País?(...) Haveria menos agitação e menos campo para que a demagogia campiasse se a eleição fosse diretamente pelo Congresso. E claro que houve quem divergisse desse sistema, por entender que a eleição do chefe do governo deve partir diretamente do povo.(O TEMPO,06/11/1933:01)

A referida matéria, assinada por Rodrigo Avellar, demonstra a imensa vontade de manter certos vícios eleitorais do passado para que o povo não fizesse parte das eleições: tentar a reprodução do voto através do Congresso alegando, conforme o autor, que as eleições ocorreriam de forma mais pacífica, com menos agitação. Podemos perceber que vários foram os subterfúgios utilizados para impedir um processo eleitoral e o próprio pleito de forma correta, com a participação de todos os cidadãos e agora com a participação de algumas mulheres às urnas. Discussões como estas, no entanto, não se faziam mais pertinentes uma vez que com a aproximação do pleito, as matérias que incentivavam ao alistamento eleitoral apareciam com maior frequência, demonstrando a preocupação com o reduzido número de cidadãos que haviam requerido o seu alistamento. Algumas inclusive cogitavam a não realização das eleições para a Constituinte em virtude do baixo índice de eleitores.

(...) Desde alguns dias vem se falando na possibilidade de ser prorrogada a data para as eleições a Constituinte, em virtude da escassez de tempo necessário ao alistamento eleitoral de um número de eleitores que possa exprimir naquele pleito a vontade da nação na escolha de seus legítimos delegados. (O TEMPO, 15/01/1933:01).

Na matéria intitulada “A Constituinte” o jornal deixou registrado então, certo desinteresse por parte da população com relação ao pleito. No entanto, devemos levar em consideração que devido à trajetória dos costumes eleitorais, a sociedade não estaria habituada às novas leis eleitorais que davam maior participação e liberdade aos cidadãos e permitia que as mulheres participassem do pleito. Mas o número reduzido de mulheres ainda verificado se deve ao fato de que algumas mulheres ainda viviam sob os velhos costumes, muito atreladas à vontade de seus maridos e às instituições religiosas. (CANÊDO,2010,p523)

Ainda analisando o ano de 1933 podemos notar que vários outros temas com relação à mudança constitucionais e ao próprio regime de governo, o presidencialismo, foram motivo de discussões e até mesmo de alerta para a população. No dia vinte e seis de janeiro de mil novecentos e trinta e três, em matéria de primeira página, encontramos sob o título de “A Nova Constituição”, um alerta sobre as novas mudanças que estariam sendo estudadas para implantação e que poderiam provocar riscos posteriores à Nação:

(...) Arma perigosa em mãos do presidencialismo é o estado de sítio. Porém é mal necessário, faça-se dele medida realmente excepcional aplicável somente em caso de manifesta gravidade para defendera organização effectivamente ameaçada ou perturbada pela violência que seja repressivo mas não preventivo.(O TEMPO,26/01/1933:01)

Percebemos que o clima durante o governo provisório era tenso e que as inovações na Constituição era um tema preocupante para a sociedade de forma geral. No mesmo ano, encontramos em meio à discussão sobre o sufrágio feminino, matéria que demonstrava certo desconforto com a situação política. Nas páginas de *O Tempo* ficaram registradas da seguinte maneira:

(...) A seguir acentua que a revolução de 1930 não se processou para que no país fosse estabelecido regimen de ditadura prolongada ella trouxe uma finalidade que foi dar novo rumo a política acabando de uma vez com as oligarchias existentes em vários Estados.(...) Concluo acentuando que o país está cansado e quer de volta ao regime Constituiconal, não se preocupando mesmo com a permanência no poderdeste ou daquele figurante desde que as urnas livres sahir triunfante o seu nome. (O TEMPO,16/02/1933:01)

Neste artigo o que fica claro é que a sociedade necessitava de uma participação maior nas decisões. Mostrando a sua insatisfação com o governo que estava instalado, conclamava a revolução de 1930, dizendo que a mesma foi feita por motivo de mudança e dar fim às oligarquias que ainda estavam vigentes em alguns Estados. De acordo com o artigo, os cidadãos não desejavam a manutenção das mesmas dizendo, inclusive, que o país estava cansado e via na reforma constitucional a restauração para a política. Com relação a essas reivindicações a sociedade apenas desejava o cumprimento do que havia sido expresso no Código Eleitoral de 1932, que trouxe, além da inspiração da mulher na vida política, também o voto secreto, dando uma maior credibilidade e segurança ao cidadão que podia afirmar que seu voto era secreto.

Segundo Cãnedo os eleitores tiveram maior liberdade e autonomia sob o seu voto quando:

(...) A obrigatoriedade do uso do envelope oficial, opaco e uniforme, rubricado pela mesa no qual os eleitores deveriam inserir a cédula eleitoral, e a introdução de um lugar indevassável(com porta ou cortina que deveriam ficar fechadas para que o eleitor pudesse ai colocar a cédula dentro do envelope. Reforçar o segredo das opiniões também no interior, mantendo o eleitor afastado das relações e pressões cotidianas.(CÂNEDO,2010,p 536)

Essas medidas de proteção e uma maior liberdade e sigilo aos eleitores foram aplicadas durante os pleitos eleitorais dos anos de 1933 e 1934. No entanto, podemos perceber que mesmo com todas as seguranças propostas aos eleitores eles ainda não se sentiam seguros, uma vez que os mesmos cidadãos estavam cansados dos processos eleitorais e dos rumos que as eleições e a formulação da Constituição tomava. Conforme apresentado na imprensa local, a sociedade estava exigindo inclusive uma melhor representação dos partidos políticos, com maior especificação dos seus programas.

(...) A falta dos partidos políticos com programas definidos e pelos quais se batessem em prol dos superiores interesses do país.(...) Tanto o abuso do poder de que os ascendiam as posições, como a indiferença do povo pela política, ou melhor pela administração pública resultavam da falta de educação política dos brasileiros. Só a organização de partidos políticos com bases sólidas e definidos, poderá corrigir o defeito do presente. É preciso fazer o povo a executar e fazer executar pelos detentores das posições políticas dos seus partidos ou os programas desses partidos. Como numa sociedade, em um club de qualquer natureza as directorias e os próprios associados fazem aquelles e este cumprir os seus deveres para com as respectivas sociedade.(O TEMPO,17/03/1933:01)

Através da análise da matéria transcrita, podemos perceber uma inconformidade de alguns segmentos da sociedade com os partidos políticos do período analisado, onde Coelho de Souza, autor do artigo fala do erro na política na República e a falta de um programa definido por parte dos partidos políticos. Salienta também que a falta desta organização faz com que ainda nos anos 30 se sinta a exclusão de vários segmentos sociais na participação política. O mesmo autor ainda ressalta que somente através de uma reformulação desses programas é que a sociedade iria apagar algumas marcas do passado como a escravidão e a exclusão do mundo político de algumas categorias. Na visão deste, somente assim, poderíamos ter uma política para os partidos políticos formados por homens.

As primeiras organizações feministas voltadas para a emancipação da mulher e a sua conquista pelo voto já se mostravam organizadas e com um programa político definidos conforme versa Pinto em seu livro “Uma História do Feminismo no Brasil”, no qual fala sobre o Partido Republicano Feminino fundado em 1910 por um grupo de mulheres que ainda não eram reconhecidas como cidadãs, mas que, no entanto, já demonstravam clareza em seus regimentos.

Ao contrário dos partidos políticos formados por homens, o partido Republicano Feminino através de seu regimento apresentou a sociedade suas propostas. A criação do partido feminino não tinha uma única luta. Essas mulheres não desejavam apenas o sufrágio, mas discorriam sobre a exploração sexual e exaltavam a postura feminina e o seu patriotismo mostrando determinação e exigindo o reconhecimento da sua luta. Toda essa determinação, o reconhecimento pela sua causa de inserção no espaço político através da aquisição ao voto, ficou registrado nas páginas do jornal *O Tempo* na matéria que tem como título “As mulheres na Política Nacional”:

A mulher brasileira é o paradigma da ternura e da fidelidade. Ella está mais do que compenetrada de suas finalidades físicas e Moraes e sempre esteve. No torvelinhoda luta quotidiana, ella apareceu sempre disposta ao sacrifício

por amor do seu amor, sem a menor preocupação de que o sofrimento lhe venha fazer rugas nas faces.(...) Eu agora, estou com muito mais confiança nos destinos do Brasil. Acho mesmo que estamos salvos da grande catástrofe que de muitos nos vem ameaçando o esphalecimento dessa nacionalidade.(...)E para provar o asserto feito ha está a associação Cívica Feminina.(O TEMPO,08/04/1933:01).

A figura feminina era mesmo sendo exaltada ainda através dos seus feitos maternos como o amor ou ainda a capacidade da mulher de entregar-se de corpo e alma em prol do bem social, uma visão romantizada a respeito da figura feminina. O mesmo texto reconhece que todas as qualidades femininas que antes separavam as mulheres da política são essas mesmas qualificações que as conduzem ao mundo político, trazendo a sua compreensão para os assuntos sociais, dividindo espaço com o homem e inclusive dividindo a responsabilidade de manter em construção a nacionalidade do país.

Esta nacionalidade foi invocada quando no dia 11 de abril de 1933, novamente encontramos nas páginas dos jornais uma matéria sobre o “Alistamento Eleitoral”:

(...) A primeira circunstância que os acontecimentos da época nos aponta e a abstenção eleitoral não obstante todas as tendências regeneradoras dos nossos costumes políticos apregoados pelos revolucionários de 1930. (...) As notícias que nos chegam de todos os pontos do paiz, com exceção de São Paulo assinalavam a frieza com que se processa em geral de norte a sul o alistamento eleitoral. (...) Sera por que a desilusão os mantenha retrahidos ou prefere o povo conservar-se apenas como mero expectador? (...) Nessa conformidade, o voto é um direito, uma obrigação e um dever de todo o cidadão. Aquelles que chamam isoladamente por meios em que operam contra as instituições políticas do Paiz e que na ocasião das eleições se abstem de votar são inconsciente ou ignoram o seu papel de cidadão.(O TEMPO, 11/04/1933:01).

O que se percebe ao realizar a leitura é que apesar de existirem notícias anteriores que façam o chamamento à população avisando o dia do pleito e como proceder para conseguir o título eleitoral, ainda existia uma resistência dos cidadãos em participar das eleições, ou por não confiar nos políticos ou por não querer mais fazer parte de um processo que, como vimos anteriormente, estava ligado a várias restrições para alguns segmentos sociais. Apesar das inovações como forma de proteção ao eleitor e ao seu voto, ainda existia a resistência ao alistamento eleitoral. Como forma de fomentar, outras matérias eram divulgadas para informação da sociedade a respeito da votação para Constituinte.

Carece de fundamento a informação transmitida ao público acerca da rubrica do Juiz da Comarca nos títulos eleitorais para o leito do dia 03 de maio. No intuito de esclarecer perfeitamente o assumpto “O Tempo”, se avistou com o Dr Nesio deAlmeida juiz desta comarca e delle recebeu a informação de estarem de todo legalizados os títulos eleitorais soba a jurisdição contendo

como contém a assinatura autografa do mesmo magistrado (O TEMPO,06/10/1933:01)

Além da preocupação com relação ao alistamento das pessoas para se tornarem aptas a votar, também existia a necessidade demonstrar aos eleitores que com a criação do Tribunal Superior Eleitoral os títulos estariam sob a espécie de regulamentação, o qual inclusive teria de estar assinado, o que evitaria as fraudes de forma que o esperado pleito ocorresse de maneira harmoniosa. E foi dessa forma tranquila que a imprensa divulgou à sociedade rio-grandina através de comunicações telegráficas, que o pleito havia ocorrido na mais perfeita ordem e harmonia, como podemos verificar abaixo:

De acordo com as comunicações recebidos pelo diretor dos telégrafos as eleições trasscorreram em perfeita ordem(...).Toda a imprensa tem os maiores elogios pela ordem e o entusiasmo verificador salientando a qualidade do actual eleitorado e em virtude da maneira como se conduziram os votantes.(...) A Federação Brasileira do Progresso Feminino organizou numerosas turmas de sociais que atenderam mais de cem criancinhas (O TEMPO,06/05/1933:01).

O pleito ocorreu de forma chamada de “harmoniosa” pela imprensa e também com o aparecimento dos eleitores as urnas. Interessante ressaltar é o fato do mesmo também tratarcom entusiasmo a atitude da Federação Brasileira do Progresso Feminino que, liderada por Bertha Lutz, além de incentivar a participação política das mulheres no pleito, também demonstrou grande organização e respeito, tornando possível o comparecimento das mulheres com os filhos, demonstrando que o ato de cidadania e a participação da mulher na política em nada influenciavam a sua vida familiar. Ela não deixaria de ser mãe ou esposa, mas junto a estes atributos aliaria o fato de ser eleitora.

Levando em conta a matéria sobre a atuação das turmas de sociais organizadas pela Federação do Progresso Feminino, que atenderam mais de cem crianças, analisamos que a participação das mulheres no pleito foi significativa, dando um incentivo maior para outras mulheres e valorizando a luta de tantas outras que haviam empenhado seus esforços para que a participação feminina, na política fosse efetivada. A mesma matéria ainda traz os dados numéricos de eleitores no nosso país e dentro destes estão os do estado do Rio Grande do Sul, como a cidade de Porto Alegre, São Gabriel e Pelotas.

A empolgação com o pleito e a importância do mesmo para o país ainda foram assuntos de outras matérias jornalísticas que divulgavam a importância do título de

eleitor como um documento para o desempenho da vida pública do cidadão. Nessa perspectiva, o jornal O Tempo relata que “a partir do dia 27 de março de 1934, tornar-se-a obrigatório apresentação do título de eleitor para o cidadão desempenhar ou continuar a desempenhar funções públicas e sim como prova de identidade em todos os casos exigidos por lei” (O TEMPO, 06/10/1933:01). Após o chamamento para realização do alistamento eleitoral, a confecção do título e as notícias do pleito de forma satisfatória, o mesmo passou a ser apontado como documento de reconhecimento da cidadania.

No entanto, mesmo após a realização do pleito, a participação feminina nas matérias surgia com objetivo ainda de questionar o papel social da mulher tentando fazer com que a mesma retorne ao seu papel de mãe e protetora do lar, conforme a matéria: “A reserva moral da sociedade é em última análise a mulher e se ella fallhar na sua delicada e nobre missão no lar, pereclitara a existência social nos seus sustentáculos únicos e reas” (O TEMPO, 20/10/1933:01).

O retorno do discurso de que votar afastava a mulher dos seus deveres sociais com o país, mesmo após a intensa participação das mulheres nas urnas, não teve muito sucesso, em virtude de que no ano de 1934 Bertha Lutz tentou se eleger à Constituinte. A mesma não obteve sucesso, mas como uma das líderes do movimento feminista no Brasil, ainda tinha várias batalhas pela frente, uma vez que o voto feminino e a emancipação feminina foram pontos de discussão entre grupos divergentes que ora inseriam a mulher como eleitora para aumentar os números de eleitores aptos à votação, por ora utilizam-se de velhos discursos que o lugar da mulher é cuidando o seu lar.

Estes discursos se reproduzem durante todo período como forma de afastar a atenção do foco que a política vivia no momento, período conturbado, pois podemos perceber que junto com artigos que traziam o papel da figura feminina no cenário político e público, na coluna ao lado, no mesmo dia no jornal, temos artigos que salientam a importância das mudanças que devem ocorrer na política brasileira, se parte da sociedade acreditava que a reforma do governo iria ocorrer através das mudanças na Constituição e na reformulação dos programas dos partidos políticos como foi discutido anteriormente. Agora era chamada a atenção do leitor do jornal para a necessidade de mudança com relação à política que regia o país, conforme podemos ver na matéria abaixo:

O momento brasileiro é desses que exigem dos governantes mais firmes descortino. Um grande barco por maior que elle seja, naufragará em meio ao temporal, se não contar com a decisão ferria e voluntariosa do seu comandante. O regime dos conchavos dos acordos, da política insensata de compadrios já passou. Não é possível revive-lo agora. Mentiríamos ao nosso passado, ao nosso idealismo sincero, as campanhas que sustentamos se nos solidarizássemos com essa prática que deturpou a essência do nosso sistema político.(O TEMPO,20/12/1933:01)

O que se pode perceber pela análise é que existia o medo do retrocesso político e a necessidade de garantir que a nova Constituição traria mudanças significativas ao cenáriopolítico brasileiro, não só para as mulheres, mas para o restante da sociedade, que estava ávido por mudanças para garantir que não houvesse o retorno aos velhos costumes eleitorais. Para satisfação dos eleitores e dos jornalistas mais preocupados com a situação política do momento, encontramos a seguinte matéria:

A Constituinte vai chegando ao fim e o observador mais atento procura balancear esse trabalho e fica surpreendido pelos números acusados nas votações das matérias em que se poderia razoavelmente encontrar um índice de tendências intelectuais e Moraes do paiz, chega-se a uma dolorosa verificação. Tres quartas partes dos membros da constituinte votaram num sentido de reação clerical. Somente uma quarta parte se revelou liberta e emancipada da corrente reaccionaria a que se filiou a Revolução de 1930 (O TEMPO,14/06/1934).

No entanto, ao analisarmos a matéria notamos que se existia o medo de não ocorrerem muitas mudanças no texto da Nova Constituição uma vez que grande parte da comissão ainda estava atrelada às regalias e à política antiga. Alguns avanços foram feitos com relação ao voto feminino, ainda que o mesmo não fosse obrigatório agora era citado ao contrário, dos textos anteriores que apenas citava o cidadão mas não trazia de forma específica o direito da mulher ao sufrágio. Ainda se percebia muita preocupação com relação à redação do texto final e o medo de que este não trouxesse reais mudanças para a política brasileira. Nas páginas do jornal *O Tempo*, esta preocupação era manter o povo rio-grandino de uma forma geral informado da real situação política nas páginas do *Echo do Sul*, essa discussão não aparece nos anos de 1933-1934.

3.2 As Rio-grandinas e o voto

No presente subtítulo, através das notícias veiculadas na imprensa, faremos a análise de como se realizou o voto feminino. Primeiramente objetivava-se através da identificação dos nomes de rio-grandinas nas listas eleitorais, perceber de forma

quantitativa como as mulheres participaram do pleito. Entretanto, este dado foi pesquisado junto ao IBGE e ao TRE e não foram encontrados. Mas através da análise das matérias veiculadas na imprensa ainda poderemos identificar que as mulheres ou o seus votos impactaram mudanças significativas no pleito. Com relação às mudanças advindas das conquistas das mulheres na sociedade, estas são vistas por Pinsky da seguinte forma:

Nos anos 1920, mudanças importantes afetaram as imagens femininas. As oportunidades de trabalho assalariado cresciam juntamente com a escolaridade dos jovens fazendo com que mais mulheres passassem a encontrar emprego em lojas, escritórios e escolas primárias, com isso moças respeitadas começavam a ser vistas cada vez mais circulando pelas ruas em um desfile que inspirava poetas e compositores a ajudava a transformar o significado de antigas ideias de recato. (PINSKY, 2012, p 43).

Na urbe rio-grandina, a exemplo das transformações ocorridas a respeito da imagem feminina com maior frequência as mulheres foram vistas nas ruas, como na prática do *footing* em uma das principais praças como a Xavier Ferreira, na possibilidade de passearem mais à vontade sem muita vigilância da sua família, na possibilidade da realização do flerte e inclusive de um casamento. A imagem da nova mulher, do seu papel desenvolvido dentro da sociedade chegava até as rio-grandinas através da imprensa, mais especificamente nas páginas dos jornais *O Tempo* e o *Echo do Sul*. Recebiam informações a respeito das considerações sobre a concessão do voto feminino, algumas a favor, outras contrárias, mas o que podemos perceber é que eram matérias que se apresentavam de forma significativa para a sociedade como poderemos verificar na citação abaixo:

Porque facilitar a mulher o direito da cidadania eleitoral e tirar-lhe o direito de se candidatar concorrente ao homem a qualquer posto político, considero uma antilogia jurídica. Não tem senso. Se a mulher é uma cidadã, se tem opinião consciente, para o voto, deve estar apta a ser deputada e senadora etc...Observem o disparate dos homens brasileiros poucos possuem a consciência das responsabilidades sociais e políticas dos cargos que ocupam. E concluamos francamente, que o parlamento da mulher brasileira é o lar bendito, que o seu voto é o de dar à Pátria homens, no caráter, homens na inteligência, homens na energia. (ECHO DO SUL, 1930 29/03/1930:02).

Ao primeiro momento de análise quando lemos a matéria parece que o autor faz uma referência positiva quanto ao voto feminino. No entanto, com uma leitura mais atenta podemos verificar que o autor se mantém irredutível à concessão do voto feminino, pois afirmava que a mulher não possuía habilidade suficiente para exercer o ato de votar e ser reconhecida como cidadã perante a sociedade. Ao posicionar-se com relação ao papel feminino na sociedade argumenta que a mesma possui uma missão

extremamente árdua, que a de criar homens dignos para a sociedade. Segundo o mesmo, esta já seria a máxima contribuição destinada ao sexo feminino, e que em todas as sociedades, desde as mais antigas, o papel da mulher sempre foi o de proteção do lar. Estariam os homens brasileiros loucos em seguir os modismos de outros países que já pensavam em conceder o sufrágio às mulheres. Manter o voto apenas aos homens mantinha as relações de poder entre os sexos e de certa forma deixava a mulher em segundo plano perante a sociedade, alegava ainda pela condição da mulher na bíblia, explicando que ela foi criada para servir ao homem e não para ser vista como sua igual. Sendo assim tamanha resistência ao sufrágio feminino não ocorria somente no Brasil, como disserta Karawejczyk:

A exclusão das mulheres da vida política se deu praticamente em todos os países ocidentais até os primeiros decênios do século passado. O direito da mulher de escolher os seus representantes políticos foi encarado com desconfiança pois poderia por em risco a família, desagregando-a. A mulher ao obter o direito de participar mais ativamente da vida política de seu País, estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos ao intrometer-se no mundo público masculino, desorganizando a vida doméstica e maculando a imagem do anjo do lar.(KARAWEJCZYK,2008,p 02).

A resistência da concessão do voto às mulheres passava por várias barreiras, a da renda, pois muitas mulheres eram dependentes dos seus maridos ou pais, e principalmente abarreira do gênero, uma vez que historicamente a mulher, como mencionamos anteriormente, era vista apenas como coadjuvante do seu marido e não sujeito dentro do processo social, e por isso não podia exercer o direito ao voto. Política era coisa de homens. Porém ao contrário da grande maioria do gênero masculino, alguns homens viam com bons olhos a entrada da figura feminina no cenário político dando inclusive apoio à inserção das mesmas.

Dessa forma, em outro jornal por nós analisado, as mulheres rio-grandinas recebiam o debate a respeito do voto com otimismo e confiança. Percebemos que através dos artigos a discussão com relação à concessão do voto feminino não se fazia necessário, para as novas mudanças dentro da visão de alguns escritores dos jornais, ou se as mesmas ocorressem seria de simples resolução uma vez que para o autor apenas uma pequena alteração na interpretação da lei já seria suficiente para entender que as mulheres assim como os homens deveriam fazer parte do processo eleitoral. Sendo assim, o jornalista escreve sobre o voto feminino: “O capítulo por exemplo que se refere ao voto feminino não precisava sequer existir. Duas palavras apenas a substituiriam com

imensa vantagens dela decorrentes? Como justificar que uma senhora casada, seja tolhida, o direito de escolher os dirigentes do país”(O TEMPO,27/10/1931:01).

Pode-se perceber que a discussão sobre o voto feminino permaneceu constante nas páginas dos jornais no período analisado, pode-se perceber também a divisão com relação à concessão do mesmo. Se por um lado a mulher ainda é vista e inclusive incentivada a se manter no lar, por outro a mesma figura feminina é incentivada à participação política, levando em consideração a qualificação de algumas mulheres após aquisição de seus diplomas em cursos superiores e sua posição no mercado de trabalho. Ainda dentro desta perspectiva, sobre a concessão do voto feminino, Sow disserta, lembrando que o processo eleitoral no Brasil a todos os cidadãos foi realizado de forma lenta, salientando que:

A conquista do direito de voto aos cidadãos foi lenta e precisou superar uma série de barreiras para se universalizar. A primeira barreira foi a econômica, da renda, a segunda a barreira do gênero. Só muito lentamente as mulheres foram conquistando o direito de votar. Na sua luta utilizaram-se da Imprensa escrita para fazerem suas reivindicações buscaram apoio político para concretizarem suas aspirações ao voto. (SOW, 2010, p 124).

Para o autor, o processo eleitoral dentro do nosso país ocorreu de forma lenta, não somente para as mulheres, mas para todos os que ficavam fora dos requisitos impostos pela lei, como a Lei Saraiva que concedia o voto através da renda do cidadão. Logo após, a questão do gênero seria outro empecilho ao processo eleitoral por acreditar que só o sexo feminino não possuía os atributos necessários para poder votar. Por serem muito influenciadas pela igreja e pela sua família, as mulheres que não possuíam renda própria eram mais discriminadas, uma vez que tinham seus sustentos oriundos dos seus cônjuges ou de seus pais, conforme dissertado anteriormente. Ainda com relação à obtenção do direito ao sufrágio as mulheres esperaram durante muito tempo, ainda que algumas longe de aliarem-se aos partidos políticos ou às associações feministas já requeriam o direito baseando-se em leis que não impediam a participação feminina, no entanto o direito ao alistamento a esta era sempre negada por acreditar que política era lugar de homem.

Podemos perceber que as mulheres ao longo da extensa trajetória política, sobre o voto no Brasil e de forma mais específica sobre o sufrágio feminino, não ficaram à margem da história, participando de associações ou mesmo tentando o alistamento de forma solitária. Através de passeatas, congressos ou de seus artigos nos jornais elas se

mantiveram presentes na sua luta. Notícias sobre os congressos femininos, bem como sobre o movimento feminista permeavam a urbe rio-grandina, mantendo as mulheres presentes e inteiradas das discussões a respeito da concessão ao seu sufrágio, em um momento em que os papéis sociais já estavam sendo colocados em questão após a inserção da mulher no mundo do trabalho e suas manifestações tornaram a presença feminina mais presente dentro da sociedade e não só dentro do seu lar. Essa maior participação das mulheres na vida pública fez com que alguns homens percebessem a importância da participação da mesma, inclusive, agora, chamando de companheira para dividir a árdua tarefa de legislar uma nação.

Dentro da mesma perspectiva Pinto versa que:

A luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira (PINTO, 2003, p. 25).

Na fala de Pinto podemos verificar que o voto feminino em questão foi concedido para as mulheres em função da articulação de algumas feministas que possuíam prestígio social e começaram a pressionar para a legalização do mesmo. No entanto, estas mesmas feministas foram acusadas por mulheres de não estarem lutando pela causa da mulher operária que em alguns momentos se mostrava mais séria do que a da aquisição do voto. Na luta pelo direito do sufrágio, primeiro houve a divisão de opiniões entre as mulheres que formavam a Federação, mas mesmo lutando por classes sociais diferentes as mulheres tiveram o seu espaço reconhecido publicamente, como veremos na matéria. “Agora estou com mais confiança nos destinos do Brasil. Acho mesmo, que estamos salvos (...) E para provar o asserto feito ahi está a Associação 88 Cívica Feminina tendo a frente de um grupo de senhoras de qualquer interesse secundário, as respeitáveis figuras das sociedade”. (O TEMPO, 08/04/1933:01)

Se percebe que a participação feminina já era vista com simpatia por alguns e ficava registrada nas páginas dos jornais, deixando de lado a questão da vulnerabilidade da mulher e sua vocação para coisas do lar.

No Brasil as mulheres obtiveram o direito a atuarem como cidadãs com o decreto nº 21.076 do dia 24 de fevereiro de 1932, que regulamentava o alistamento feminino e a participação das mulheres na política, durante o governo do Presidente

Getúlio Vargas. Poré a atuação da mulher no exercício de sua cidadania aconteceu no ano de 1933 quando ocorreram, no dia três de maio, as eleições para os representantes da Assembleia Constituinte, para a tão esperada elaboração da Nova Constituição do Brasil. Nestas eleições concorreu a candidata Carlota Pereira de Queiroz, que fez parte da comissão parlamentar, que, segundo Swon:

Dentro do Parlamento uma árdua tarefa como pioneira na tribuna política, defender os interesses femininos, modificar a imagem doméstica da mulher que passaria da vida familiar às atividades políticas, e lutar pela regulamentação dos dispositivos da legislação ordinária de acordo, com os direitos e obrigações constitucionais das cidadãs. (SWON, 2010, p 04).

Lendo a citação, podemos perceber quão árdua seria a tarefa da mulher no campo político, pois deveria defender os interesses femininos em um mundo feito para os homens, desempenhando não somente o exercício da cidadania com o ato de votar, mas também cumprindo as obrigações de que o ato de ser cidadã requeria. E seu papel social ainda era lembrado e estas deveriam ter noção de seu valor e também de suas limitações, como podemos ver nas páginas do jornal do *O Tempo*, no dia 10 de outubro de 1933, cinco meses após a participação das mulheres ao pleito de maio.

A própria mulher conhecida a sua igualdade de aptidões em relação ao homem é que cabe precisar os limites dessa participação. Na sua elevada missão moral de defesa da organização cristã da sociedade esta compreendida um imperioso dever de consciência. E o de se impor, sempre que possível o voluntário sacrifício parcial ou integral de suas aptidões para as suas lutas. (O TEMPO, 20/10/1933:01).

Através da matéria divulgada no jornal, as rio-grandinas foram exaltadas e ao mesmo tempo alertadas que deveriam ter noção do seu papel e não deveriam esperar serem reconhecidas pelos homens, pois se desejavam os mesmos direitos é porque elas já haviam percebido que poderiam desenvolver as mesmas responsabilidades que o sexo masculino, e agora já que estavam inseridas no mundo público também deveriam dividir as obrigações que a política e o trabalho fora do lar exigia.

Mesmo assim após a inserção da mulher nos espaços antes apenas destinados aos homens, o voto mesmo após ser conquistado ainda era visto com receio e desconfiança, pois se achava que a mulher ainda era muito influenciada pela religião e pelos seus cônjuges:

Passaram-se os tempos e alguns países adaptaram o voto feminino. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, várias crises sacudiram profundamente a

vida social. E todas as vezes que decidir dar novas directrizes verificaram os observadores políticos que a contribuição da mulher se pautara sempre pelo mais ferrenho conservadorismo.(...)Tudo quanto qualquer modo pudesse ameaçar a defesa do lar e da sociedade encontrara no voto feminino temíveis inimigos. As ideias novas de modificações social só conseguiram o apoio feminino quando vinham a reforçar a defesa de suas convicções e instituições.(O TEMPO,06/12/2012:01)

Mesmo tendo o seu valor reconhecido dentro da política, esta ainda era dominada pelos homens e feita para os homens. Ainda que aos poucos as mulheres fossem sendo inseridas nos espaços públicos, como o mundo do trabalho e o mundo político, ela ainda era lembrada de que o principal papel social que possuía era o de ser defensora da moral e dos valores dentro dos seus lares. Não estamos falando apenas das mulheres casadas. Mesmo sendo solteira, a mulher tinha a obrigação de ser a guardiã dos bons costumes. Dentro destes parâmetros, as mulheres rio-grandinas também estavam inseridas, pois viviam em uma cidade com efervescência cultural com seus teatros, bares e as mulheres estavam mais presentes nos espetáculos, em programas de auditórios, também estavam atreladas aos costumes sociais que colocavam as mulheres na defesa da sua honra e atreladas as tarefas relacionadas ao lar.

No entanto, as matérias com relação à regulamentação do voto feminino circulavam na cidade incentivando que as mulheres, após obterem a conquista ao direito do sufrágio deveriam exercer o mesmo, informando que outros países inclusive já eram precursores nessa decisão e que os mesmos haviam crescido com a participação feminina na política. Tendo como exemplo a Inglaterra e os Estados Unidos, onde a força dos movimentos feministas, através das sufragetes, estava diminuindo com as diferenças entre os gêneros, e desmistificando a incapacidade das mulheres para assuntos políticos. O grande temor de parte dos ainda resistentes ao voto feminino foi amenizado quando o sufrágio feminino foi visto como agregador e conservador, ao contrário do que alguns ainda pensavam. Ao atuarem na política de forma direta, as mulheres estariam, através de sua participação, protegendo as suas famílias através do seu voto, acabando com o discurso machista de que o sufrágio seria para a mulher se afastar do lar ou perder a sua feminilidade. Sendo assim as mulheres compareceram às eleições demonstrando o seu civismo e quebrando um tabu de incapacidade do sexo feminino. As rio-grandinas receberam a notícia de sua participação no pleito da seguinte forma:

A mulher compareceu valorosamente ao pleito para a eleição da Constituinte. Não serviu entretanto, essa experiência senão de estímulo porque a parte que

tomou na escolha dos deputados foi ainda insuficiente para incluir na Assembléia representantes que lhes amparassem a causa em seus desdobramentos.(O TEMPO,15/08/1934:01).

Através da matéria podemos perceber que as mulheres compareceram às urnas no dia três de maio de mil novecentos e trinta e três, para participarem das eleições à Assembléia Constituinte de forma entusiasmada, pois pela primeira vez na história do Brasil a mulher era reconhecida como cidadã através do exercício do seu voto. Se em alguns momentos podemos pensar que o mesmo foi concedido a elas como uma manobra política exercida por Vargas, como forma de aumentar o número de eleitores para eleições, não devemos esquecer que nas várias matérias encontradas nos jornais percebemos que várias foram as chamadas para alistamento eleitoral e ainda a constatação de que o povo estava desacreditado da política. A mesma soube utilizar esse instrumento de inserção no mundo político se não ainda com uma representatividade feminina dentro da Assembleia, as mulheres já haviam conquistado o direito de serem ouvidas e respeitadas pelo exercício da sua cidadania através do depósito de seu voto nas urnas. Na cidade do Rio Grande não foi diferente uma vez que a referida matéria citada acima estava em destaque na primeira página do jornal, saudando a participação feminina no pleito. Apesar da saudação às mulheres e o incentivo para que as mesmas cada vez mais adentrassem os espaços públicos, não foi encontrada matéria que se referisse ao dia das eleições. Se agora as mulheres conquistaram o direito ao voto e aos poucos atuando em cargos antes apenas ocupados pelos homens, gostaríamos de saber como a figura feminina foi vista pela sociedade após a aquisição do sufrágio feminino, este tema será explorado no nosso próximo subcapítulo.

3.3 Reflexos na sociedade com o voto feminino.

Nesse subcapítulo procuraremos perceber se após a conquista do voto feminino houve uma diferenciação no tratamento às mulheres, ainda se o discurso jornalístico faz referência às mulheres votantes e como elas são vistas nesta suposta sociedade vigente com a participação das mulheres nas discussões políticas. Reproduzimos uma matéria que foi editada no jornal O Tempo, no mês de agosto de 1934, quando a mulher já havia inclusive participado do pleito para a Constituinte.

Vê-se o quanto divergem as nações na maneira de encarar os chamados direitos da mulher. Entre nós o sexo frágil ainda não se adaptou às novas

conquistas e permanece excepetivamente em número restricto explicavelmente se quisermos olhar para determinado factores, alheio aos problemas que eram considerados privativos dos homens. Ainda é cedo para nos desagarrarmos de todo de velhos princípios que consideravam a mulher acima dos contingências humanas. (O TEMPO, 01/08/1934:01).

A matéria assinada por Joseph Falconiere dissertava sobre as divergências existentes entre os países com relação à participação da mulher junto à política e ainda salientava o fato de algumas mulheres não estarem acostumadas com os novos direitos de cidadãs, e por isso os homens não deveriam abrir tanto espaço para elas, mesmo após o exercício do ato de votar as mulheres eram recebidas por alguns setores da sociedade com algumas restrições. Ainda com relação à mudança do olhar sobre a figura feminina, Prado e Franco versam que:

Lembremos que a política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações espontâneas e organizadas em que até mesmo os sentimentos têm peso importante. Com isso, fica mais fácil compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século XX (PRADO & FRANCO, 2012, p194).

O que podemos perceber que muito mais do que adentrar no campo político as mulheres necessitavam romper outras barreiras e uma delas era visão que os homens tinham sobre a figura das mesmas.

Ao lembrar que a política não se restringe apenas à esfera do Estado, as autoras manifestam que os atos políticos fazem parte do cotidiano e que além da conquista do sufrágio, as mulheres desmistificarem a sua condição de submissão econômica que muitas ainda tinham.

Este seria o grande empecilho que pairava para a conquista das mulheres ao respeito e igualdade com o sexo masculino. Ao dizer que todos os atos são políticos, as relações das mulheres com o mundo público e seus atos cotidianos deveriam ser valorizados.

Ao participarem de movimentos como o feminista, as mulheres passaram a lutar não só pelo direito ao sufrágio, mas também à educação e ao reconhecimento de sua pessoa como dona de casa, advogada, médica, engenheira, secretária. As mulheres desejavam o seu reconhecimento e para isso utilizaram vários métodos para exporem seus desejos.

Para Soihet, as mulheres viram várias de suas reivindicações atendidas, ainda não da maneira desejada, mas com grandes expectativas de mudanças. Mesmo que por pouco tempo, as mulheres viram na concessão do voto a valorização da sua figura feminina como cidadã.

Na Constituição de 1934, as feministas viram várias de suas reivindicações concretizadas. Nela foram incorporadas, por exemplo sugestões encampadas por Bertha Lutz como membro da Comissão que elaborou o anteprojeto constitucional reunidas numa publicação, intitulada, os treze princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da constituição (SOIHET,2006,p 294).

Tendo alguma das suas causas atendidas no ano de 1932, as mulheres passam a ampliar as suas metas. No entanto, esta luta foi interrompida no ano de 1937, com a instalação do Estado Novo. Várias foram as matérias divulgadas para as rio-grandinas nas páginas de *O Tempo* com entusiasmo e respeito pela figura da nova mulher que havia se tornado cidadã e agora não dividia somente a responsabilidade do seu lar, mas também estava atuante na política como forma de ampliar a participação feminina no espaço público. As páginas do jornal *O Tempo* trazem, no texto de Costa Rego, a satisfação em ter a presença feminina junto a política e salienta que esta foi a primeira conquista do sexo feminino e que deveria continuar lutando para conseguir novas e maiores conquistas.

(...)Ficou bem patente neste ensejo, que a mulher não pode considerar sua tarefa concluída. A constituinte, que lhe deu muito pouco, haver-lhe-ia dado menos se ella não surgisse nas ocasiões oportunas a reclamar. Tudo este pois em saber reclamar. O alistamento eleitoral é o caminho mais seguro para as futuras reclamações. Quanto maior for o número de mulheres eleitoras, maiores serão as possibilidades de suas conquistas. O direito político por si só, nada representa: e nenhum meio se pode considerar operante quando não leva a fins certos.(O TEMPO,1933:01).

O escritor Costa Rego mostrou-se muito satisfeito com a participação feminina, incentivando as mulheres ao alistamento eleitoral feminino, pois somente através das suas reivindicações e tentativas de inscrição nas listas eleitorais e nas suas constantes movimentações, manifestos nos jornais, passeatas é que as mulheres adquiriram o direito ao sufrágio. Como o próprio autor fala, “tudo esta, pois em reclamar”. O mesmo ainda enfatiza que o melhor método para o reconhecimento do papel da mulher dentro da política se faz através do alistamento eleitoral e que as mesmas deveriam continuar na luta, pois adquirir o direito ao voto por si só ficaria sem propósito, as mulheres após a conquista do voto deveriam continuar lutando. Já que através do mesmo e no exercício do ato de votar elas estariam agora em pé de igualdade com os homens. Assim como adquiriram o direito de votarem e o principal de serem

votadas aproveitando o espaço para divulgar suas causas e legitimar o seu papel na vida pública. Em outro momento da mesma matéria, o autor ainda cita que o grande empecilho que muitos percebem na participação feminina de forma mais efetiva era o fato da dependência econômica que muitas ainda tinham, assim como o pensamento retrógrado de alguns cidadãos do sexo masculino que se utilizavam de discursos ultrapassados para justificar a resistência da permanência das mulheres no poder político. Enfatiza-o nas páginas do jornal *O Tempo*:

O problema da mulher do ponto de vista social, está em sua independência econômica, já é bastante que a natureza lhe haja dado a servidão magnificente que se sabe. Alguns espíritos retrógrados ainda persistem na idéia de que o papel da mulher está restrito ao lar. Esta certamente no lar, mas há inúmeros casos, impostos pela realidade, em que infelizmente não está so ahi. Circunstâncias há em que ella precisamente para manter o lar, deve ser de alguma coisa além de mãe de família, pura e simples. E na previsão dessa eventualidade, cada vez mais frequente no curso da existência moderna, que os direitos das mulheres se impõem ao exame dos povos civilizados e tento mais civilizados quanto mais nelles a mulher for preparada para viver sua própria vida. (O TEMPO,1933:01)

Através das palavras do autor, podemos perceber que, além da defesa do voto feminino, existiu a grande campanha para a melhor educação da mulher. Pois nas sociedades modernas exigia-se muito mais das mulheres do que somente as prendas domésticas. A mulher deveria ser preparada para outras situações, como através do seu trabalho, ser capaz de gerenciar suas famílias. Ele ainda questionava que a presença masculina nem sempre serviria como suporte para as mulheres. A respeito desse assunto:

O marido é pois uma solução. Não é solução. A sociedade que impõem o marido e resolve desconhecer essas contingencias, desampara deliberadamente a mulher. Não só desampara, porque também a degrada. /a questão feminina, e por conseguinte mais humana de todas as questões humanas. Só quando a propôs aos homens dominadores, começou pleiteando o direito político as mulheres aqui com profundo senso das coisas, pois é por esse direito inicial que se afirmam todos os demais.(O TEMPO,1933:01).

A matéria mostra que o movimento feminista, ainda que temido por algumas mulheres, fez com que despertasse em muitas a vontade de decisão sobre as suas vidas. O desejar escolher um marido passava a depender muito mais com relação a um sentimento do que propriamente uma obrigação. Através das feministas, as mulheres vislumbravam novas oportunidades de vida e mesmo aquelas que optavam pelo casamento tinham novos projetos na defesa de sua autonomia e cidadania. Salienta ainda que aluta do movimento pelo sufrágio feminino se tornou uma das bandeiras de maior visibilidade à medida que, após a aquisição do mesmo, consequentemente, outras

mudanças viriam para a mulher no exercício do seu papel social. Ao final de seu artigo, que se encontra estampado na primeira página do jornal e se mostra de forma significativa à medida que ocupa cinco colunas na primeira, demonstra a importância de que mesmo após o pleito do ano de mil novecentos e trinta e três, ainda existia uma campanha para a participação das mulheres ao alistamento eleitoral, como veremos no próximo parágrafo final do artigo.

Não estou de resto, senão a repetir conceitos hoje triviais sobre o lugar da mulher Na sociedade. Conquanto triviais, verificamos tristemente que eles ainda encontram, como encontrava na recente elaboração constitucional adversários tenazes. E para melhor esse ambiente que o alistamento eleitoral das mulheres não pode deixar de intensificar-se. Intensifiquemo-lo tanto quanto for possível em benefício e defesa da democracia. (O TEMPO,1933 :01)

Costa Rego, através de seus escritos, mostrou-se adepto da maior participação feminina, chegando a suscitar durante a realização da pesquisa, se o mesmo não poderia ser uma mulher que optou em apenas utilizar o sobrenome para identificar-se, uma vez que o mesmo se mostra muito consciente e incentivador da figura feminina na política, enfatizando que somente com um número cada vez maior de mulheres na política é que o país estaria exercendo a sua democracia.

Com relação à força dos movimentos feministas e à dedicação dos mesmos para a obtenção do sufrágio e inserção da mulher na política Soihet afirma que:

Entre as organizações femininas que enfatizam a imagem das mulheres como mães donas de casa, o problema foi a pouca ênfase na necessidade de preparar as mulheres para o trabalho remunerado, dado fundamental para que assumissem como sujeitos de sua própria história. Também falharam ao realizarem a percepção das desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens não se preocupando em desenvolver uma consciência feminista no sentido restrito.(SOIHET,2006p 234)

Com relação à diferença ainda existente entre os gêneros, conforme salienta Raquel Soihet, ou seja, na falta de capacitação das mulheres para o trabalho, dentre outras tantas fez com que a legitimação dos papéis sociais ainda estivesse presente dentro da sociedade. Dissertando a respeito das desigualdades entre os sexos,Pinsky e Pedro dizem:

Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a submissão e a dependência femininas como dados naturais e formalizando atitudes repressivas com relação as mulheres. Aos olhos da lei todas as mulheres casadas foram colocadas em uma categoria única e colocadas ao lado dos outros grupos excluídos da vida jurídica. Mesmo

quando descartaram desigualdades tradicionais limitando ou abolindo privilégios.(PINSKY & PEDRO,2010,p 272.)

Podemos perceber então que mesmo com a atuação dos movimentos feministas e com a regulamentação das mulheres ao voto, as mesmas ainda enfrentavam dentro da sociedade algumas diferenças e desigualdades com relação a sua imagem. Aos olhos da lei, a mulher ainda era vista, na sua grande maioria, como dependente do homem, do marido quando casada ou solteira e ainda morando com seus pais dependia dos mesmos, fator que fazia com que as mulheres fossem vistas como desiguais, mesmo dentro do mercado de trabalho. Dessa forma, quando a mulher foi inserida no campo da política, sua imagem era satirizada por seus companheiros e os mesmos consideravam-na uma intrusa no seu lugar social. Apesar de muitas conquistas, o tema sobre a desigualdade entre os sexos permanecia e ainda existiam muitas barreiras que precisavam ser derrubadas, mesmo com o direito ao voto e as participações no mercado de trabalho muitas mulheres ainda eram vítimas das desigualdades existentes no Brasil, no entanto através de nosso trabalho mostramos a resistência feminina com relação as barreiras ainda impostas pela sociedade a elas.

Considerações Finais

Ao finalizarmos este trabalho, retomamos que nosso objetivo principal com a presente pesquisa foi analisar as ideias sobre a representação do movimento sufragista na imprensa rio-grandina no período de 1930-1934, de forma a saber como as mulheres da cidade do Rio Grande recebiam as notícias sobre o movimento sufragista e a emancipação feminina. Nossa proposta foi trazer ao público o que os jornais procurou deixar evidente em suas páginas com relação à temática por nós analisada, no entanto não tivemos a pretensão de fazer uma trajetória da ocorrência do movimento sufragista dentro da cidade do Rio Grande, mas apenas traçar como foi discutido o referido tema na imprensa e como a mesma o repercutiu no ambiente citadino.

Durante a realização do primeiro capítulo procuramos realizar uma breve discussão teórico-historiográfica a respeito do movimento feminista de forma a contextualizar a trajetória dos dois movimentos que estão intimamente relacionados para a inserção das mulheres no cenário político e público. No que diz respeito à trajetória das mulheres até sua inserção política, procuramos demonstrar que essa ocorreu no Rio Grande do Sul de forma diferente dos outros estados do nosso país. Ainda no referido capítulo se procurou destacar os feitos das mulheres na literatura, por perceber que foi através de seus escritos que elas passam a demonstrar seus descontentamentos com a sua condição social e algumas inclusive tomam a literatura por profissão, provocando a sua inserção no mercado de trabalho e no espaço ocupado pelos homens, o espaço da literatura. Seus escritos nos jornais como articulistas, utilizando alguns pseudônimos, fizeram dos jornais um aliado na luta pela sua participação nos espaços públicos.

Com relação à inserção feminina nesses espaços públicos, através do nosso estudo, podemos perceber que embora alguns autores mostrem divergência em relação às ondas existentes dentro do movimento feminista, eles concordam que o século XIX foi de afirmação tanto para o movimento feminista como para o surgimento da busca de forma mais acirrada para o sufrágio. Seja o feminismo bem comportado de Bertha Lutz ou o ecofeminismo de Edla Eggertem, o certo é que as mulheres adentraram os espaços

públicos e que suas lutas não foram fáceis. Através da utilização de táticas diferenciadas das suas irmãs chamadas de sufragetes na Europa, as brasileiras aos poucos e com a ajuda dos veículos de comunicação de massa, no nosso caso os jornais, passaram a divulgar suas ideias, independente das características assumidas por cada grupo. Uns eram mais exaltados, buscando a igualdade entre os sexos e mudanças radicais nas estruturas sociais, outros desejavam apenas a inserção das mulheres ao lado dos homens na política. À maneira brasileira de ser, criando táticas diferentes das sufragetes, as rio-grandinas foram recebendo as ideias deste movimento e aos poucos foram aderindo ao mesmo, criando uma identidade feminina não somente ligada ao lar, construções essas que eram normatizadas pelos jornais.

Devido a grande quantidade de periódicos existentes na cidade do Rio Grande bem como a longevidade que os mesmos possuíam, a imprensa serviu de veículo de comunicação e transformação para a sociedade contemporânea. Dentro da política partidária seguida por cada um dos jornais analisados ambos utilizavam-se de suas páginas para transmitir valores presentes dentro da sociedade, como condutas morais e matérias referentes ao sufrágio feminino e às mudanças dentro da sociedade.

Sendo assim, percebemos que através dos jornais tínhamos uma dimensão sobre as informações que circulavam a respeito da temática na urbe rio-grandina que fizemos dos jornais *O Tempo* e o *Echo do Sul* nossas fontes. Com relação à utilização dos jornais como fonte foram viáveis à medida que através dos mesmos, ainda que de forma parcial, foi possível verificar nos seus artigos jornalísticos as discussões que as temáticas movimento sufragista e movimento feminista repercutiram na sociedade. Os mesmos periódicos passaram a ser, ainda que de forma inconsciente, os reprodutores das ideias dos movimentos feministas. Mesmo as matérias divulgadas contrárias a tais movimentos faziam com que os ideais a respeito do feminismo fossem fomentados. A discussão sobre a utilização dos jornais como fonte e a caracterização dos mesmos se fez necessária à medida que foi através da pesquisa e um breve histórico a respeito da trajetória destes que possibilitaram um panorama da cidade do Rio Grande e de suas movimentações na década de 30. Através deles é que podemos perceber como as matérias foram apresentadas ao longo do período estudado, assim como em suas páginas ficamos sabendo como repercutiu o assunto não somente no nosso Estado mas também pelo mundo.

Podemos perceber então que ambos os jornais divulgavam matérias contrárias ao movimento feminista e contrárias ao voto feminino, ressaltando em suas páginas encontramos o que os editores dos jornais desejavam publicar ou acreditavam ser pertinentes a sua publicação, como foi dito por Foucault(FOUCAULT,2003,p20) e apresentado em nossa dissertação no segundo capítulo no que diz respeito aos discursos prontos e programados para um determinado grupo de interlocutores, onde a exclusão de alguns temas significa que estes são perigosos à manutenção da ordem social. Podemos acreditar que o fato de jornal *Echo do Sul*, no ano de 1933, se manter fora das discussões,pode significar uma omissão para não despertar polêmicas sociais, tratar a participação da mulher dentro dos espaços públicos como um ato normal, como forma de não fomentar ou incentivar a atitude de maior participação das mesmas no cotidiano. No entanto, a imprensa foi significativa para ambos os grupos. Para as mulheres a imprensa serviu para disseminar as ideias feministas, já para os homens, para legitimar o discurso machista e manter a normatização da moral que pregava que o lugar das mulheres no espaço privado.

Nas matérias jornalísticas por nós analisadas ficou evidente que existia um grande número de matérias que evocavam o velho discurso da mãe protetora do lar. Muito utilizado no século XIX, permeava ainda a década de 1930. O tema eleições era muito presente. Nota-se a importância do sufrágio para a sociedade, uma vez que são anunciadas mudanças nas leis eleitorais como forma de coibir as fraudes eleitorais. Outra preocupação constante com relação ao sufrágio era a manutenção da mulher longe dos espaços públicos. A mulher mesmo não sendo considerada cidadã era chamada ao compromisso não do voto feminino, mas lembrar do compromisso com o voto para os seus companheiros, irmãos ou até mesmo os seus vizinhos, destacando a importância da sua participação nas eleições. Podemos perceber que a mulher possuía sim uma grande influência nas decisões, no entanto a mesma devia ficar restrita ao convívio dos seus familiares.

Porém, não devemos esquecer que existia o reforço de que o papel social da mulher estava há muito definido, espaço público ao homem e o privado às mulheres. Estas mesmo afastadas do espaço público deveriam desenvolver o seu papel de cidadã dentro do seu lar através da educação dos seus filhos e cuidado com o seus familiares, por isso ao ver de muitas elas sendo subordinada ao homem através do casamento já estaria exercendo a sua cidadania,

pois ao formar o cidadão estaria contribuindo com a sua Pátria, e no espaço público era representada pelos seus cônjuges.

Várias matérias, de forma clara ou algumas vezes nas suas entrelinhas, destacavam que seria um absurdo lançar as mulheres em um ambiente tão hostil como a política levando em consideração a fragilidade que a própria natureza havia impingido a elas. A grande maioria das notícias pesquisadas não trazem notícias sobre rio-grandinas, e sim as representações recebidas pelas rio-grandinas sobre o movimento sufragista ou o movimento feministas que vinham de outros lugares do Brasil ou mesmo do exterior. Apesar de não representarem matérias sobre as mulheres rio-grandinas e sua atuação política percebe-se que a discussão e a disseminação dos feitos com relação ao sufrágio e à questão das conquistas femininas eram discussões constante nas matérias jornalísticas. O fato de não encontrarmos referências às mulheres e ao movimento sufragista não significa, no entanto, que as mesmas estivessem alheias a essas discussões, uma vez que a recorrência do tema na imprensa era constante e sempre procurava exaltar que o papel feminino deveria ficar restrito aos seus lares. Pensamos que também poderia existir um desejo de não exposição das figuras femininas nos periódicos, mas reafirmamos que a discussão se fazia pertinente à medida que os jornais traziam matérias com relação ao sufrágio feminino nas suas primeiras páginas. Quando falamos do sufrágio, nos referimos às matérias que tratam a questão da negação ao voto feminino ou das matérias que estimulam as mulheres a se manterem afastadas do espaço público.

Dessa forma, ficavam registradas nas páginas dos periódicos as matérias contrárias ao movimento pelo voto feminino, mas também foram encontrados artigos incentivando e exaltando a participação feminina nos espaços públicos e inclusive na política. Ainda nos jornais, fonte desta dissertação, foram encontradas matérias que menosprezavam a figura feminina, inclusive dizendo que não importava se as mulheres vestissem roupas do vestuário masculino ou mesmo cortassem seus cabelos curtos, as mesmas continuariam sendo intelectualmente inferiores aos homens e que ao desejarem ocupar os espaços por natureza determinado aos homens elas estariam perdendo sua feminilidade, sendo inclusive chamadas de mulheres machas. Em nossas considerações finais, percebemos que estas matérias além de ridicularizar a figura feminina deixavam claro a disputa de poder entre os sexos. Estas matérias demonstraram a luta pelo poder, própria das relações entre os gêneros, que as vestimentas conferiam aos homens, fossem

as calças ou os suspensórios masculinos significavam poder para os mesmos. Assim, quando as mulheres passaram a utilizar estes trajes e a cortarem os cabelos curtos causaram um escândalo pelas mudanças que estavam surgindo na sociedade da década de 1930, mesmo com o reforço dos papéis sociais bem definidos dentro do espaço social.

No entanto, não podemos destacar se houve um movimento sufragista em Rio Grande, porém este não era nosso objetivo, reforçando que o mote de nossa pesquisa era ver como as matérias com relação ao voto feminino eram divulgadas pelos jornais. Mas, podemos perceber que existia uma grande preocupação demonstrada pelos jornais em reforçar através das matérias que se referiam aos movimentos feministas e a conquista do voto em outros países e estados do Brasil, de forma a demonstrar que as mulheres deveriam permanecer fora destas discussões e que as sufragetes estavam longe de serem as mulheres ideais dentro dos preceitos normatizadores na nossa sociedade. Podemos então concluir que se existia a preocupação em manter as mulheres afastadas através dos discursos, divulgados nos jornais significa que existia um prenúncio de mudanças na sociedade rio-grandina.

Sendo assim, após a realização de análise nos periódicos podemos perceber que as matérias referentes ao movimento sufragista eram debatidas, sejam contra ou a favor as mesmas faziam parte do espaço citadino, por ser uma urbe portuária com seu porto aberto não somente aos produtos e à economia, mas também ao desenvolvimento cultural, fizeram de Rio Grande um espaço profícuo para discussões de emancipação política das mulheres, no entanto não somente o fato do porto, pois esse ocorre em todas as cidades portuárias, mas o fato de ser uma cidade com uma vida cultural intensa, e com um número de jornais circulantes significativos para uma cidade do interior. As notícias a respeito dos avanços femininos, tanto nas manifestações feita pelas senhoras de Belo Horizonte ou pequenas notas sobre os feitos femininos como a primeira mulher a receber o brevê de piloto, faziam com que as rio-grandinas ficassem sabendo da luta das mulheres, procurando o seu espaço também dentro do seu contexto social. Não podemos esquecer o fato que devido ao crescimento industrial da cidade várias mulheres já estavam inseridas dentro do mercado de trabalho, fato este que proporcionou às mulheres um maior contato com as ideias do movimento de maior respeito com relação às mulheres trabalhadoras e a luta pela igualdade salarial.

Analisando as matérias jornalísticas podemos perceber que existia um forte discurso normatizador da figura feminina muito ligada ao lar e aos afazeres domésticos, ainda a utilização da fragilidade como grande característica das mulheres, por isso deveria ficar fora de assuntos que pudessem afastá-las de sua real vocação que era a sua família, não diferente do restante de outras cidades, pois ainda existia dentro de todo o Estado segmentos da doutrina positivista de Conte com relação à mulher ideal.

Durante a realização de nossa pesquisa podemos perceber que houve uma intensa produção de matérias jornalísticas a respeito do movimento sufragista tanto contrário quanto a favor nos anos de 1932, 1933, 1934. As matérias se faziam mais presentes e com maior frequência no Jornal O Tempo. Nas páginas do *Echo do Sul* elas não apareceram com tanta visibilidade. Nos anos anteriores como 1930 e 1931 existiu a preocupação em refrear o movimento. Além de uma quantidade menor de matérias a respeito do assunto, as que foram publicadas eram contrárias ao mesmo no ano de 1933, o Jornal *Echo do Sul* se manteve fora da discussão, pois não foram encontradas matérias com relação às eleições ou ao movimento sufragista.

No entanto, não podemos negar que as discussões sobre os movimentos pela luta do voto foram pertinentes no município, já que vários foram os exemplos de mulheres que lutavam pela causa na cidade como o caso das irmãs Revocata, que através do seu jornal o *Corymbo*, além de poesias trazia também textos sobre a valorização da figura feminina. Mesmo não sendo o mote de nossa pesquisa se faz pertinente citar as mesmas, pois através de suas obras podemos perceber que o tema era de ampla discussão pois existiam mulheres rio-grandinas que escreviam para suas conterrâneas sobre as possibilidades de uma mulher liberta da visão doméstica. Outro exemplo de emancipação das rio-grandinas foi a Dr^a Rita Lobato que saiu da cidade para completar seus estudos em São Paulo e após retornar graduada se inseriu na política onde atuou até a sua morte no município de Rio Pardo.

Esses e tanto outros exemplos como as atrizes rio-grandinas ou o grupo musical formado pelas normalistas da Escola Joana D'arc, aliadas às matérias jornalísticas faz com que possamos perceber que a figura feminina rio-grandina estava consciente do seu papel. Podemos então perceber que a mulher aos poucos foi conquistando o seu espaço dentro da sociedade com um olhar se ainda por parte de alguns com caráter reprovador, por outros com um ar de esperança, apostando que a mulher traria para a política o seu

bom senso peculiar, e as rio-grandinas através de seus escritos, foram aos poucos preenchendo os espaços públicos e políticos, servindo de exemplo para muitas mulheres ainda hoje.

Fontes

Os dez mandamentos do liberalismo. Jornal Echo do Sul: 13/01/1930, pg. 01.

O voto a todo cidadão brasileiro alfabetizado. Jornal Echo do Sul: 31/01/1930, pg. 01.

Manifesto das senhoras de Belo Horizonte. Jornal Echo do Sul: 14/02/1930, pg. 01.

Darcy Calafiori. Sem Título. Jornal Echo do Sul: 28/02/1930, pg. 01.

Silvio Pierini. Mulher sua etimologia e o voto. Jornal Echo do Sul: 29/03/1930, pg. 01.

Lista de alistamento eleitoral. Jornal Echo do Sul: 29/03/1930, pg. 01.

Nota do jornal. Jornal Echo do Sul: 01/08/1930, pg. 01.

Christina Amaro de Medeiros. A mulher rio-grandense. Jornal Echo do Sul: 10/10/1930, pg. 01.

Assis Brasil. O feminismo em marcha. O voto e a Constituinte. Jornal Echo do Sul: 15/03/1931, pg. 01.

O voto feminino no país da moda. Jornal Echo do Sul: 29/07/1932, pg. 01.

Cumpramos o nosso dever. Jornal Echo do Sul: 03/11/1932, pg. 01.

Mulheres e o Juri. Jornal Echo do Sul: 29/01/1934, pg. 01.

Direito de voto aos marinheiros, analfabetos, cabos e soldados. Jornal Echo do Sul: 02/06/1934, pg. 01.

O patriotismo da mulher brasileira. Jornal Echo do Sul: 18/08/1934, pg. 01.

O pleito de março. Jornal O Tempo: 11/01/1930, pg. 01.

A sucessão Presidencial. Jornal O Tempo: 16/02/1930, pg. 01.

Juan Acaburum. O Feminismo em Francam. Jornal O Tempo: 13/01/1930, pg. 01.

O Feminismo caminha. Jornal O Tempo: 24/04/1930, pg. 01.

Pela paz na família. Jornal O Tempo: 26/08/1930, pg. 01.

A Constituição um projeto de reforma. Jornal O Tempo: 19/09/1930, pg. 01.

A mulher avança. Jornal O Tempo: 21/01/1931, pg. 01.

O sufrágio universal. Jornal O Tempo: 14/06/1931, pg. 01.

Lei sobre o voto feminino. Jornal O Tempo: 16/09/1931, pg. 01.

A mulher e o voto. Jornal O Tempo: 27/10/1931, pg. 01.

Eva dos suspensórios. Jornal O Tempo: 30/10/1931, pg. 01.

Feminismo no Brasil. Jornal O Tempo: 27/12/1931, pg. 01.

Mujeres da América. Jornal O Tempo: 19/03/1932, pg. 01.

O dever dos brasileiros. Jornal O Tempo: 23/04/1932, pg. 01.

A mulher /francesa. Jornal O Tempo: 28/06/1932, pg. 01.

A eleição indireta. Jornal O Tempo: 06/01/1933, pg. 01.

A mulher e o emprego. Jornal O Tempo: 12/01/1933, pg. 01.

A constituinte. Jornal O Tempo: 15/01/1933, pg. 01.

A nova Constituição. Jornal O Tempo: 26/01/1933, pg. 01.

Pela Constituição. Jornal O Tempo: 16/02/1933, pg. 01.

Se viva fosse. Jornal O Tempo: 03/03/1933, pg. 01.

As mulheres e o júri. Jornal O Tempo: 05/03/1933, pg. 01.

A crise da democracia. Jornal O Tempo: 08/03/1933, pg. 01.

O amor livre. Jornal O Tempo: 12/03/1933, pg. 01.

Partidos Políticos. Jornal O Tempo: 17/03/1933, pg. 01.

A mulher na política nacional. Jornal O Tempo: 08/04/1933, pg. 01.

Alistamento Eleitoral. Jornal O Tempo: 11/04/1933, pg. 01.

Eva na Constituinte. Jornal O Tempo: 18/04/1933, pg. 01.

O pleito será 3 de maio. Jornal O Tempo: 23/04/1933, pg. 01.

Títulos Eleitorais. Jornal O Tempo: 30/04/1933, pg. 01.

As eleições. Jornal O Tempo: 06/05/1933, pg. 01.

Sobre o divórcio. Jornal O Tempo: 10/05/1933, pg. 01.

As eleições directas. Jornal O Tempo: 05/08/1933, pg. 01.

O titulo de eleitor. Jornal O Tempo: 06/10/1933, pg. 01.

O feminismo. Jornal O Tempo: 18/10/1933, pg. 01.

O dever social das mulheres brasileiras. Jornal O Tempo: 20/10/1933, pg. 01.

A constituinte. Jornal O Tempo: 18/11/1933, pg. 01.

O voto feminino. Jornal O Tempo: 06/12/1933, pg. 01.

O dever de todos. Jornal O Tempo: 20/12/1933, pg. 01.

A mulher que trabalha. Jornal O Tempo: 20/12/1933, pg. 01.

O voto das mulheres. Jornal O Tempo: 01/04/1934, pg. 01.

A mulher e o divórcio. Jornal O Tempo: 15/05/1934, pg. 01.

Significado de votações. Jornal O Tempo: 14/06/1934, pg. 01.

Rumo ao Parlamentarismo. Jornal O Tempo: 04/07/1934, pg. 01.

No ring da política. Jornal O Tempo: 08/07/1934, pg. 01.

Enfim. Jornal O Tempo: 27/07/1934, pg. 01.

As conquistas das mulheres. Jornal O Tempo: 01/08/1934, pg. 01.

Mulheres para as eleições. Jornal O Tempo: 15/08/1934, pg. 01.

A mulher e a política. Jornal O Tempo: 16/09/1934, pg. 01.

Cidadão escolhe. Jornal O Tempo: 14/10/1934, pg. 01.

Eleições. Jornal O Tempo: 08/12/1934, pg. 01.

Reforma Eleitoral. Jornal O Tempo: 11/12/1934, pg. 01.

Referências bibliográficas:

ACEVEDO, Hilda Costa. Senhoras e Senhoritas Gatas e Gatinhas. Editora da UFPEL, 1993.

ALVES Branca Moreira & Pitanguy Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo, Brasiliense, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa na cidade do Rio Grande: um catálogo histórico. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina do século XIX no acervo da Biblioteca Rio-Grandense (levantamento parcial). IN Biblos (Rio Grande), Rio Grande, v. 19, 2006.

ALVES, Francisco das Neves. Biblioteca Rio-Grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. IN Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 245-257, 1999.

ALVES, Francisco das Neves. O Discurso Político-Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Editora da FURG, 1ª ed, Rio Grande, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução a história da imprensa rio-grandina. Rio Grande: Universidade de Rio Grande, 1995.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Editora Nova Fronteira. Tradução: Waltensius Dutra, 1ª ed, Rio de Janeiro, 1985.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARROS, José D' Assunção. O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

BITTENCOURT, Ézio. Da Rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidade e cultura no Brasil Meridional. Editora da Furg, 2ª ed, Rio Grande, 2007.

BONILHA, Caroline. Corymbo: Memória e Representação feminina através das páginas de um periódico entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul. UFPEL, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Bertrand Brasil, 10ed, Rio de Janeiro, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Bertrand Brasil, 16ª edição Rio de Janeiro, 2012.

BITTNER, Dulcília Schroeder. Imprensa Feminina. Editora Ática, 2ª edição, São Paulo, 1990.

CÂNEO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org). História da Cidadania. Editora Contexto, 5ed, São Paulo, 2010.

CARELI, Sandra. As Mulheres, o Poder Novas Abordagens Historiográficas. Revista do Centro de Professores, nº5, 1993.

CARONE, Edgar. A segunda república (1930-1937). São Paulo: Betrand, 1974.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: A História Cultural: entre práticas e representações. Difel, São Paulo, 1990.

COSTA, Ana Alice Alcantara. Escolhas Insensatas? O Voto Feminino nas Eleições Municipais de Salvador. Feminismo, Ciência e Tecnologia. REDOR, UFBA, 2005.

D'ALKIMIN, Maria Sonia. A Conquista do Voto Feminino no Brasil. vol 2, nº 2, 2006.

DUARTE, Constança Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. Revista Estudos Avançados, vol.17, nº49. São Paulo: Sept /Dec. 2003

EGGERT, Edlla. O Feminismo ou os Feminismos: Uma leitura das produções teóricas, UNISINOS, 2003.

FERREIRA, Lucia, M.a. Representação da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. Revista de História e Estudos Culturais, vol7, ano VII, nº2, maio/junho/julho/agosto, 2010.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Edições Loyola, São Paulo, 21ª edição, São Paulo. 2003

- HAHNER, June. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1978.
- HAHNER, June. Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940. Editora Mulheres, 2003.
- ISMÉRIO, Clarisse. A moral e o imaginário 1889-1930. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1995.
- KARAWCZYK, Mônica. O Voto de Saias: breve análise das imagens veiculadas na Revista o Globo(1930-1934).nº3, ano 2,2006.
- KARAWCZYK, Mônica. O voto da costela: O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). PUCRS, Porto Alegre,2008.
- LEAL,Elisabete.O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913). Porto Alegre,UFRGS,1996.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura uma feminista utópica. Editora Mulheres, Florianópolis, Santa Catarina,2005.
- LUCA, Tânia Regina. História da Imprensa no Brasil. Editora Contexto, 2ª Ed, São Paulo,2012.
- MATOS, Julia Silveira. Tendências e debates: Da Escola dos Annales a História Nova. Rio grande, Editora da Universidade Federal do Rio Grande. Vol 1, Revista Historiae, março, maio de 2010.
- MATTOS, Maria Izilda S. Estudo de Gênero. Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea. Cadernos Pagu,1998.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. Discurso e Práticas do Movimento Feminista em Porto Alegre(1975-1982), Porto Alegre, 2004.
- MORAES,Roque. Análise de Conteúdo.Revista Educação, Porto Alegre,vol 22,nº37,p7-32,1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Escritoras Brasileiras do Século XIX. Editora Mulheres, Florianópolis, Santa Catarina,1999.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira-1873-1932.UFSM,2006.

NÓVOA, Antonio. A Imprensa Periódica e a História da Educação. Escritura, São Paulo,2002.

NUNES, Aparecida Maria. Imprensa e feminismo no séculoXIX no sul das Gerais.XI Congresso Internacional da ABRALIC, USP- São Paulo,2008.

PEDRO,Joana Maria. Mulheres do Sul.In:DEL PRIORE, Mary(org).História das mulheres no Brasil. Editora Contexto,2ªed, São Paulo,2008.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. Editora Contexto, São Paulo,2008.

PINSKY,Carla Bassanezi.História da Cidadania. Editora Contexto, São Paulo,2010.

PINSKY,Carla B. Nova História das Mulheres no Brasil. Editora Contexto, 1ªed,São Paulo,2012

PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade.In:PINSKY Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi.(org).História da Cidadania. Editora Contexto, 5ªed, São Paulo,2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abrano,1ªed, 2003.

PRÁ, Jussara Reis . O Feminismo como Teoria e como Prática Política. In: STREY, Marlene Neves(org). Mulher, Estudo de Gênêro.São Leopoldo: Ed Unisinos, 1997.

PRADO, Maria Ligia & FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no debate público brasileiro.In: PINSKY,Carla Bassanezi &PEDRO, Joana Maria.(org) Nova História das Mulheres.Editora contexto, 1ªed, São Paulo,2012.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. Editora Contexto, São Paulo,2009.

RAGO, Margareth. O Feminismo no Brasil nos Anos de Chumbo. Estudos Feministas, nº03, 2003.

REVERBEL,Carlos. Fundamentos da Cultura Rio-Grandense. UFRGS,1957.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: introdução metodológica. Companhia Editora Nacional, 3ªed, São Paulo, 1968.

RONCAGLIO. Cintia. Pedidos e Recusas: mulheres, espaço público e cidadania. Curitiba, Penha, 1996

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O Nascimento da Imprensa no Rio Grande do Sul. Inst. Filosofia, Porto Alegre, 1985.

SCOTT, Joan. Gênero uma Categoria útil de Análise Histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n2, 1995

SOARES, Anna Luiza Timm. Inventando Gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais, no Rio Grande dos anos loucos (1919-1932). Universidade do Paraná, Curitiba, 2010.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul. Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezy & PEDRO, Joana Maria. (org) Nova História das Mulheres no Brasil. Editora contexto, 1ªed, São Paulo, 2012.

SOIHET, Rachel. O Feminismo Tático de Bertha Lutz. Editora Mulheres, Florianópolis, Santa Catarina, 2006.

SOHEIT, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito da luta das mulheres pela emancipação feminina. Labrys, nº4. Ago-Dez, 2003.

SOSA. Derocina Campos. A História Política do Brasil (1930-1934) sob ótica da Imprensa Gaúcha. FURG, Rio Grande, 2007.

SOW, Marilene Mendes. A Participação Feminina na Construção de um Parlamento Democrático. E-Legis, número 5, 2010.

STREY, Marlene Neves. Mulheres estudo de gênero. Editora Unisinos, Vale do Rio dos Sinos, 1997.

TERROU, Albert, P. História da Imprensa. Livraria Fontes Martins, São Paulo, 1990.

THEBAUD, François. A grande guerra: O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges & PERROT Michelle. História das mulheres no Ocidente. O século XX. Porto Alegre. Edições Afrontamentos Ltda, 1991.

TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande 180 Anos de Jornalismo. Editora da FURG, 2012.

TOURAINÉ, Alan. Crítica da Modernidade. Trad Elia Ferreira Edel, 7ª ed, Petrópolis, Vozes, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Editora Campus, 1997.

VIEIRA, Mirian Steffens. Atuação Literária de escritoras no Rio Grande do Sul: um estudo de caso do periódico Corimbo, 1885-1925. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

XAVIER, Constantina, Filha – Imprensa Feminina -Entre modas, bordados, cuidados com a prole e o casamento: dispositivos pedagógicos de revistas femininas. UFMS/DED/PPGedu

Anexos

